



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EMANUELLE FERNANDES TEIXEIRA

**“UM JOGO DE GATO E RATO”: ESTUDO SOBRE A VITIMIZAÇÃO DE
MULHERES POR ESTUPRO REPETIDO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

SALVADOR
2019

EMANUELLE FERNANDES TEIXEIRA

**“UM JOGO DE GATO E RATO”: ESTUDO SOBRE A VITIMIZAÇÃO DE
MULHERES POR ESTUPRO REPETIDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFBA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Paes-Machado.

SALVADOR
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T266 Teixeira, Emanuelle Fernandes
“Um jogo de gato e rato”: estudo sobre a vitimização de mulheres por estupro repetido / Emanuelle Fernandes Teixeira. – 2019.
102 f.

Orientador: Prof.º Dr.º Eduardo Paes-Machado
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2019.

1. Estupro. 2. Violência contra as mulheres. 3. Violência – Aspectos psicológico.
4. Gênero. I. Machado, Eduardo Paes. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências humanas. III. Título.

CDD: 364.153

EMANUELLE FERNANDES TEIXEIRA

“UM JOGO DE GATO E RATO”: ESTUDO SOBRE A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES POR ESTUPRO REPETIDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFBA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais

Data da defesa: 12 de novembro de 2019

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Paes-Machado
Orientador

Prof^a. Dr^a. Leticia Rodrigues de Azevedo
Professora convidada

Prof. Dr. Pedro de Oliveira Júnior
Professor convidado

Prof^a. Dr^a. Angela Cristina Guimarães Santos
Professora convidada

Prof^a. Dr^a. Maria Gabriela Hita
Professora convidada

In memoriam, à minha avó, Jeosina
Fernandes da Silva, a mulher mais forte e
amorosa que já conheci.

AGRADECIMENTOS

Ao TEMPO, que em seu aspecto divino, me ajudou atravessar esse período marcado por muitos desafios e muitas bênçãos. Ao meu pai, Manoel Messias Teixeira, pela inspiração intelectual, amor, cuidado e suporte incondicionais. À minha mãe, Luciene Fernandes Teixeira, que me ensina que é preciso ter fé para seguir em frente e que o amor é motor de todas as escolhas. Aos meus irmãos, Leonor Fernandes Teixeira, Adriano Fernandes Teixeira e Manoel Messias Teixeira Júnior, pela irmandade e apoio. Aos meus sobrinhos, Marina Amaral e Guilherme Amaral, pela alegria e leveza.

À Diogo Carvalho, meu companheiro de vida, pela parceria intelectual, amor e trocas durante a produção dessa pesquisa. Você me ajudou chegar até o fim!

Ao meu filho Heitor, uma linda surpresa que surgiu nesse período, proporcionando pequenas revoluções diárias. A maternidade me deu chão e me ensinou a transpor os meus limites.

Às minhas queridas Cléo Carvalho, Júlia Carvalho e Daniela Vieira por segurar as pontas, possibilitando momentos livres para a escrita de meu trabalho.

Aos amigos, Julia Lopes, Daniele Gonçalves, Elielma Carvalho e Lineu Villa Nova, pela preocupação diária e palavras de incentivo.

Às amigas e antigas profissionais do Serviço Viver: Selma Evangelista, Aline Cerqueira, Fernanda Rocha e Catiana Moura, pela parceria e contribuição prestada à minha pesquisa. À Wilker França, amigo querido, pelas reflexões entusiásticas sobre o tema. À Milena Matias, Jaciene Amorim e Carolina Menezes pelos momentos agradáveis e leveza no cotidiano do trabalho.

À professora Christine Zonzon pelas contribuições, disponibilidade e trocas construtivas.

Ao Lassos pelo espaço potente no debate sobre a violência.

Aos colegas do grupo de Pesquisa, que me acompanharam desde o início, segurando as minhas mãos nesse front com delicadeza e disponibilidade. Vocês me acolheram nos momentos mais difíceis com muita assertividade e carinho, os quero sempre por perto. Com um bonde desses, nada fica travado! Obrigada queridas e queridos: Juliana Maltez, Ivete Santos, Angela Santos, Luana Malheiro, Diego Salcedo, Tiago Neri, Pedro de Oliveira e Josair Telles.

Sou muito grata à Letícia Azevedo por ter acompanhado minha trajetória com muita dedicação, empatia e afeto.

Ao professor Eduardo Paes-Machado por me ensinar a arte de fazer pesquisa. Esse aprendizado tem mudado a minha vida. Ainda tenho muito a avançar, mas o caminho até aqui só foi possível pelo seu empenho, dedicação e esforços em mostrar que a pesquisa deve ser levada para aonde estivermos. Sou grata pela paciência e acolhimento com minha maternidade.

“Mulher de leque

*Para longe o que falo:
o que sonho, o que penso.
Para o reino do vento.*

*Para longe o que calo:
para o único momento
que se há de ver imenso.*

*Entre o que falo e calo,
há um leque em movimento.
Mas eu, a quem pertença?”*

(Cecília Meireles)

RESUMO

A finalidade dessa pesquisa é compreender o processo de vitimização por estupro repetido, em mulheres no contexto soteropolitano, a partir da análise dos cenários e interações entre vítimas e agressores. O trabalho de campo foi realizado entre 2014 e 2017, através de uma rede de profissionais que prestam atenção a pessoas em situação de violência sexual. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa e a coleta dos dados se baseou no roteiro semiestruturado. No total, 20 entrevistas foram realizadas com mulheres expostas repetidamente ao estupro, perpetrado por agressores conhecidos. A maior parte da amostra sofreu a violência há mais de um ano, mas ficaram expostas a longos períodos de vitimização. As interlocutoras eram parentes ou moravam como agregadas no domicílio dos agressores. Nesses cenários domésticos, a casa foi experienciada como um ambiente hostil, sendo, portanto, um espaço onde ocorre a rotinização do aparato predatório do agressor e das estratégias de resistência das vítimas. No âmbito da vitimização primária, o estudo abordou a violência psicológica, a violência física e a violência sexual. A vitimização psicológica foi percebida como uma constante na vida das mulheres, ao contrário da física que teve marcos temporais mais definidos. Os tipos de ameaças realizadas pelos agressores ajudaram a compreender o caráter processual da vitimização psicológica e seus efeitos longitudinais. Assim, a repetição do estupro foi interpretada sob o signo da noção de destino, em que as marcas mais graves não possuem formas físicas, sendo conceituadas como uma “ferida na alma”. Já na vitimização institucional, apareceram situações que apontam a falta de acolhimento das vítimas, envolvendo tanto agentes da segurança pública, quanto profissionais de saúde. Contudo, as interlocutoras identificaram no Serviço Viver um modelo diferenciado no atendimento das vítimas. No âmbito público, os agressores seguiam uma linha de atuação com o objetivo de afastar qualquer suspeita sobre estupro e o êxito dessa estratégia descredibilizava a versão das vítimas. Nesse sentido, o impacto da vitimização terciária foi percebido nas repercussões do estupro na família e em outros círculos sociais das vítimas. Por fim, essa pesquisa considera necessário fortalecer a rede de proteção das vítimas de violência sexual, em especial, do estupro, além de uma melhor integração entre as agências dessa rede e o aperfeiçoamento das metodologias e técnicas de intervenção.

Palavras-chave: Mulheres. Vitimização. Estupro repetido. Agressores conhecidos.

ABSTRACT

The purpose of this research is to comprehend the process of victimization by repeated rape of women in Salvador city's context, from the analysis of scenarios and interactions between victims and offenders. The fieldwork was conducted between 2014 and 2017, while working with a network of professionals that offer support to people experiencing sexual violence. The methodology adopted was of qualitative nature and the data collection was based on a semistructured interviews. In total, 20 interviews were conducted with women who were victims of repeated cases of rape perpetrated by known offenders. The major part of the sample suffered the violence more than one year prior to the interview, but remained exposed to the threat of violence for long periods of time. The interlocutors were relatives or lived as aggregates in the home of the aggressors. In this domestic scenario, the house was experienced as a hostile environment, a place where a routinisation of the predatory behaviour of the aggressor and of the victim's resistance strategies. In the scope of primary victimization, the study addressed the psychological, physical and sexual violence. The psychological victimization was perceived as constant in the lives of the women, although the physical violence was more restricted to a specific time. The types of threats put forward by the aggressors helped to understand the procedural character of psychological victimization and its longitudinal effects. Thus, the repetition of the rape was interpreted by the victims under the notion of destiny, where the more serious marks do not have physical shapes, being conceptualised as a "wound in the soul". With regards to institutional victimisation, there were situations indicating the lack of refuge for victims, from both public security agents and health professionals. However, the interlocutors identified in the "*Serviço Viver*", a different model of victim care. In the public scope, the perpetrators pursued a line of action aimed at suppressing any suspicion of rape and the success of this strategy discredited the victim's version. In this sense, the impact of tertiary victimization was perceived in the repercussions of rape on the family and other social circles of the victims. Finally, this research considers it necessary to strengthen the protection network for victims of sexual violence, especially rape, as well as a better integration between the agencies of this network and the improvement of intervention methodologies and techniques.

Keywords: Women. Victimization. Repeated rape. Known offender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 – Cenário/situação dos eventos	48
Esquema 2 – Espaços dentro e fora da casa onde acontecem as interações	51
Quadro 1 – Memória do processo de coleta de dados	35
Quadro 2 – Quadro operacional do estudo de cenários e interações no estupro repetido de mulheres	39
Quadro 3 – Nomes escolhidos para as entrevistadas.	40
Quadro 4 – Tipos de atitudes do agressor	66
Quadro 5 – Tipos de agressões praticadas pelos perpetradores	70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO TEÓRICA	16
2.1	Vitimização	16
2.2	Contribuição da perspectiva interacionista	17
2.3	Estupro como o campo das violências interpessoais e de gênero: <i>background</i> internacional	19
2.3.1	Teorias sobre o estupro	20
2.3.2	Teorias feministas sobre o estupro	21
2.3.3	Estupro entre conhecidos	25
2.3.4	Estupro na literatura nacional	27
3	METODOLOGIA	31
3.1	O campo	31
3.2	Coleta de dados e manejos metodológicos: interações, métodos e técnicas	33
3.2.1	A entrevista	36
3.3	Organização e análise	37
4	PARENTES E AGREGADAS	41
4.1	Perfil das Mulheres	41
4.2	Grupo intrafamiliar: as parentes	43
4.3	Grupo extrafamiliar: as agregadas	45
4.4	Cenários e interações: a casa como palco principal	47
5	ASPECTOS LONGITUDINAIS DA VITIMIZAÇÃO	54
5.1	Episódios perpetrados por agressores diferentes	55
5.2	Episódios perpetrados por um mesmo agressor	56
5.3	Uma breve abordagem sobre o tempo	57
6	TIPOS E FORMAS DE VITIMIZAÇÃO	62
6.1	Vitimização Primária	62
6.1.1	Vitimização psicológica	63
6.1.1.1	Formas de violência psicológica	63
6.1.1.2	Impactos na corporeidade	67

6.1.2	Vitimização física	69
6.1.3	Vitimização sexual	71
6.1.3.1	Formas de violência sexual	72
6.1.3.2	Significados atribuídos às experiências	73
6.1.4	Reações da vítima a partir de Perséfone	75
6.2	Vitimização Secundária	79
6.2.1	Vitimização institucional em instâncias de proteção e assistência	80
6.2.2	Outro modelo de atendimento às vítimas	82
6.3	Vitimização Terciária	86
7	CONCLUSÕES	89
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICE	97

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o 13º Anuário brasileiro de Segurança Pública totalizou 66.041 casos de estupros no ano de 2018. Tais episódios podem estar relacionados com práticas violentas atravessadas, principalmente, por questões de gênero, imbricadas nas interações sociais. Dessa forma, essa temática é pautada em diferentes âmbitos: agendas sociais, políticas públicas, mídias e campos do conhecimento. Contudo, apesar de possuir tipificação jurídica específica¹ no país e, socialmente ser considerado um crime execrável, no decorrer da história, o estupro adquiriu diferentes desdobramentos. A polissemia desse fenômeno parece interferir na construção de práticas e discursos, assim como nas concepções sobre a categoria vítima.

O vasto número de estudos sobre violência de gênero nas Ciências Sociais sinaliza a vanguarda nas discussões de gênero e violência, muitas delas dialogando com pautas feministas contra violências: “configurando um movimento de mão dupla, ou seja, sendo influenciada por ela e ao mesmo tempo, sendo capaz de influenciá-los” (GROSSI *et al.*, 2006, p. 20). Em uma revisão de três décadas de estudos produzidos na área de violência de gênero no Brasil, Grossi *et al.* (2006) identificaram que a violência afetiva/conjugal foi o tema mais explorado em pesquisas, apresentando uma concentração volumosa nas produções acadêmicas.

Longe de definições consensuais na literatura, por vezes, o estupro emerge como sinônimo de violência sexual, não havendo as especificações necessárias. A presente pesquisa situa o estupro no âmbito das violências interpessoais e de gênero, sendo considerado como mais uma categoria da violência sexual. A violência sexual situada na perspectiva de gênero é conceituada por Bandeira (2004, p. 10) como um “fenômeno social persistente, multiforme e agravada pela violência psicológica e física. Trata-se de uma das mais graves manifestações da violência de gênero”. Já Souza e Adesse (2005, p. 20) definem a violência sexual de forma genérica, sendo caracterizada “por um abuso de poder no qual a vítima (criança, adolescente ou

¹Até 2009 o estupro ainda era tipificado como crime de ação privada contra os costumes. A partir da Lei nº 12.015/2009, o estupro passa a ser considerado crime contra a dignidade e liberdade sexual. Nesse marco legal é conceituado como: “constranger alguém mediante violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal ou a praticar e permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. (BRASIL, 2009)

mulher) é usada para gratificação sexual do agressor sem seu consentimento, sendo induzida ou forçada a práticas sexuais com ou sem violência física”.

Assim, esse trabalho situou o conceito de estupro no espectro das violências interpessoais, partindo do marco normativo da reforma na legislação brasileira de 2009, em que o estupro deixa de ser tipificado como crime de ação privada contra os costumes, para crime contra a liberdade e dignidade sexual. Vale ressaltar que, a norma será apenas o ponto de partida para a análise dos elementos envolvidos no processo da vitimização.

A partir da experiência como psicóloga na rede de assistência de pessoas em situação e violência sexual foi possível reconhecer uma abordagem genérica do estupro, com ênfase no efeito episódico ou da agudização² do sofrimento. Além disso, as observações permitiram perceber que os estupros também apareciam de maneira repetida, numa variedade de cenários, com longos períodos de vitimização e diversas interações entre agressores e vítimas. Essa constatação justificou a necessidade de compreender melhor o estupro repetido, não identificado previamente na literatura. Em uma pesquisa da área de saúde, Lugao *et al.* (2012) utilizaram o termo “abuso sexual crônico” para tratar da repetição do estupro no público infanto-juvenil. Assim, percebe-se que o uso dessa categoria parece não apreender os diversos contextos e complexidades presentes no processo de vitimização

O estupro repetido é compreendido como o ato perpetrado mais de uma vez e sem consentimento da vítima, por agressores conhecidos (repetidos ou não), em diferentes cenários, que podem abarcar distintos ambientes (repetidos ou não). A tipificação dos casos, onde houve a repetição do estupro, foi consolidada pelos dados empíricos, consistentes em sinalizar cenários marcados por ambientes domésticos e privados, aonde o estupro foi naturalizado e velado. As mulheres entrevistadas trouxeram memórias referentes a episódios ocorridos no mínimo há 01 ano, mas relatos referentes a um passado remoto foram recorrentes.

O estupro é um fenômeno de grande prevalência em ambientes privados ou domésticos, no entanto o grau de proximidade da vítima com o agressor ainda tem sido um termômetro na confiabilidade e validação da perspectiva da vítima. Ainda há uma maior dubiedade na legitimação do estupro quando as interações entre vítima e agressor são mediadas por laços de proximidade. Nessa lógica, o crime sexual,

² Estado intenso de sofrimento, gerador de muita mobilização tanto na pessoa quanto no contexto.

quando é cometido por uma pessoa íntima e em contextos privados, gera uma desconfiança sobre o relato da vítima (FISHER *et al.*, 2005).

Ao propor a abordagem do estupro repetido, esse estudo é convidativo por sugerir debates para além de eventos individuais e isolados, adentrando na sua dimensão cotidiana e problematizando a visibilidade dessa violência tão atrelada às crenças sobre as vítimas de estupro.

No contexto baiano, é possível encontrar investigações significativas sobre a temática da violência sexual, abarcando a realidade infanto-juvenil e as implicações para a família (ALMEIDA, 2012; COHIM, 2009). Em outro trabalho, realizado por Silva (2007), foi apontado o número pouco significativo de estudos que analisam as experiências de pessoas expostas aos crimes sexuais, ou seja, o silêncio das vítimas parece impactar nas produções acadêmicas sobre o tema.

Além da lacuna apontada acima, pesquisas que abordem vitimização direta e repetida por estupro em mulheres não foram, previamente, identificadas no contexto nacional, nem entre as produções acadêmicas de Salvador.

Segundo Borges (2008), até o momento, as abordagens sobre vitimização repetida enfatizaram a relação entre os efeitos das vitimizações anteriores e o risco de a pessoa tornar-se vítima novamente. Com densa concentração nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, grande parte desses trabalhos indicou, no período de um ano, a vitimização anterior como elemento preditor para um novo evento.

Em relação à vitimização repetida por estupro, o corpo da literatura internacional (ABBEY *et al.*, 2002; ANDERSON, 2007 *apud* ANGELONE *et al.*, 2014) indica que a maioria das mulheres é vitimada por conhecidos. O termo “*acquaintance rape*” foi introduzido para abarcar a variedade de agressores sexuais que não sejam estranhos ou desconhecidos das vítimas.

Desse modo, o presente estudo é relevante por propor a análise dos cenários do estupro, em ambientes privados, através das diferentes interações entre os agressores conhecidos das vítimas, explorando as particularidades da vitimização.

As problematizações de tais questões são imprescindíveis para o debate acadêmico sobre as categorias vítima e estupro repetido, centrais na proposta dessa pesquisa. A percepção da vítima de estupro sobre a sua própria experiência muitas vezes é maculada pelos mitos do estupro (BURT, 1980). Em geral, essas crenças são direcionadas para culpabilizar a vítima e desresponsabilizar o agressor. Por isso, se fez pertinente analisar a experiência da vítima, considerando-a capaz de vivenciá-la

dentro de um aparato de elementos intersubjetivos e, a partir disso, produzir diversos significados. Por essa vertente, as questões norteadoras da pesquisa foram: quais os cenários da vitimização por estupro repetido? Quais as interações entre vítima e agressor nesses contextos?

Além disso, outro aspecto importante foi conhecer como as vítimas de estupro são percebidas, ou melhor, como há uma construção coletiva acerca de um tipo ideal de vítima e de um tipo ideal de agressor. Nesse sentido, a discussão acerca dos julgamentos e valorações sobre as mulheres no contexto de estupro é pautada como crucial, já que os resultados possibilitarão contribuir para a análise do impacto da vitimização, assim como para a produção de significados.

Assim, o objetivo geral dessa pesquisa é compreender a vitimização por estupro repetido, em mulheres do contexto soteropolitano, através da análise dos cenários e interações entre vítimas e agressores. Para tal fim, os objetivos específicos definidos são:

- a) Caracterizar as mulheres vítimas de estupro e seus contextos de vida.
- b) Analisar os cenários do estupro, identificando os fatores que interferem no processo de vitimização.
- c) Analisar as respostas e significados produzidos pela vítima, assim como as estratégias desenvolvidas pelo agressor.
- d) Caracterizar as relações estabelecidas entre a vítima e o agressor e as interações presentes no processo de vitimização.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Vitimização

Na teoria criminológica, há diversas linhas e/ou tipificações que trabalham o conceito da vitimização, que serão utilizadas apenas como apoio na interpretação dos dados. Segundo Domínguez (2010), a conceituação de vitimização direta e indireta também é fruto da reflexão sobre a categoria vítima, marcando uma ampliação deste objeto para além dos escopos do direito penal e criminal. As vítimas diretas são designadas como aquelas expostas diretamente ao evento traumático; já as indiretas são constituídas por pessoas que testemunharam o trauma sem terem sido afetadas diretamente por ele.

Apesar do destaque dado à vítima, nas diferentes abordagens produzidas nos estudos sobre vitimização, algumas questões ainda pairam como elementos lacônicos como, por exemplo: a identidade das vítimas e seus atributos, as formas como elas são afetadas pelo crime, como respondem a isso e como essas respostas são apresentadas pelo pelos discursos acadêmicos, em especial o da criminologia (DIGNAN, 2005)

A compreensão do processo de vitimização precisa abarcar tanto os fatores que interferem na precipitação do ato criminoso ou traumatizante, como os fatores que ocasionam o impacto de tal ato sobre a vítima. Dessa forma, torna-se relevante considerar fatores individuais, sociais e culturais intervenientes na forma de vivenciar a experiência (DOMÍNGUEZ, 2010).

As percepções e crenças sobre as vítimas de estupro estão enraizadas em diversos segmentos sociais: serviços socioassistenciais, jurídicos e comunidade. O fenômeno de atribuição de culpa tem fornecido aos pesquisadores uma base para a investigação sobre como as vítimas de crime são percebidas. De acordo com Fisk e Taylor (1991 *apud* GRUBB; TURNER, 2012), a teoria da atribuição propõe que a pessoa seja ativa na interpretação dos eventos de suas vidas e utilize modelos lógicos de produção de sentido enquanto interpreta os eventos. Isso significa que as vítimas também elaboram ou constroem esquemas mentais sobre o fenômeno, inclusive a possibilidade de serem culpabilizadas as desmotivam de notificar o crime ou revelar às pessoas da família ou comunidade.

Assim, a falta de uniformidade nos bancos de dados que registram as notificações de estupro é um problema notório neste campo. No Brasil, as estatísticas produzidas com base em casos denunciados à polícia, não expressam a real proporção do fenômeno. Neste tocante, algumas questões podem interferir na atitude da vítima em não denunciar a violência, como sentimento de culpa, vergonha, estigma e receio de represálias (DREZETT, 2000 *apud* RISTUM; INOUE, 2006).

Para Souza e Adesse (2005), a subnotificação da violência sexual e do estupro também é engendrada pela dificuldade da sociedade em lidar com essa questão nos setores da justiça, saúde e segurança. Esses entraves parecem revelar a nebulosidade que envolve o reconhecimento sobre os processos de vitimização, assim como o impacto da moralidade sobre a construção social da categoria vítima de estupro. Dessa forma, os dispositivos sociais parecem reproduzir crenças e estereótipos sobre o que é “ser vítima de estupro”, que interferem nas atitudes da própria vítima – muitas vezes mediada por sentimentos de vergonha, culpa, estigma – em relação à revelação desse tipo de violência. O espectro da subnotificação também pode apontar processos que envolvem a culpabilização da vítima e sua pulverização no campo social.

2.2 Contribuição da perspectiva interacionista

O estupro como uma modalidade de violência, em geral, é mais avaliado como ato monstruoso do que criminoso, repercutindo na percepção dos agressores como “sujeitos marginais, carentes e poluentes do que propriamente transgressores” (SUAREZ; BANDEIRA, 1999). Essa associação das atitudes ao binarismo normal/patológico reflete umas das abordagens mais antigas sobre o tema:

Na abordagem epidemiológica – ou a partir dela – são construídas várias discursividades que discriminalizam algumas das violências interpessoais e cotidianas que – como o estupro e o incesto são julgadas anormalidades ou monstruosidade decorrentes da falta de sanidade ou mesmo humanidade do sujeito transgressor (SUAREZ; BANDEIRA, 1999, p. 18).

Para Segato (1999), a análise do agressor através desse modelo psicopatológico, o enquadra no status da anormalidade, o distanciando da cotidianidade. Logo, essa abordagem conceitual sobre o agressor desvia o foco da

qualidade cotidiana desse fenômeno, intensificando os binarismos entre agressor e vítima.

Não é incomum nos trabalhos sobre violências interpessoais (SEGATO, 2009; DAS, 1999) as assertivas que advertem o risco da análise restrita ao binômio vítima/agressor, ou aos aspectos estruturais e assimétricos de gênero. Dessa forma, ampliar o horizonte analítico facilita acessar complexidades presentes nas relações entre agressores e vítimas.

Por isso, esse tema demanda uma análise apurada do que se passa na cena social do crime, a ritualística das interações, assim como as atitudes e respostas tanto da vítima quanto do ofensor. A compreensão desses aspectos é imprescindível para a presente pesquisa, que propõe a análise dos cenários e interações presentes no processo de vitimização. O caráter processual do estupro repetido parece envolver elementos sociais do plano macro (questões de gênero e patriarcado) e do plano micro (interações coercitivas, rotinas e ritos da agressão sexual). Os processos de vitimização também parecem transitar nesses âmbitos, o que pode repercutir na construção da percepção da vítima e, conseqüentemente, retroalimentar a experiência da vitimização. Por isso, olhar o campo interacional, a partir de proposições teóricas não cristalizadas na perspectiva dicotômica entre agressor/vítima, integra as expectativas teóricas dessa pesquisa.

Enquanto um tipo de violência inscrito no corpo da mulher, o estupro demanda elementos teóricos que possam contemplar esse cenário diverso e multidimensional. O prisma da vítima se torna relevante para vislumbrar os processos de vitimização, já que o seu lugar não está cristalizado aos signos da passividade, ao passo que sua percepção também pode ser atravessada pelas expectativas sociais sobre o que é ser vítima. O lugar dado à interpretação da vítima na concepção dos processos sociais possibilitou a recontextualização de questões relevantes sobre as vítimas de crimes, como os aspectos conscientes e inconscientes, os mecanismos geradores e seus efeitos que, quando antecipados ou não, podem desencadear rótulos e a aquisição do papel de vítimas. Além disso, essa narrativa da vítima proporcionou uma revisão das antigas teorias culpabilizadoras ao levar em consideração os efeitos sociais e institucionais da vitimização, em especial, as formas como as vítimas de crimes são representadas, tratadas ou responsabilizadas pelas instituições e mecanismos de regulação de riscos (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2010).

Nos estudos de controle social do crime, a vítima passou a ser compreendida a partir de suas características, personalidade, relação com contexto do crime e em função de sua própria interação com a dinâmica social e criminal. Isso possibilitou que a vítima assumisse outro status no arranjo criminal, deixando de ser apreendida como passiva e estática (DOMÍNGUEZ, 2010).

Essa pesquisa não pretende discutir a identidade ou percepção sobre a categoria vítima, mas analisar as repostas e significados produzidos nas interações cotidianas entre vítimas e agressores. Assim, os estudos interacionistas contribuem por ampliar a compreensão do crime para além do comportamento desviante, abarcando o conjunto das relações no contexto do desvio.

Por fim, a centralidade do ambiente privado como cenário do estupro repetido, permite o diálogo com a teoria das atividades rotineiras (COHEN; FELSON, 1979), em que a concepção do crime é compreendida como algo cotidiano, cujos fatores como: motivação do agressor, ausência de vigilantes capazes e um alvo vulnerável, possibilitam a ocorrência do delito.

2.3 Estupro como o campo das violências interpessoais e de gênero: *background* internacional

Uma parcela das pesquisas sobre estupro está ligada a programas de prevenção, com grande concentração no EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Na maior parte desses países, um número significativo de estudos destacou a prevalência do estupro em universidades e entre pessoas conhecidas, abarcando muitos contextos que contemplam a categoria "*hidden rape*" (estupro escondido).

A credibilidade dos relatos das vítimas de estupro está relacionada ao estereótipo do estupro real. Esse estereótipo pouco contempla as agressões sexuais em universidades (*rape colleges*) e entre perpetradores conhecidos da vítima (*acquaintance rape*). As duas categorias integram o que foi trazido por Koss *et al.* (1985) como "*hidden rape*" (estupro escondido), com baixo registro de notificação nas instâncias legais e, grande potencial na promoção de revitimizações sexuais.

Para Koss (2005), o campo das pesquisas direcionadas à violência sexual nos EUA obteve destaque na década de 80, quando houve um crescimento dos temas e objetos investigados, que até esse período ainda eram focados na síndrome do trauma de estupro, efeitos secundários, culpabilização da vítima, tipologias de

estupradores, medo do estupro, atitudes da polícia, contexto sociocultural do estupro. Nesse período, novas linguagens foram introduzidas, provocando o diálogo no setor público e privado sobre aspectos anteriormente suplantados. Novas áreas de investigação incluíram a prevalência de estupro nas universidades, os estudos transnacionais, os estudos comparativos sobre estupro entre estranhos e conhecidos, a violação no serviço militar, as estratégias de prevenção, estupro e raça.

A partir da década de 90, a categoria *hidden rape* foi introduzida na comunidade científica, o que permitiu a reflexão sobre subcategorias relacionadas ao estupro entre conhecidos. Algumas dessas subcategorias são: “*acquaintance rape*” e “*date rape*”. Desde então, elas foram amplamente trabalhadas, integrando agendas de vários centros de pesquisa. Nos últimos vinte anos, outros tópicos que incluem estupro entre conhecidos foram agregados no campo de pesquisa como: estupro por alguém conhecido em escolas secundárias, atletas/fraternidades e estupro, habilidades sociais de estupradores, drogas e estupro. No início do século XXI, as agendas de pesquisas incluíram nas investigações relacionadas ao tema os aspectos legais da justiça restauradora e cuidado das vítimas de estupro e agressores, estupro virtual em jogos de vídeo, estudos das masculinidades, estudos empíricos sobre vitimização secundária e estupros ritualísticos (KOSS, 2005).

Para a referida autora (2005), um dos principais avanços do campo de pesquisa foi o desenvolvimento do vocabulário, métodos na descrição e avaliação de experiências de estupro, além de uma nomenclatura mais clara sobre as diversas dimensões do fenômeno. Isso possibilitou a ampliação das análises dos impactos do estupro sobre relacionamentos, sexualidade, crenças, ou seja, elementos centrais para a compreensão de sua magnitude. Os estudos sobre as atitudes e comportamentos dos policiais, promotores e juízes têm levado a muitas mudanças processuais e avanços no sistema de justiça criminal. Ao mesmo tempo, essas produções têm lançado as bases para as críticas sobre os limites da justiça, e padrões de processos alternativos no manejo de crimes contra a mulher.

2.3.1 Teorias sobre o estupro

O corpo da literatura indica que há diferentes enquadramentos na pesquisa desse tema, que estão associados aos diversos conceitos sobre a mulher exposta à situação de estupro. A maior parte das produções tem privilegiado o enfoque das

mulheres vítimas de estupro, enquanto um menor volume de estudos tem utilizado outras abordagens. Nas produções de orientações feministas são observadas a existência de uma ênfase teórica em conceitos como: opressão *versus* resistência e opressão *versus* empoderamento. A literatura produzida no campo da psicologia tem enfatizado as mulheres enquanto vítimas (HOCKETT; SAUCIER, 2015). Por isso, segundo Thompson (2000 *apud* HOCKETT; SAUCIER, 2015), esse campo de pesquisa evoca o contraponto entre: a) a associação com o termo “vítima” e percepções de fraqueza, vulnerabilidade, efeitos contínuos do estupro, inocência; b) o conceito de “sobrevivente” que está associado às percepções de força, recuperação e experiência de ter passado pelo estupro. Em recente pesquisa, Hockett e Saucier (2015) discutiram sobre as conotações desses marcadores (vítima de estupro *versus* sobrevivente de estupro), sendo identificados mais valores negativos relacionados ao termo “vítima de estupro”. No mesmo estudo, Hockett e Saucier (2015) também constataram que há uma ampla associação entre a culpa e o termo “*rape victim*” (vítima de estupro), além disso há uma extensão dessa associação entre os grupos sociais e de suporte às mulheres que sofreram estupro.

No entanto, dentro da literatura produzida pela Psicologia, há um gama de estudos que trabalham a relação entre as crenças, estereótipos e processo de culpabilização. Todavia, ainda existe uma grande lacuna de estudo em relação às consequências sociais desses rótulos e estereótipos alcunhados às vítimas de estupro (HOCKETT; SAUCIER, 2015).

2.3.2 Teorias feministas sobre o estupro

A partir da década de 1970, em parte através da crítica ao patriarcado, os estudos feministas desenvolveram uma série de teorias sobre o estupro. Nesse contexto, tais abordagens foram protagonistas nos centros de estudo, e através do *slogan* “estupro é sobre poder e controle, não sobre sexo” introduziram importantes elementos sobre a dinâmica da agressão sexual (BRYDEN; GRIEN, 2011 *apud* MCPHAIL, 2016).

Dentro desse cenário teórico, foram pautadas discussões sobre os seguintes conceitos:

I. Poder patriarcal e controle:

Esse deslocamento teórico do estupro, filtrado pela motivação do poder ao invés do sexo, desempenhou importante papel na mudança da culpa direcionada às vítimas do sexo feminino. Brownmiller (1975), em *Against our Will: Men, Women, and Rape*, analisou o estupro ao longo da história e, a partir de suas descobertas, reformulou o significado relacionado ao estupro, acrescentando o fator político na interpretação desse fenômeno, pois compreendeu que o estupro não é somente fruto de uma violação individual. Assim, para essa autora o estupro é um processo consciente de intimidação, no qual os homens intencionalmente provocam um estado de medo nas mulheres com objetivo de demonstrar poder e controle.

II. A teoria sobre os mitos do estupro:

O conceito de mitos do estupro foi introduzido em 1970 pelo movimento feminista (BROWNMILLER, 1975). No entanto, na década de 80, Burt (1980) sofisticou a análise integrando a compreensão sobre as crenças estereotipadas. Dessa forma, os mitos de estupro são considerados atitudes ou crenças, geralmente falsas, mantidas de forma persistente e a serviço da negação ou legitimação dos males e agressões contra a mulher (LONSWAY; FITZGERALD, 1994 *apud* GRUBB; TURNER, 2012). Por essa razão, os mitos são também utilizados como ferramentas cognitivas para as proibições sociais, naturalizando as agressões sexuais dos homens contra as mulheres.

Os mitos sobre o estupro variam entre sociedades e culturas. Entretanto, seguem determinados padrões, como: a culpa da vítima sobre o estupro, a descrença nas reivindicações sobre o estupro, desresponsabilização do estuprador e o reforço da alegação de que somente certos tipos de mulheres são estupradas (BURT, 1980).

III. Perspectiva da heterossexualidade normativa:

A teórica Catherine MacKinnon produziu largamente sobre violência contra a mulher e define o estupro nos seguintes termos: "o estupro não é um evento isolado, outra transgressão moral ou intercurso sexual dado como errado, mas um ato de

terrorismo e tortura dentro de um contexto sistêmico de subjugação de grupo, como linchamento" (MACKINNON, 1989, p. 172 *apud* MCPHAIL, 2016, p. 5).

Embora esteja identificada entre as orientações teóricas das feministas radicais, essa autora problematizou a separação entre as categorias sexo/violência. Para Mackinnon (1989 *apud* MCPHAIL, 2016), os atos de dominação também podem ser experimentados como sexualidades excitantes. Dessa forma, a agressão contra aqueles com menos poder, muitas vezes é experimentada como prazer sexual, ou seja, um direito sexual da masculinidade que constrói e mantém a hierarquia de gênero.

Mackinnon (1989 *apud* MCPHAIL, 2016) introduziu a ideia da heterossexualidade normativa ao pontuar que as relações sexuais e os atos de estupro possuem uma relação, mesmo estando em dimensões diferentes, e, portanto, há uma linha tênue entre ambos. Logo, para ela, a luta contra o estupro não deve representar apenas uma luta contra a violação sexual, havendo necessidade de agregar a luta contra o controle das sexualidades femininas.

IV. A perspectiva dos cruzamentos ou interseccionalidades:

Para essa corrente teórica, o estupro deve ser compreendido através de um minucioso exame do contexto histórico. Assim, as pesquisas antiestupro precisam estar ligadas ao movimento antilinchamento, havendo uma conexão histórica entre mulheres negras agredidas sexualmente e os homens negros acusados como estupradores:

O mito do estuprador negro de mulheres brancas é irmão gêmeo do mito da mulher negra má – ambos elaborados para servir como desculpa e para facilitar a exploração continuada de homens negros e de mulheres brancas. As mulheres negras perceberam esse vínculo de modo muito claro e desde o começo se colocaram na dianteira da luta contra linchamentos (DAVIS, 2016, p. 178-179).

Ao historicizar o estupro na sociedade americana, ela analisou a sua institucionalização como uma arma política no sistema escravocrata, objetivando aterrorizar escravas, especialmente, nas situações de confronto e resistência:

Seria um erro interpretar o padrão de estupros instituídos durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era

aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros (DAVIS, 2016, p. 36).

No entanto, a pesquisadora também apontou que a agressão sexual institucionalizada teria ultrapassado a abolição da escravatura, mantendo-se como uma ferramenta política contra o movimento pela igualdade negra. Por consequência, os mitos que retratam as mulheres negras como promíscuas também podem ser interpretados como um avanço da ideologia racista.

A discussão supracitada foi inspiradora para Crenshaw (2002), que criou o conceito de interseccionalidade para ilustrar, nas múltiplas realidades de desigualdades, o cruzamento entre as categorias raça e gênero. Para essa autora, através da análise interseccional, é possível entender uma hierarquia sexual que valoriza certos corpos femininos e desvaloriza corpos de mulheres negras. Em decorrência dessas desigualdades estruturais, mulheres negras expostas ao estupro, por exemplo, são mais descredibilizadas; e os homens negros acusados de estupro, quando condenados, recebem sentenças que estabelecem mais anos de prisão do que para os estupradores brancos.

V. Construção de masculinidades e perspectivas sobre o estupro:

Essa abordagem faz parte da segunda onda do movimento feminista, cujos estudos sobre gênero enfocam as categorias sexo e gênero nos papéis socialmente construídos. Assim, os indivíduos são responsabilizados pelo desempenho do gênero com base na categoria de sexo e contexto cultural. A teoria da construção social emergente (SCULLY, 1990) trabalhou com estupradores condenados na prisão. A partir de entrevistas com estupradores, Scully (1990) teorizou o estupro de acordo com fatores culturais, como comportamentos apreendidos:

A tese mais importante deste livro é que o estupro é um comportamento adquirido, um ato de desvio normal, encontrado em sociedades ou grupos culturais cujas estruturas sociais, econômicas e políticas apoiam a violência sexual por meio da subordinação e desvalorização da mulher (SCULLY, 1990, p. 1219)³.

Dessa forma, essa perspectiva contrapõe tanto Brownmiller (1975) que dissocia o estupro do ato sexual, encarando-o mais como uma violação política de poder;

³No original: *A major thesis of this book is that rape is an acquired behavior, an act of normal deviance, found in societies or cultural groups whose social, economic, and political structures support sexual violence through the subordination and devaluation of women* (SCULLY, 1990, p. 1219).

quanto a teoria da heterossexualidade normativa, em que o estupro é conceituado como ato normativo.

Assim, a abordagem pauta o estupro através das identidades masculinas, cumprindo muitos propósitos como: vingança; punição (contra mulheres individualmente ou grupo de mulheres ou vingança contra o homem); um bônus adicional na prática de outro crime; acesso sexual às mulheres indisponíveis; a conquista sexual; o desejo de ter relações sexuais impessoais; fantasia de estupro; uma forma de recreação ou de aventura; um desafio; poder, controle e dominação; para se sentir bem; para mostrar camaradagem com outros homens; e para provar a masculinidade. Para Cossins (2000 *apud* MCPHAIL, 2016), o estupro está relacionado aos roteiros culturalmente dominantes na produção de masculinidades, ou seja, a violação não está diretamente ligada a uma prática desviante e sim a uma normativa de práticas do masculino.

De acordo com a sociologia das masculinidades (COSSINS, 2000 *apud* MCPHAIL, 2016), os homens estão em constante processo de engajamento em práticas sociais masculinas com intuito de provar suas masculinidades – relações de poder entre homens mediadas por raça, classe, etnia, religião e sexualidade. Essa teoria é consistente por não atribuir mono causalidade ao estupro, reconhecendo que os homens também possuem diferentes níveis de poder na hierarquia sexual, muitas vezes baseadas em outras identidades, como raça, classe, idade e orientação sexual.

2.3.3 Estupro entre conhecidos

A vitimização da mulher foi descortinada através do movimento de mulheres que chamaram a atenção para a necessidade de um tratamento legal que pudesse contemplar os seus direitos. A vitimização por estupro tradicionalmente é vulnerável ao crivo de valores patriarcais, que também são identificados na justiça criminal e em outras esferas da sociedade. A literatura internacional (ABBEY *et al.*, 2002; ANDERSON, 2007 *apud* ANGELONE *et al.*, 2014) indica que a maioria das mulheres é vitimizada por conhecidos. O termo “*acquaintance rape*” tem sido introduzido para abarcar a variedade de agressores sexuais que não sejam estranhos ou desconhecidos das vítimas, o que oferece o status de “crime escondido”.

Segundo Fisher *et al.* (2005), na década de 90, através da inserção de conceitos no escopo de pesquisas sobre vitimização, foi possível desenvolver outra

consciência social e legal sobre o fenômeno. Por isso, a emergência dos estudos que sinalizaram a prevalência de conhecidos na perpetração do estupro foi crucial para a descoberta do que seria considerado *acquaintance rape*: uma nova forma de produção metodológica, através de questões específicas de comportamento aplicadas aos sobreviventes de vitimização.

O *acquaintance rape* contempla mulheres violadas sexualmente por pessoas conhecidas que não notificam a violência ou quando notifica há baixas taxas de prisão, processo e condenação. A subnotificação, a descredibilidade da vítima e as ponderações sobre as ações do perpetrador são desdobramentos do contexto onde o *acquaintance rape* se manifesta. Dessa forma, um grande volume de produções tem utilizado o termo *victim blame*:

A literatura tem explorado um número similar de construções (culpa, responsabilidade, credibilidade, culpabilidade) capturadas pelo termo guarda-chuva “*victim blame*”, que relatam a avaliação dessa construção sobre como um incidente se constitui estupro (ANGELONE *et al.*, 2014)

O fenômeno de atribuir culpa à vítima é bem estabelecido na literatura e nos julgamentos individuais das mulheres. Dessa forma, os conceitos utilizados para atribuir culpa à vítima intensificam a aceitação acerca dos mitos do estupro, podendo estar associados à cultura de culpabilização da vítima (ANGELONE *et al.*, 2014).

Para Grubb e Turner (2012), de forma geral, a aceitação do mito do estupro mostra como esse esquema cognitivo serve para influenciar inconscientemente o caminho da atribuição da culpa dentro dos cenários do estupro, o que reverbera no grau de responsabilização da vítima em contraponto ao perpetrador. Além disso, a aceitação do mito do estupro também pode apresentar repercussões individuais na vítima, resultando numa percepção menos severa do trauma, e, assim, o subestimando.

De tal modo, a lógica de *feedback* está presente, em que os signos e crenças sobre a vítima de estupro são pulverizados no campo social, ao mesmo tempo em que endossam os processos de culpabilização e interferem na percepção das mesmas sobre o fenômeno.

2.3.4 Estupro na literatura nacional

No Brasil, a abordagem do tema estupro não é tão focalizada como na literatura internacional. No âmbito das ciências humanas, o enfoque está muito direcionado para a relação analítica entre as violências estruturais e a ordem vigente do patriarcado; já no contexto da saúde, a ênfase está centrada nas repercussões físicas e psicológicas.

Entretanto, apesar desse tema estar situado no escopo das violências interpessoais, não foi possível identificar muitas pesquisas que trabalhem de forma descritiva a categoria estupro e as especificidades interacionais entre agressor/vítima.

No país, os trabalhos pioneiros dos anos 80 problematizaram pouco a ideia de vitimização, pois tinham como objetivo principal dar visibilidade às denúncias de violência. A partir da década de 90, com a introdução da categoria gênero, os estudos na área de violência contra a mulher passaram a enfatizar o debate sobre vitimização. Nesse contexto, as interpretações sobre a violência contra a mulher direcionaram a produção de diversos estudos. A primeira corrente definia o fenômeno enquanto uma expressão de dominação da mulher pelo homem, assim a mulher é concebida como vítima e cúmplice da dominação masculina; a segunda, influenciada pela perspectiva feminista e marxista do patriarcado, interpreta a mulher como sujeito social autônomo, vitimizada historicamente pelo controle social masculino; já a terceira relativiza o modelo de dominação masculina e vitimização feminina, trazendo a ideia de cumplicidade no cerne do ato violento (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Contudo, Saffiotti (2004) apontou a relevância do meio termo nas pesquisas para que ora não caiam no vitimismo ou na condenação das mulheres como cúmplices.

Atualmente é possível avaliar como positivo, o papel desempenhado por estas publicações, já que provocaram a emergência de outras posições, com maior capacidade de discriminar entre a passividade e as estratégias calculadamente utilizadas por mulheres vítimas de violência na relação com seus agressores (SAFFIOTTI, 2004, p. 127).

Por conseguinte, Saffiotti (2004) problematizou que apesar de se tratar de um mecanismo de ordem social, no ato violento, a mulher – como vítima e sujeito numa relação desigual com os homens – pode apresentar diferentes formas de interpretar a violência. Isso revelou que o ato da violência também pode estar situado no campo da individualidade.

O estupro é um fenômeno conectado a questões históricas e sociais, que em distintos momentos conferiram graus de visibilidade à vítima, circunscrita numa gama de concepções ligadas ao corpo e à sexualidade. Em torno da especificidade desse ato também ressoam elementos que pautam o plano macro da violência. Bandeira (2009) alega que não pode haver ruptura entre as manifestações de violência estruturais e as violências interpessoais, uma vez que, anterior ao ato de violência contra a mulher, existe uma ordem simbólica, definida pelas desigualdades reguladoras da vida social, e engendradas pelas assimetrias existentes entre homens e mulheres.

Dessa maneira, para Bandeira (2009), a categoria violência contra a mulher, mesmo com as vestes da complexidade, polissemia e multicausalidade, ainda é utilizada como dispositivo de controle sobre os corpos femininos, através de atos violentos, como abusos verbais, físicos e emocionais, agressões, torturas, abuso sexual e estupro.

Nesse tocante, evidencia-se que o corpo feminino, além ser submetido a discursos específicos, também é controlado por práticas violentas. Segundo Saffiotti (2004), a violência contra as mulheres seria resultante de uma socialização machista e expressão do patriarcado, já que elas, como vítimas, são sujeitos numa relação desigual com os homens. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas. Assim, devido à legitimação social da violência dos homens contra as mulheres, através da organização social do gênero vigente na sociedade brasileira, é possível perceber a força e expressão desse fenômeno (SAFFIOTTI, 1994).

No entanto, para Bandeira e Suarez (1999), a compreensão da violência interpessoal requer a ampliação da análise para além do poder patriarcal, pois é um fenômeno assentado nas relações e signos que perpassam os condicionantes culturais. De tal modo, a conexão entre violência e gênero denota o envolvimento de mulheres e homens, suas identidades masculinas e femininas. De acordo com essa perspectiva, a violência de gênero pode ser afetiva, emocional, planejada e instrumental. Essas autoras ainda apontam que: “A violência interpessoal e cotidiana que atinge as mulheres é um fenômeno complexo, cujo entendimento requer a consideração de algo mais do que o exercício do poder patriarcal” (BANDEIRA; SUAREZ, 1999, p. 24).

Numa tentativa de manejar de forma direcionada o conceito do estupro, Segato (1999) discute duas categorias, a partir de seu entrelaçamento com os sentidos da masculinidade: a) o estupro cruento, ou seja, o estereótipo do estupro que abarca o anonimato das ruas e o reconhecimento do senso comum; e b) o estupro alegórico, que corresponde à dimensão simbólica do fenômeno, isto é, à violência estruturalmente prevista. A partir da análise dos relatos de presidiários que cumprem pena por esse tipo de crime, ela concluiu: as relações de gênero obedecem a estruturas arcaicas; o estupro evoca uma ruptura de contrato regulador das sociedades modernas; o estupro permanece preso a uma teia de racionalidade que encontra seu sentido na paisagem mental do estuprador; e o estupro deve ser compreendido como um ato (em companhia), através de sua dimensão intersubjetiva, incorporadas no sujeito:

A galeria de “acompanhantes” ou de interlocutores em sombras que participam do ato é incorporada na vida do sujeito desde cedo e sempre confirmada desde então. Trata-se de uma apreensão dos outros, marcada por uma compreensão da centralidade da estrutura da diferença de gênero, assim como uma hipersensibilidade, trabalhada pela socialização, às exigências que essa diferença coloca ao sujeito masculino para ele ser e ter identidade como tal. Essas “companhias” silenciosas, que pressionam, encontram-se incorporadas no sujeito e já fazem parte dele. O que proporciona dizer que seu ato, seu crime é, mais que subjetivo, é intersubjetivo: outros imaginados dele participam (SEGATO, 1999, p. 408).

Por esse motivo, a autora trouxe outro modelo de análise dos estupradores para além do psicopatológico e sociocultural, introduzindo uma terceira posição ao qual denomina de “injunção do estupro”: “colocada pela sociedade, vigora no horizonte mental do homem sexualmente agressivo pela presença de interlocutores na sombra, aos quais o criminoso dirige seu ato e, perante os quais, o ato também obtém sentido pleno” (SEGATO, 1999, p. 414).

No campo da Psicologia, os estudos abordam as repercussões psíquicas e subjetivas. Para Zuwick (2001), a marca no corpo violado pelo crime sexual imprime na subjetividade sentimentos de vergonha, sujidade e autoculpabilização. A mulher violada igualmente se sente “portadora de estigmas indelévels com sentimento de aniquilamento” (NOSSINTCHOUCK, 1998 *apud* ZUWICK 2001, p. 87), além do receio em relação à reação da família e as possibilidades de retaliação do agressor. Alguns

fatores também podem agravar esse quadro como o uso da arma de fogo, quantidade de agressores e grau de aproximação com o perpetrador.

No entanto, as consequências do ato violento para saúde mental não seguem um padrão, podendo apresentar variações de acordo com a realidade de cada vítima. Alguns estudos (DATTILIO; FREEMAN, 1995 *apud* RISTUM; INOUE, 2006) sobre impactos psicossociais oriundos da violência sexual concluíram que as vítimas podem ser afetadas em grau e intensidade diferenciados, desde consequências mínimas até graves problemas sociais e psiquiátricos. O Transtorno de Estresse Pós-Traumático, por exemplo, é um quadro psicopatológico grave e recorrente em pessoas expostas à situação de violência sexual. Outros estudos (WILLIAMS, 2004 *apud* RISTUM; INOUE, 2006) ainda aludem que esperar um quadro sintomático característico limita o diagnóstico, pois algumas vítimas não apresentam sintomas aparentes após a violência. Por fim, percebe-se que os estudos psicológicos enfatizam as repercussões individuais do estupro na vida das vítimas.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada no estudo foi de natureza qualitativa. Para Minayo (2013), esta escolha metodológica é útil para o desenvolvimento de estudos sobre relações, representações, crenças, percepções das interpretações que as pessoas fazem de si mesmas, ou seja, de como vivem, sentem e pensam. Já que a experiência do estupro é central, essa opção permite “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações dos assuntos em questão” (GASKELL, 2002 p. 68). Em conexão com a natureza da pesquisa, a entrevista foi a principal técnica para colher os dados, seguida pelo diário de campo, para o registro das percepções e sentimentos da pesquisadora no decorrer da pesquisa.

3.1 O campo

A pesquisa no campo da violência nos convoca a refletir sobre a vigilância constante acerca dos tabus e moralidades enraizados nas condutas. Assim, pensar nos vieses ou no que gera estranhamento (VELHO, 1978) é um exercício saudável capaz de gerar deslocamentos ou reposicionamentos sobre determinados temas.

Os pés que pisam o solo empírico não vagueiam sem direcionamentos, mas elucidam uma trajetória de encontros e conexões teórico/metodológicas. Nesse sentido, é salutar que essa escolha esteja relacionada com a natureza da pesquisa, considerando que nele também há um dinamismo e uma vida própria; estar no campo demanda planejamentos e auto-gestão no processo.

Essa compreensão metodológica é crucial para o campo de pesquisa das violências interpessoais, em especial, a do estupro. No decorrer da pesquisa, a cautela esteve presente desde o contato com os locais ou referências de assistência até o primeiro encontro e interação com as vítimas. O acesso às pessoas em situação de violência sexual, e a todos os meandros que envolvem esse processo, pode gerar entraves nas pesquisas que exploram essas narrativas.

O interesse pela temática se deu ainda como psicóloga do Serviço Viver, Centro de referência do Estado da Bahia, situado no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues. Durante os quatro anos de atuação, vivenciei situações que instigaram a curiosidade de pesquisá-las em profundidade. O Serviço, em questão, atualmente faz

parte da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. Há aproximadamente quatro anos esse Serviço passou por algumas mudanças, como a saída da Secretaria de Segurança Pública e a estagnação do quadro de profissionais.

Ele funciona no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR), local no qual são atendidas pessoas em situação de violência sexual, que formalizaram denúncia em alguma delegacia ou no Ministério Público. Todavia, as vítimas que não notificaram a queixa também podem ser atendidas por demanda espontânea.

No âmbito interno da Secretaria de Segurança Pública, o Serviço Viver funciona em rede com as delegacias e com a polícia Técnica, já no âmbito externo, com serviços ligados à Secretaria Estadual de Saúde, Centro de Referência Estadual de Aids, Centro de Referência Estadual na Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) / Coordenação de Atenção à Saúde (COAS), Instituto de Perinatologia da Bahia (IPERBA), além de outras organizações governamentais e não governamentais (COHIM; SILVA, 2006). Como um dos locais da pesquisa, o Viver é referência no fluxo de atendimento, sendo um dos itinerários previstos pela rede de assistência em Salvador.

Todavia, a partir do contato com esse Serviço emergiram diversas questões que ilustram o fazer metodológico, desde o universo de interações no campo até a aplicação dos métodos e técnicas. Para Yin (2016), adentrar no campo é minimamente penetrar num espectro da vida real ou das rotinas, por isso é uma entrada no espaço, no tempo e nas relações sociais. O processo de abertura de campo pode estar relacionado a um infinito de possibilidades que envolvem desde o maior grau de proximidade até a ausência de um contato prévio com o local. No entanto, independente da intimidade ou estranhamento, regular e gerenciar essa relação é um exercício metodológico imprescindível para o andamento da pesquisa.

Dentro da literatura metodológica das Ciências Sociais (POUPART, 2014), há um vasto número de estudos que abordam a construção da empatia e do *rapport*, especialmente no contato com os interlocutores, informantes-chave ou entrevistados(as).

Ao longo do trabalho, daremos ênfase na discussão sobre ampliação da noção de *rapport* para além do *setting*⁴ da entrevista. Como foi exposto anteriormente, a

⁴ Enquadre contextual de uma interação, em que define o espaço e interações estabelecidas em determinado ambiente. Esse termo é bastante utilizado para ilustrar a relação entre analista e analisado no contexto terapêutico.

violência sexual é atravessada por diversos signos e construções conceituais que permeiam o tecido social, é um terreno analítico espinhoso que mobiliza a fala sobre violências silenciadas ou veladas. Por essa via, a estratégia de ampliar o *rapport* para as diversas pessoas do campo foi propositiva, auxiliando a conduta com interlocutoras e profissionais do serviço.

A formalização da entrada no campo foi realizada com um *script* para o acesso às mulheres. Anterior à realização das entrevistas, estive semanalmente no local com o intuito de promover momentos casuais, não direcionados e espontâneos com as profissionais. As primeiras investidas, além de viabilizarem relações empáticas com estes, foram planejadas também para visibilizar o cuidado da pesquisadora no trato com a temática. Essa tônica esteve presente na pesquisa desde a conversa com os profissionais até os primeiros contatos com as entrevistadas; estandardizar essa intenção também é um compromisso ético com o tema, com o campo e com as pessoas.

3.2 Coleta de dados e manejos metodológicos: interações, métodos e técnicas

A amostra compreendeu vinte mulheres acompanhadas por uma rede de profissionais que prestam atenção às pessoas em situação de violência sexual. Como mediadores no acesso às interlocutoras foram contatados cinco profissionais atuantes no Serviço Viver e uma profissional do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (CEDECA⁵), mas a interação direta com a instituição ocorreu apenas no Serviço Viver, pela facilidade no trânsito e relações constituídas como egressa da Unidade.

A mediação dos profissionais foi importante por conhecerem a fundo a problemática das mulheres, viabilizando uma atmosfera segura no contexto da entrevista. Dessa forma, as entrevistadas puderam relatar com maior tranquilidade e segurança suas histórias.

Os critérios de seleção compreenderam mulheres, de diferentes bairros da cidade, com idade superior a 18 anos, que sofreram mais de uma vez o estupro. Esses elementos ofereceram diversos contextos sociais e etários para o estudo da

⁵ É uma organização sem fins lucrativos que desenvolve trabalhos na área de proteção à infância e adolescência em situações como violências sexuais, crime de homicídios, violência física e violação de direitos. Disponível em: <<http://www.cedeca.org.br/pagina.cfm?pagina=1>>. Acesso em: 20 out. 2019.

vitimização. A seleção foi coerente com a avaliação dos profissionais sobre o momento adequado para exposição das narrativas, sendo consideradas as condições psíquicas e de saúde das mulheres.

O processo de coleta de dados abarcou diferentes momentos, envolvendo um período de 03 anos. As investidas iniciais se deram enquanto atuante do Serviço Viver, quando foram realizadas as primeiras entrevistas exploratórias. O quadro 1 ilustra a memória do processo de coleta de dados:

Em uma análise mais detalhada do referido quadro, pode-se considerar que:

- Coleta de dados realizada entre 2014 e 2015: a seleção foi mediada diretamente pela pesquisadora, por isso esse período foi avaliado como mais frutífero. Ao observar choros, pausas ou outros comportamentos não-verbais indicadores de desconforto, a pesquisadora sugeriu a possibilidade de **re-entrevistar**. Essa estratégia foi importante na condução do processo, pois os relatos foram densos e mobilizadores. O agendamento de uma segunda entrevista contribuiu para construção da confiança na interação, organização das memórias acessadas e redução de sentimentos mobilizadores.
- Coleta de dados realizada entre 2016 e 2017: a seleção das entrevistadas se deu a partir das profissionais do Viver e do CEDECA. Antes da realização das entrevistas foram feitas visitas semanais ao Viver, com intuito de circular de maneira casual pelo espaço, promovendo encontros espontâneos com os profissionais. As primeiras investidas, além de viabilizarem relações empáticas, fortaleceram o vínculo da pesquisadora com o campo. A construção do procedimento de acesso às entrevistadas foi meticulosamente discutida com as profissionais que também foram incluídas nessa dinâmica. Nesse contexto, foram avaliados os casos que mais se encaixaram no recorte da pesquisa, ou seja, mulheres acima de 18 anos, expostas a mais de um episódio de estupro no decorrer da vida, em condições psíquicas, de saúde e dispostas a se comunicarem. Esse período representou outro ponto na pesquisa, marcado pela realização das entrevistas em diferentes locais da cidade, escolhidos pelas interlocutoras: Centro Histórico e por distintos campi da Universidade Federal da Bahia (Arquitetura, Canela, Politécnica). A escolha dos lócus de interação foi uma estratégia para “quebrar o gelo” e abordar de maneira mais cuidadosa o tema.

Quadro 1 – Memória do processo de coleta de dados.

ANO	TIPO DE ENTREVISTA	QUANTIDADE	LOCAL	ACESSO ÀS ENTREVISTADAS	MANEJO
2014	Exploratórias	06	Serviço Viver	Direto: a partir do vínculo institucional com o serviço.	Explorar o tema de forma aberta, adentrando nos diversos cenários do estupro. Nessa ocasião salta aos olhos o estupro perpetrado por agressores conhecidos e suas repercussões na sociabilidade da vítima, sentimento de insegurança, deslocamentos territoriais, mudanças na dinâmica familiar.
2015	Exploratórias	05	A critério das mulheres: serviço viver	Direto: a partir do vínculo institucional com o serviço	Explorar de forma mais sistemática o espectro do estupro repetido, assim como seus cenários, o processo de vitimização e ressignificação da vítima.
2016	Entrevistas	03	A critério das mulheres: serviço viver	Indireto: a partir do encaminhamento de profissionais do serviço viver	Explorar de forma mais sistemática o espectro do estupro repetido, assim como seus cenários, o processo de vitimização e ressignificação da vítima
2017	Entrevistas	06	A critério das mulheres: entrevistas realizadas em diferentes cenários de acordo com a relação afetiva destas com a ambiência.	Indireto: a partir de encaminhamento de profissionais do serviço viver, CEDECA e rede de atenção às mulheres em situação de violência.	Analisar, a partir das categorias já identificadas, de forma mais precisa os cenários do estupro repetido. Categorizar a diversidade das interações entre vítima e agressor. Apesar de aparecido o estupro perpetrado entre desconhecidos, esse momento foi crucial no direcionamento do recorte da pesquisa

Fonte: Autoria própria.

3.2.1 A entrevista

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, uma vez que “o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2013, p. 64). Esse instrumento contempla tanto os objetivos do trabalho, quanto a fluência e espontaneidade das participantes. Além disso, sua flexibilidade permitiu acessar a dimensão subjetiva a partir das demandas surgidas no “*setting*” da entrevista.

Para Charmaz (2009), a entrevista qualitativa oferece contato intensivo com diversos aspectos da vida experienciados pelo entrevistado, podendo haver nesse contexto a surgimento de *insights* importantes. Por isso, além de ser uma ferramenta de coleta, se configura como um tipo de interação (POUPART, 2014), comunicando interpretações, silêncios, comportamentos verbais e não verbais.

As entrevistas foram guiadas por roteiro semiestruturado (ver apêndice), que abordou os seguintes aspectos: a) os contextos de vida das mulheres; b) os cenários da vitimização repetida (aspectos espaciais e temporais) e as interações entre vítima e agressor; c) grau de proximidade com o agressor; d) abordagem do perpetrador; e) reações da vítima; f) a caracterização das experiências sofridas pela vítima. Os pontos elencados pelo roteiro não foram impositivos, já que outros elementos não situados nesse enquadramento, mas coerentes com os objetivos da pesquisa puderam emergir nas falas, agregando aspectos não explorados previamente.

A utilização do roteiro guia se alinha mais com a perspectiva da entrevista qualitativa, porque contempla o fluxo livre e espontâneo da narrativa. Segundo Yin (2016), na entrevista qualitativa, a interação entre pesquisador e participante não é mediada por roteiro rígido, gerando questões mais profundas; logo o desenvolvimento das perguntas se alinha com o contexto e dinâmica do ambiente da entrevista. Assim, o roteiro guia representa uma estrutura mental, em geral, composta por um modesto subgrupo de temas, que podem ser acompanhados por pequenas sondagens ou perguntas de seguimento; sua utilização adequada permite o direcionamento na conversa.

Durante as entrevistas houve atenção às reações e possíveis desconfortos. Desse modo, foram acolhidos todos os comportamentos presentes na fala sobre o estupro: silêncio, interrupções, choros e pausas. Para Poupart (2014), a qualidade da entrevista pode ser avaliada na medida em que o entrevistado fala satisfatoriamente,

costurando a realidade com a projeção de seus sentimentos. Essa dimensão interacional, exige diversos repertórios comportamentais do/da pesquisador(a) como: mobilização da fala, construção de espírito colaborativo e sentimento de confiança no cenário da entrevista.

Diante do exposto, medidas foram adotadas para construir uma atmosfera empática:

- Possibilitar que a entrevistada escolhesse o local mais confortável e continente para a realização da entrevista, com intuito de diminuir ao máximo as interferências ambientais durante a exposição dos relatos;
- Garantir que o bem-estar da entrevistada fosse priorizado em relação à coleta de dados, logo caso houvesse a necessidade de pausa, interrupção ou remarcação seria acolhido prontamente;
- Permitir que o roteiro não fosse determinante, assim o fluxo da narrativa poderia ampliar o horizonte das questões diretivas; e
- Evitar a abordagem de elementos conceituais normativos sobre a violência e o estupro, já que a exploração do espectro de significados das entrevistadas tem demonstrado uma diversidade de conceitos sobre essas experiências.

Conforme apresentado anteriormente, a pesquisa foi atravessada por uma lógica ética tecida no cotidiano do campo e nas relações estabelecidas. Em relação aos cuidados procedimentais, as entrevistas foram gravadas mediante autorização das participantes, que tomaram conhecimento prévio do objetivo do estudo, assim como tiveram a privacidade e anonimato preservados através da utilização de pseudônimos.

Houve uma preocupação em relação aos cuidados na abordagem da temática e a possibilidade de não angariar danos psíquicos às participantes. Caso avaliado o risco de sofrimento psíquico a alguma das mulheres, a pesquisadora teria agido de modo a oferecer acolhimento imediato e possível encaminhamento à profissional de saúde mental.

3.3 Organização e análise

O processo de organização dos dados é uma etapa minuciosa, crucial para a análise. Para tal fim, a pesquisadora escolheu o método de codificação proposto pela

teoria fundamentada para dar conta das ações do agressor e das respostas da vítima. Para Charmaz (2009), essa etapa conecta a coleta dos dados e o desenvolvimento de uma teoria emergente para explicação destes, já que os códigos validam os dados e reorientam a coleta de novos dados. Por isso, a codificação permite identificar códigos iniciais e significativos para a organização do fluxo de dados, possibilitando a generalização e análises contextuais das ações e dos eventos.

Na lógica da codificação da teoria fundamentada, esses códigos são criados e definidos a partir de uma análise minuciosa dos dados e, posteriormente, da definição de seus significados. É um processo de codificação ativa que demanda uma interação constante com os dados:

Interagimos com os nossos participantes e, posteriormente, interagimos com eles novamente por muitas vezes ao estudarmos os seus enunciados e atitudes observadas, bem como ao reimaginarmos os cenários nos quais os conhecemos. Conforme definimos os nossos códigos e os aprimoramos posteriormente, tentamos compreender as opiniões e atitudes dos participantes a partir de suas perspectivas (CHARMAZ, 2009, p. 73).

Para a identificação de categorias foi utilizada a técnica de agrupamento. Por ser uma técnica não linear, visual e flexível, este procedimento permite a compreensão e melhor organização do material. Então, a partir da leitura intensiva das entrevistas, os códigos iniciais e os seus possíveis agrupamentos foram identificados. Essa técnica facilitou o agrupamento de códigos teóricos e empíricos para construção do esquema conceitual (ver quadro operacional a seguir):

Quadro 2 – Quadro operacional do estudo de cenários e interações no estupro repetido de mulheres.

CATEGORIAS TEÓRICAS	CONCEITOS SOBRE O ESTUPRO	MITOS SOBRE O ESTUPRO	ESTUPRO ENTRE CONHECIDOS (ACQUAINTANCE RAPE)	VITIMIZAÇÃO
	Caráter polissêmico	Estereótipos de gênero	Status do crime escondido	Violência física
	Historicidade, construção social e cultural do conceito	Ferramentas cognitivas para justificar o estupro	Descrédibilidade da vítima	Violência psicológica
	Carreira moral	Validação das agressões masculinas	Culpabilização da vítima	Vitimização sexual e corporeidade
	Esquemas mentais construídos	Cultura de culpabilização da vítima	Ambientes privados	Vitimização institucional
	-	Naturalização da violência de gênero	Agressores conhecidos	Revitimização
	-	Manutenção de crenças sobre o estupro	Subnotificação do estupro	-
	CENÁRIOS DO ESTUPRO REPETIDO	INTERAÇÕES VÍTIMA/AGRESSOR	ABORDAGEM DO AGRESSOR	RESPOSTAS E SIGNIFICADOS PRODUZIDOS
Temporalidade e repetição	Grau de proximidade	Grau de proximidade	Respostas verbais	
Espacialidade	Vínculos familiares	Recursos mediadores	Respostas físicas	
A casa como ambiente hostil	Vínculos não familiares	Mediadores afetivos	Respostas não-verbais	
A itinerância	A condição de agregada	Gratificações	Impactos na sociabilidade	
A ausência de vigilantes capazes	Morar de favor: objetificação do corpo	Estilos e performances do agressor	O estupro como destino	
Presença de terceiros ou co-vítimas	Encenações ou representações	Encenações.	Rituais de purificação	
Rotina e repetição	Interações em outros contextos	-	A solidão	
-	-	-	Destino e carreira moral	
-	-	-	-	

Fonte: Autoria própria.

Um dos grandes desafios na coleta e no tratamento dos dados foi lidar com as categorias tempo/espço, pelos longos períodos de vitimização, pela não-linearidade dos relatos e pelos diálogos e reflexões que misturavam presente, passado e futuro.

Na etapa da transcrição foi possível perceber que os saltos temporais por vezes burlavam os pontos do roteiro. As vozes dessas mulheres tinham um comportamento

muito característico, ou seja, elas tinham sede de fala, ou melhor, de um lugar seguro de fala. Por esse motivo, foi preciso garantir que elas percebessem a pesquisa como *locus* seguro, habitável. Com o tempo, observamos que o campo deveria ser direcionado por elas, seja na escolha do local, no agendamento de outros encontros ou até mesmo nos momentos de silêncio.

Dentro da amostra de 20 mulheres, só foi possível utilizar integralmente quatorze entrevistas. A maior parte das interlocutoras havia sofrido o estupro há mais de um ano. Nos casos mais recentes, identificamos uma dificuldade maior em narrar a experiência. Não foram considerados relatos em que houve choro constante e predominância do silêncio, pelo desconforto gerado e inviabilidade no aproveitamento dos dados. Em geral, os contatos variaram entre 01 ou 02 encontros.

Nessas situações que envolveram choros, silêncio e pausa constante, a experiência enquanto psicóloga facilitou o manejo e a constatação da necessidade de interrupção das entrevistas. Apesar da não utilização desses dados, esses casos nos apontaram que cada entrevista também se configurou como um encontro, em que cada contato revelou uma interação entre as singularidades dessas mulheres e as da pesquisadora.

Essa conexão esteve presente em diversos momentos. Algumas interlocutoras deram dicas e se mostraram muito generosas na exposição de suas narrativas. Por isso, as entrevistas se caracterizaram como interações, reflexões e análises sobre o fenômeno do estupro. Ou seja, no ato de narrar as suas histórias, as mulheres externaram opiniões e percepções acerca do tema de pesquisa. A disponibilidade de falar sobre o estupro como forma de visibilizar a temática, de ajudar outras pessoas ou denunciar práticas violentas, apareceu como intencional em algumas narrativas.

Quadro 3 – Nomes escolhidos para as entrevistadas

PSEUDONIMO	IDADE
Medusa	21 anos (2015)
Perséfone	41 anos (2015)
Anastacia	43 anos (2015)
Pandora	31 anos (2015)
Lilith	53 anos (2016)
Inanna	31 anos (2015)
Demeter	45 anos (2015)
Dandara	18 anos (2017)
Ewa	18 anos (2015)

Neftis	18 anos (2015)
Ceuci	31 anos (2015)
Jaci	18 anos (2015)
Guacira	50 anos (2017)
Estrela	18 anos (2016)

Fonte: Autoria própria.

Por fim, os pseudônimos utilizados para identificar as entrevistadas são oriundos de personagens femininos presentes em mitos ou na história. A busca dos mitos se deu de forma aleatória, mas no processo de busca, observamos conexões entre as histórias das interlocutoras e alguns mitos, em que a violência sexual esteve presente.

4 PARENTES E AGREGADAS

O presente capítulo é composto pela caracterização das mulheres e as diferentes relações com os agressores, identificando as conexões entre cada trajetória de vida. O perfil das mulheres foi elaborado a partir dos seguintes dados sociodemográficos: faixa etária, cor/raça, grau de escolaridade, inserção profissional, orientação sexual e filhos.

Os vínculos que tipificam as relações entre as interlocutoras e seus agressores podem ser classificados em dois grupos: a) **grupo intrafamiliar**, envolvendo pai, irmão, primo e tio; b) **outro que abarca relações fora do grupo familiar**, envolvendo vizinhança, amigadas em graus de proximidade diferenciadas. Contudo, cabe ressaltar a identificação de outros tipos de relação nos relatos de apenas duas mulheres: Lilith (53 anos em 2016), estuprada por um professor de autoescola; e Guacira (50 anos em 2017), pelo marido.

4.1 Perfil das Mulheres

A faixa etária das mulheres entrevistadas variou entre 18 e 53 anos. Dentre as vítimas, 09 delas sofreram a violência na infância, 03 na adolescência, com durabilidade mínima de 05 anos e máxima de 10 anos; ademais, 02 mulheres sofreram estupros após os 40 anos. De acordo com o critério de autodeclaração, as entrevistadas se classificaram quanto à cor/raça da seguinte forma: 03 afirmaram ser branca, 05 negras e 06 pardas.

Quanto ao grau de escolaridade das vítimas, 04 não finalizaram o ensino fundamental, 02 não concluíram o ensino superior, 01 era graduada em Serviço Social e 07 possuíam ensino médio completo. Algumas relacionaram as aspirações profissionais às experiências traumáticas, como no caso de Medusa (21 anos em 2015) que cursava pré-vestibular na tentativa de ingressar no curso de Direito, ou seja, o sentimento de injustiça gerado pela impunidade dos agressores fundamentou essa escolha. Já Lilith (53 anos em 2016) cursou Serviço Social com intuito de trabalhar com violência de gênero. Nesse sentido, a entrevistada enfatizou o desejo de ajudar as mulheres no contexto da violência. Ao explorar sobre a inserção profissional, 06 eram estudantes, 03 estavam desempregadas, 02 desenvolviam atividades no

mercado informal (vendedoras ambulantes), 01 atuava como autônoma (manicure e cabelereira) e 02 possuíam vínculos formais de trabalho.

No que concerne à orientação sexual, 12 entrevistadas se identificaram como heterossexuais, 02 delas casadas e 01 divorciada; 02 como bissexuais, 01 com namoro em curso e uma solteira. Algumas discorreram sobre a orientação sexual, associando-a ao histórico do estupro, como no caso Anastacia (43 anos em 2015) que endossou a opção de não se relacionar com homens: “Depois de tudo que passei em minha vida, não quero homem nenhum, nem para ir aí paquerar ali e largar. Não que eu goste de mulher, eu não gosto. Eu gosto de homem, mas estou cansada”. Dandara (18 anos em 2017) também passou a questionar a bissexualidade após o estupro, afirmando que a atração por homens havia diminuído significativamente.

Duas mulheres que foram entrevistadas engravidaram em função dos estupros: Neftis (18 anos em 2015) provocou o aborto e Medusa (21 anos em 2015) deu continuidade à gestação, mas a criança faleceu com 06 meses de vida. A primeira recorreu legalmente a uma maternidade para interromper a sua gestação. No Brasil, o aborto legal é previsto por lei, mas, de acordo com Faúndes *et al.* (2006), ainda assim há barreiras entre os profissionais de saúde em colocá-lo como opção para as mulheres. Já para Medusa não foi dada essa alternativa e, por consequência, a não aceitação da gestação esteve presente após o nascimento da filha. Esse fato gerou diversas repercussões sociais e psicológica em sua vida.

Outrossim, no curso da pesquisa ainda foi necessário analisar casos de vítimas que tiveram seus filhos estuprados, porque 04 mulheres estiveram na condição de vítimas diretas e indiretas de estupro. A condição de vítimas indiretas trouxe à tona suas experiências traumáticas, além de ter gerado sentimentos como culpa, raiva e impotência. No entanto, duas mulheres (Inana e Anastácia, 2015) foram motivadas pelo o que elas consideravam como sentimento de “fazer justiça” e revelaram a violência, denunciando o estupro às diversas instâncias responsáveis, como o Instituto Médico Legal, a DERCA⁶, o Ministério Público e o Serviço Viver.

Nesse tocante, a quebra do silêncio foi para dar visibilidade às experiências vivenciadas e sinalizar a necessidade de cuidados referentes ao sofrimento psíquico. Na ocasião das entrevistas, todas estavam fazendo acompanhamento psicológico, individual e grupal, no Serviço Viver.

⁶ Delegacia Especializada de Repressão e Crimes contra a Infância e Adolescência

4.2 Grupo intrafamiliar: as parentes

Outro aspecto importante, envolvendo a caracterização das participantes desse estudo, está centrado nas repercussões do estupro, com ênfase no impacto das relações incestuosas na família. Alguns historiadores, ao analisarem a história da família burguesa (ARIES, 1973; FOUCAULT, 1998), perceberam que a família por não ser uma instituição natural, assumiu diferentes arranjos a depender da sociedade ou dos grupos sociais em que ela estava inserida. O modelo nuclear de família, só foi consolidado no século XVIII, adquirindo mutações de acordo com o grupo familiar, já que não havia uma separação clara entre o público e o privado e a família não possuía as funções afetiva e socializadora. A privatização da instituição familiar e transição das funções socializadoras para o contexto do lar burguês, se configuraram como mecanismos estruturais na constituição da família moderna.

A família, protagonista do discurso da estruturação moral da sociedade burguesa, também se configura como uma rede de prazeres-poderes, em que a separação entre adultos e crianças, a segregação entre meninos e meninas, os métodos de vigilância delegados aos pais, os segredos e medos, fez da família “uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis” (FOUCAULT, 1998, p. 102). Ao adquirir novos significados, a figura do pai surge como figura moral e de responsabilidade perante a sociedade.

Por fim, a historicidade nos serviu para contextualizar as racionalidades que vagueiam em torno dos ambientes privados, como por exemplo, a casa enquanto local de controle, da suposta segurança, que não coloca em questão as interações coercitivas e o tabu do silêncio.

a) Relação consanguínea de primeiro grau: pai

Ao perscrutar sobre a relação consanguínea de primeiro grau, três narrativas apontaram o pai como o agressor: Jaci (18 anos em 2015), Ceuci (31 anos em 2015) e Pérsefone (41 anos em 2015). Todas foram violentadas na infância pelo pai, porém apenas Jaci revelou o fato à mãe. A escolha por detalhar o relato de Perséfone se deu, porque essa narrativa detalha pontos que agregam as demais.

Diante disso, Perséfone relatou, com pesar, ter sido violada pelo pai e narrou atitudes na infância e adolescência, cujo significado denominou de “moralizar”:

um cansaço emocional muito grande, muito, porque eu queria que ele entendesse que o que ele estava fazendo era errado, então era como se eu quisesse moralizar ele [...] imagine uma criança querendo moralizar um adulto, né? Era assim. Já adolescente eu comecei a ficar agressiva mesmo e discutir com ele de forma muito agressiva (PÉRSÉFONE, 41 anos em 2015).

Quando Pérsefone falou sobre a tentativa de moralizar o pai, parece apontar questões relacionadas ao tabu do incesto. Há um grande lastro na literatura que aborda a questão do estupro e parentesco, desde clássicos que exploram os mitos fundantes da sociedade como Freud (1913), em “Totem e Tabu”, Lévi-Strauss (1908), em “As estruturas elementares do parentesco”, até as abordagens mais psicológicas, a exemplo de Araujo (2002), Narvaz e Koller (2006), sobre as repercussões psíquicas individuais e familiares.

Pérsefone enfatizou as repercussões psicológicas, como o cansaço emocional gerado pela tentativa de compreender as atitudes do pai, incompatíveis com as expectativas de uma filha. Ao falar do pai, a emoção sempre aflorava, afirmando que sua vida poderia ser diferente, caso ele exercesse as funções de cuidado e proteção. Ademais, ela contou sobre as razões de não revelar o estupro, pois ninguém acreditaria em sua versão, já que as pessoas compreendem a casa como local seguro e harmônico:

também mantive o silêncio, com medo de as pessoas repreenderem! Porque eu senti isso na pele, né? As pessoas olham torto. Então, você vai falar e aí você é repreendido? E eu comecei a sentir que se eu fosse falar de alguma forma eu ia sofrer e não ele. Então, eu mantive silêncio por muito tempo e isso foi se repetindo, porque era dentro da minha própria casa (PÉRSEFONE, 41 anos em 2015).

Para Cohen (2005), o silêncio frente à violação do tabu do incesto pode ser proveniente de algumas motivações: medo sobre a reação da família, manutenção da aparência, convivência entre aqueles que sabem do fato e não denunciam, e dificuldades de buscar alternativas para solucionar a questão.

b) Outras relações consanguíneas: irmão, tio e primo

No decorrer da análise dos dados, duas mulheres relataram que foram estupradas por mais de um membro familiar: Medusa (21 anos em 2015), pelo tio e irmão, e Ewa (18 anos em 2015), por tios e primos. Em algumas situações, outros membros familiares pareciam ter conhecimento dos eventos, todavia se mantiveram

omissos. Assim, as narrativas transitaram da suposição à certeza: Medusa desconfiava que sua tia sabia sobre as agressões; já Inanna (31 anos em 2015) até hoje guarda mágoa do irmão, porque ele sempre estava em casa quando os estupros ocorriam, porém nega o fato até hoje.

Entretanto, parecem existir tipos de comunicação entre os agressores. Por exemplo, Ewa sofreu sistematicamente estupro de primos e tios, em dias e locais diferentes. Ela falou sobre a fato de que eles se comunicavam, inclusive através de bilhetes. Esses comportamentos foram conceituados como “pacto de silêncio”, uma espécie de acordo na manutenção do segredo.

4.3 Grupo extrafamiliar: as agregadas

Para além das relações mediadas por vínculos familiares, a presente pesquisa também mapeou as relações de vizinhança e de amizade. No cenário baiano era/é comum as mulheres se tornarem agregadas a outros lares, por uma inviabilidade das famílias em prover necessidades materiais, e tal fato igualmente aconteceu com algumas entrevistadas. Na infância dessas mulheres, portanto, as relações de trabalho constituíram uma condição arcaica, mas típica do Nordeste do Brasil.

A casa do patrão como extensão da moradia pode ser compreendida sob a perspectiva sociológica de Freyre (2003a), que discute elementos da formação social brasileira circundantes no arranjo da casa-grande e da senzala. Tanto em “Casa Grande e Senzala”, como em “Sobrados e Mucambos”, a “casa” aparece como ponto de partida analítico. Segundo Freyre (2003b), a casa mantinha as hierarquias básicas do sistema colonial e representava mais do que apenas o local de moradia. Dessa forma, na condição de agregada está embutida a noção de troca, ligada especialmente aos serviços domésticos. Sob o teto do provedor patriarcal, as tarefas são delegadas sem escolhas ou defesas, e, por outro lado, sob o signo da troca ocorre a instrumentalização da violência gerada no corpo, objetificado e reificado.

Aos 9 anos de idade, Pandora (31 anos em 2015) precisou sair de Itaberaba para morar com uma pessoa conhecida da sua família em Salvador. Em razão da mãe não possuir mais condições de criar os cinco filhos, cada um foi enviado para diferentes casas de famílias. Ao chegar nessa casa, Pandora se tornou babá, não sendo remunerada por isso. Ela morou na referida residência por 14 anos e saiu aos

23 anos de idade, quando adquiriu independência financeira ao trabalhar como cabeleira.

Ceuci (31 anos em 2015) descreveu como começou a trajetória na condição de agregada na casa de um amigo da família:

minha mãe, ela não tinha casa. Ela trabalhava na casa de família. Então, naquela época, as pessoas que trabalhavam na casa de família tinham que dormir lá. Então, ela não tinha onde me colocar. Aí tinha um amigo dela [esposo da amiga da família e, portanto, considerado igualmente como amigo da família], uma família que era colega de trabalho dela, que ela conheceu. Esse casal não tinha filho, aí ela me deu pra essa pessoa ficar comigo, só enquanto ela trabalhava. No final de semana que ela tinha folga, ela me pegava e ia pra casa de minha madrinha, que era amiga dela também na época e ela ficava nessa casa. Só que eu não podia ficar lá porque minha madrinha tinha 14 filhos [...] eu era muito pequena. Muito pequena [...] é, nessa faixa ficava assim. Então eu cresci nessa família de Nazaré, que era P. e D. Eu cresci nessa família até uns onze anos. E sempre assim no final de semana para casa de minha madrinha”.

Por conta das relações de trabalho da mãe, Ceuci foi morar na condição de agregada na casa de amigos. Nesse contexto, ficou exposta a diversos episódios de estupro sob essa condição de “morar de favor”. Residiu em vários ambientes até o início da adolescência, transitando por três lugares como agregada: na casa de amigos da mãe, aos finais de semana na casa da madrinha, e por vezes na casa do pai. Nesses três cenários ela sofreu o estupro.

Anastacia (43 anos em 2015) foi morar na casa de conhecidos da família, após o falecimento da mãe. Ela contou que, nessa fase, sua vida era regida por uma “lei da sobrevivência”, porque não teve escolhas, era “ou vai ou vai”. No relato dela é possível observar resquícios da estrutura escravocrata:

Porque quando tem patrão e empregada, sempre a empregada está errada. Hoje em dia possa ser que esteja certa, mas naquele tempo... a empregada trabalhava em troca de um prato de comida. Não acredita não, não acredita mesmo, minha revolta também toda era essa, de não acreditarem (ANASTACIA, 43 anos em 2015).

Apesar de utilizar o termo empregada, as relações trabalhistas não eram lícitas, ao contrário pareciam definidas por um regime de quase escravidão. Anastácia vivia em condições sub-humanas: dormia nos corredores, não possuía carga horária definida, não era remunerada, trabalhava em troca de moradia e alimentação. Além disso o seu corpo foi objetificado pelos diferentes homens que circulavam na casa:

Uma margem de 17 pessoas. Pessoas que infelizmente não queriam que passassem na minha vida, mas passaram. Patrão, filho de patrão, sobrinho de patrão... Patrão, nas outras, sobrinhos, nas outras, era

marido da irmã de minha patroa. Essas coisas aí, passando na minha vida. [...] eu tinha um ódio, vontade de matar todos eles. Eu só pensava em matar. Eu pensava e voltava no pensamento. Não falava nada para ninguém, porque ninguém ia acreditar.

A representação do corpo da mulher negra, a partir da lógica da objetificação presente na sociedade escravocrata, foi amplamente discutido por Davis (2016), que ao historicizar o estupro na sociedade americana, apontou sua ordem institucionalizada.

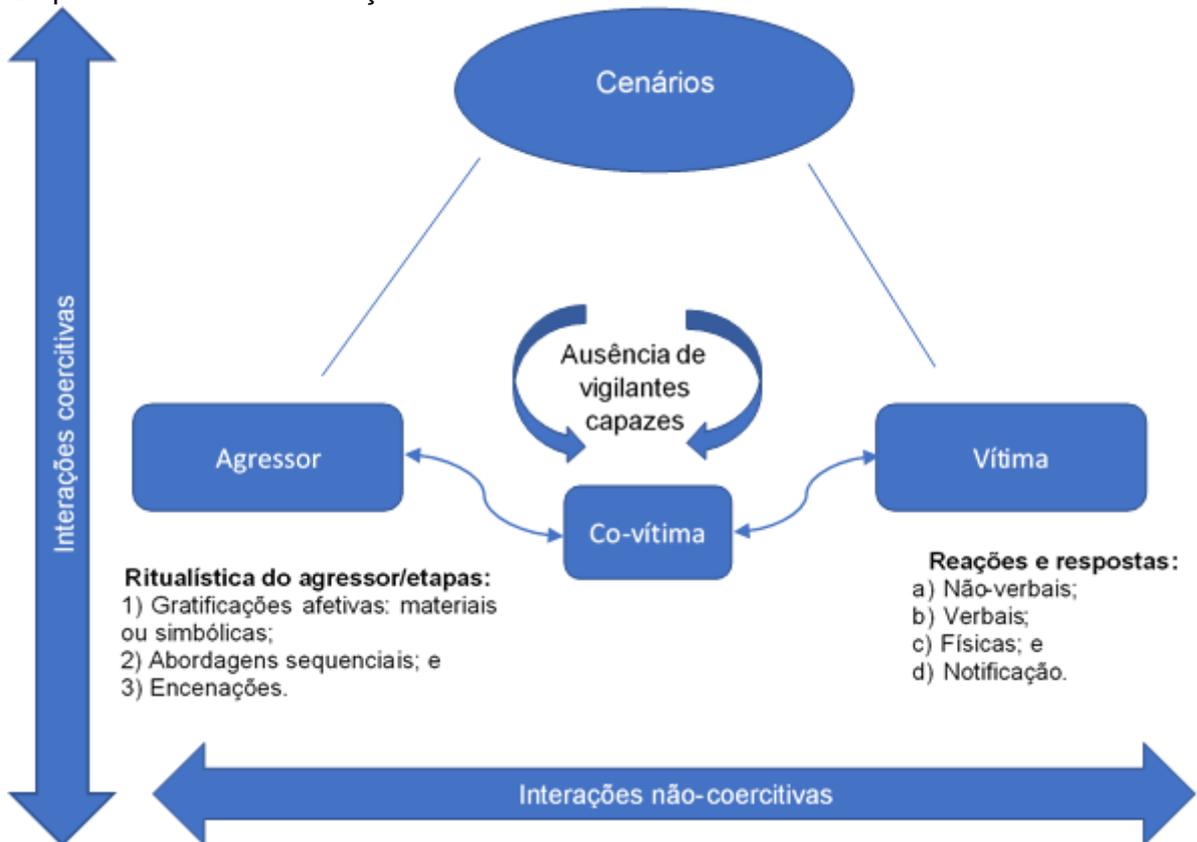
Ao aplicar uma análise interseccional (CRENSHAW, 2002) sobre o estupro sofrido por Anastácia, fica evidente como a questão racial interage com as demais relações de poder, intensificando suas vulnerabilidades e sofrimentos. Dessa forma, alguns aspectos da escravidão ainda são reproduzidos nas relações de trabalho doméstico no Brasil, com destaque para as diferentes formas de reificação do corpo, seja através do trabalho doméstico compulsório ou através do estupro perpetrado por vários agressores.

Por fim, no contexto social brasileiro essa prática de agregar alguém em situação de vulnerabilidade social, para hipoteticamente trabalhar na casa da família nuclear, tomou contornos de uma prática cultural envolvendo diversas camadas sociais.

4.4 Cenários e interações: a casa como palco principal

O ambiente doméstico correspondeu ao cenário central onde os eventos ocorreram. Embora seja percebido enquanto local seguro, as interlocutoras descreveram tais espaços como manipulados, organizados numa ambiência facilitadora em criar oportunidades para os agressores. Nesse sentido, o esquema conceitual abaixo descreve o horizonte de cenários e interações mapeados nesse estudo.

Esquema 1 – Cenário/situação dos eventos.



Fonte: autoria própria.

Ao longo dessa seção, as dimensões das categorias descritivas do cenário/situação, que envolvem espacialidades transitadas pelas vítimas e agressores, serão discutidas.

A casa como ambiente de sociabilidade (DAMATTA, 1997; FREYRE 2003); marca a vida privada, o status da família dominado pela lógica patriarcal e o controle sobre os comportamentos e os corpos. Não é incomum nos relatos emergir esse significado, assim como as restrições de circular por outros espaços: “porque a gente foi criado muito preso dentro de casa. Minha avó não me deixava sair. Era sempre dentro de casa” (INANNA, 31 anos em 2015).

Demeter (45 anos em 2015) também relatou que a mãe não gostava que ela saísse de casa, no entanto ela sofria os estupros no quarto em que dormia no período da noite. A mãe de Demeter foi omissa, quando notificada sobre o estupro: “Falava com minha mãe e ela não tomava atitude. Eu achava que era normal, quando falava com ela e ela dizia para não falar”. Assim, a obrigatoriedade de permanecer na casa por mais tempo, ao invés de ser um fator protetivo, tornava Inana e Demeter mais vulneráveis.

Neftis (18 anos em 2015) sofreu o primeiro episódio de estupro na rua, num local próximo a sua casa, e após esse evento, ela preferiu ficar mais tempo dentro de casa. No entanto, o sentimento de segurança até então atribuído à casa, mudou após o segundo episódio de estupro perpetrado pelo cunhado. Em decorrência dessa experiência, não ficava mais no domicílio sozinha e preferia passar a maior parte do dia em sua escola: “Eu vou para a escola todos os dias. Gosto muito de ficar lá, porque é o único lugar em que me sinto mais segura. Lá estou perto das minhas amigas e longe da minha rua e de minha casa” (NEFTIS, 18 anos em 2015).

No entanto, a casa representa a itinerância, vivenciada por muitas interlocutoras como uma espécie de rodízio, ou de trânsito por várias casas ao mesmo tempo. Nos relatos, as mudanças e transições socioespaciais (de bairro ou cidade, por exemplo) foram frequentes e simbolizam as vulnerabilidades socioeconômicas vivenciadas pelas famílias dessas mulheres:

Minha mãe na época não tinha casa. Ela trabalhava na casa de família. Eu ficava num rodízio de casas, na verdade. Eu ficava na casa de D. quando eu aprontava lá alguma coisa, ela não queria que eu ficasse lá, porque na verdade sempre quem implicava comigo era a mulher dele. Ela não queria que eu ficasse lá. Aí ela me botava pra fora. Quando ela me botava pra fora, P. nunca estava em casa. Quando ele chegava, eu já não estava. Ele ficava retado, porque eu saí de lá. Mas ele não sabia que ela tinha me botado para fora. Aí eu tinha que ficar na casa de minha madrinha até ela se acalmar. Aí como P. ficava mandando eu ir pra lá, ficava mandando recado pra minha mãe: “Traga Ceuci, eu tô com saudade. A menina fica aqui brincando. Traga ela. D. fica aí se aborrecendo com besteira”. Aí minha mãe pegava, me levava pra lá. Então eu já saía de uma casa pra outra (CEUCI, 31 anos em 2015).

O rodízio de Ceuci em várias casas parecia condicionado à boa ou má vontade dos moradores, ou seja, quando Ceuci apresentava algum comportamento considerado inadequado ela era expulsa temporariamente. A casa do pai também estava inserida nessas opções de rodízio, no entanto era o local mais temido por ela:

Eu também era abusada na casa de meu pai. Quando minha mãe brigava com ele, eu tinha que ficar lá, porque às vezes eu não tinha lugar para ficar e eu tinha que ficar lá. Então eu me lembro que ele não me deixava sair, não deixava ter amizade com ninguém. Eu só podia ir para escola e lá a professora me via calada na sala, me via que eu não participava com as outras crianças. Então ela me perguntava o que é que estava acontecendo em casa. Aí eu falava que meu pai me bateu (CEUCI, 31 anos em 2015).

Assim, dentro dessas diversas casas, algumas pareciam ser mais inóspitas que outras, expondo às vítimas a contextos mais violentos. Já no caso de Medusa, os

primeiros episódios aconteceram quando ela estava com 06 anos, numa oficina próxima à casa da tia:

Ele abusou da gente, mas tipo ele já tinha abusado de outras pessoas lá na cidade. Mas nunca tinha prova para prender ele. Ele vivia solto. Só que no nosso caso, o menino que ajudava ele, tinha um lugar aonde consertava carros e motos e muito equipamentos. Ele sempre levava a gente para lá. Ele era muito amigo de minha tia e meu tio, sempre viviam lá em casa (MEDUSA, 21 anos em 2015).

Aos 08 anos, o tio a abordou em outros ambientes domésticos, dentro de casa e na fazenda, mas a casa era referência principal. A abordagem do tio respeitava o fluxo de pessoas na casa e acontecia em horários específicos:

Tudo começou a mudar. Aí depois ele começou a ficar mais agressivo e depois eu percebi que não tinha mais jeito, não tinha mais como voltar atrás. Às vezes, ele abusava mais de mim de tarde, porque era o horário que ele chegava do trabalho. A empregada saía 17:30 para ir para escola e só ficava ele e meu sobrinho [...]. Às vezes, ele levava para uma fazenda, ele dizia que se eu falasse alguma coisa para alguém iria me matar e me enterrar lá e ninguém nunca mais ia me ver (MEDUSA, 21 anos em 2015)

Aos 11 anos, ela foi morar com o irmão, ficando exposta a mais situações de violência. Dessa forma, além de sofrer o estupro, quando o irmão chegava em casa bêbado, ela passava por situações de maus tratos com a esposa dele:

Meu irmão pediu a guarda. Como ele tinha casa, família e essas coisas deram a minha guarda para ele. Eu morava ali na Liberdade. Morava com os filhos, o filho da esposa e meu irmão. Eu comecei a ter problemas com a esposa dele. Acho que eu já sofri demais, não queria ter responsabilidade dentro de casa com as crianças e ela brigava muito comigo. Ela não foi muito com a minha cara. Ela me batia muito. Ela me maltratava demais, sempre batia em mim. Quando me via brincando, me puxava de volta para casa e dizia que eu tinha que fazer alguma coisa (MEDUSA, 21 anos em 2015).

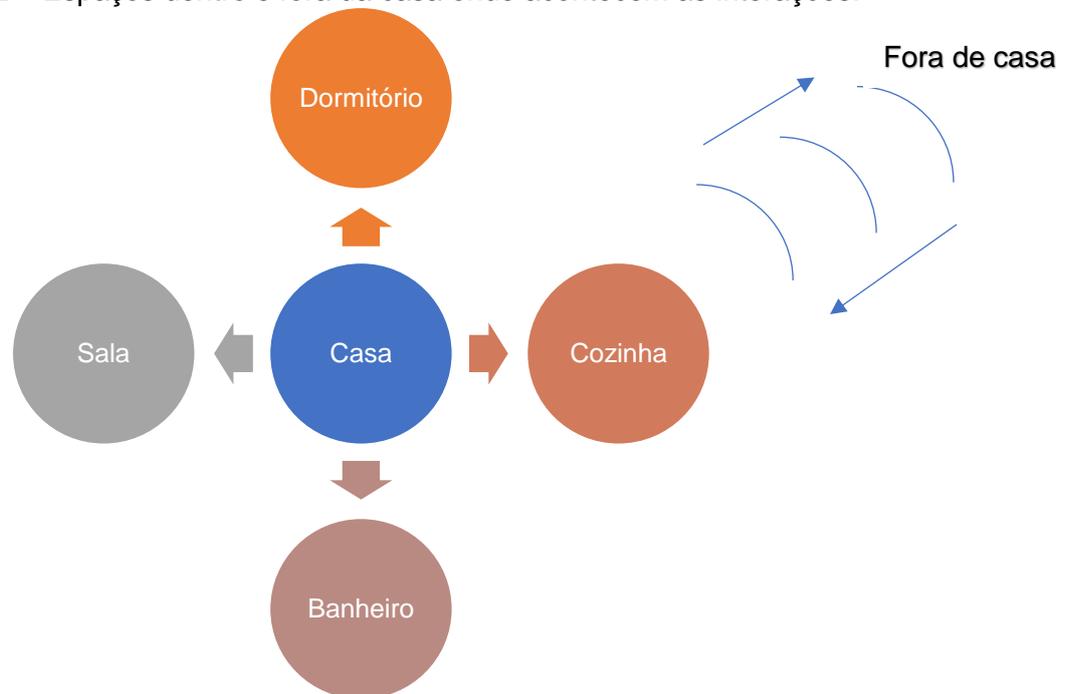
As interlocutoras apontaram problemas nas relações com as pessoas das diferentes casas. A moradia parecia condicionada às atribuições domésticas e responsabilidades incompatíveis com a faixa etária. Medusa narrou que com dez anos precisava cuidar dos filhos do irmão, fazer comida e conciliar tudo isso com as rotinas de estudar e ir para escola. Por conseguinte, a casa também era palco de outros tipos de tensionamentos, conflitos e agressões contra as vítimas, não diretamente relacionados ao estupro.

A figura abaixo ilustra essa relação entre os espaços dentro e fora da casa, que precisam ser pensados enquanto territórios aonde acontecem diversas interações. Assim, há relatos em que os agressores optam por espaços específicos dentro da

casa, ao passo que também existiram situações em que outras ambiências foram utilizadas.

Em geral, havia um fluxo dentro e fora do ambiente privado, mas na casa o estupro era perpetrado através de uma rotina estabelecida. Assim, por mais que os agressores utilizassem outros espaços, na casa eles obtinham um maior controle do cenário. A figura abaixo ilustra as dinâmicas que envolvem os trânsitos dentro e fora da casa:

Esquema 2 – Espaços dentro e fora da casa onde acontecem as interações.



Fonte: Autoria própria

Algumas interlocutoras, relataram que os estupros aconteciam em locais e horários específicos. Anastacia (43 anos em 2015), por exemplo, que vivia em condições precárias de trabalho, falou de abordagens na cozinha e, no período da noite, nos corredores da casa que morava como agregada. Já Estrela (18 anos em 2016) também era abordada pelo tio na casa, geralmente ele a surpreendia em diferentes locais. Em uma dessas situações contou que inesperadamente o tio a surpreendeu na sala da televisão: “Eu estava assistindo televisão na sala com o meu tio. Eu fui até a cozinha fazer um café e quando voltei, ele já veio e penetrou em mim”.

Ao passo que Inanna (31 anos em 2015) trouxe a recordação do quarto, local onde os estupros aconteciam. O tio esperava a avó sair de manhã para trabalhar e nesse período a estuprava no quarto, ao lado da sala.

Dessa forma, por mais que o ambiente privado se configure como cenário central, em especial a casa, outros locais como praça, fazenda, praia aparecem condicionados à ausência de vigilantes capazes (COHEN; FELSON, 1979). Contudo, mesmo dentro da própria casa, essa variável era considerada como crucial: “importante pra ele era que não tivesse ninguém. Então podia ser numa praça ou podia ser na praia como foi, podia ser em qualquer lugar da casa, desde que ele sentisse que tinha a oportunidade de fazer” (PERSÉFONE, 41 anos em 2015). Ao passo que alguns relatos apontaram a presença de terceiros, em geral, em condição vulnerável ou impossibilitados de oferecer ameaças:

Mas, às vezes, também quando ele estava afim de me abusar quando minha tia estava dentro de casa, ele dava alguma coisa para ela beber. [...] ela sempre chegava cansada, ela sempre gostava de tomar leite na hora de dormir [...] só que era estranho. Ela ficava sonolenta [...], ela ficava meio que estranha quando dava leite para ela, então ele me abusava na cama com ela (MEDUSA, 21 anos em 2015).

Só tinha nós três em casa. Sempre acontecia de tarde, no horário que minha avó ia lavar a roupa. Só ficava a gente dentro de casa. [...] meu irmão, tinha praticamente a minha idade, devia ter entre 7 ou 8 anos. [...] praticamente todas às vezes ele via (INANNA, 31 anos em 2015).

No primeiro trecho acima, Medusa infere a possibilidade do tio ter induzido uma sonolência na tia, o que neutralizaria qualquer capacidade de reação e a colocava numa condição de co-vítima. Como já relatado anteriormente, Inanna falou sobre a mágoa do irmão, que observava os estupros quase diários, pois o seu tio (agressor) agia num dos cômodos da casa, com a presença de ambos. Na fase adulta, ao narrar a revelação do ocorrido à mãe, ela enfatiza a omissão e silêncio do irmão: “Meu irmão, ele se calou até pouco tempo. Quando falei com minha mãe, foi a mesma coisa que nada. Eu disse para minha mãe: ‘o seu filho sabe’, mas ele se negou. Ele disse que não sabia de nada, que nunca tinha acontecido nada” (INANNA, 31 anos em 2015). Ela ainda acrescentou da obrigatoriedade em ver o tio em eventos da família e que este não conseguia lhe encarar de frente.

Para algumas interlocutoras, a saída da casa apareceu como única solução para evitar os estupros. Anastácia (43 anos em 2015), que morava como agregada numa casa, aonde vivia de forma precária e era violentada por diversos homens, resolveu fugir desse lugar, ficando em situação de rua por aproximadamente um ano. No contexto de rua, ela escolheu um viaduto na região da Vasco da Gama, local onde se sentia segura e tinha certeza de que “não seria bulida”.

Já Pandora (31 anos em 2015) viveu anos na casa da prima, local em que era violentada por seu esposo. Ela aproveitava as idas na escola para fugir para a casa de uma amiga. No entanto, as tentativas de fuga não eram exitosas, porque o agressor sempre a encontrava e ameaçava. Quando ela adquiriu independência financeira e saiu definitivamente desse local, se sentiu aliviada e tal evento foi interpretado como um ato de liberdade em sua vida.

Com esse mesmo objetivo, Perséfone (41 anos em 2015) investiu na carreira profissional para conseguir a independência financeira e poder sair de casa. Essa foi a estratégia encontrada para se livrar definitivamente das investidas do pai.

Por fim, a casa apareceu como espacialidade central, tendo as rotinas estabelecidas pelo agressor. A representação da casa enquanto um local seguro foi contestado pelas mulheres, que enfatizaram o sentimento de insegurança e medo nesses espaços.

5 ASPECTOS LONGITUDINAIS DA VITIMIZAÇÃO

No curso da pesquisa, muitas mulheres relataram episódios de estupro ocorridos no passado. A alusão a uma circunstância anterior foi constante nas narrativas, provocando diálogos interiores sobre diversas etapas da vida: por vezes a adulta dialogou com a criança ou a adolescente.

Talvez essa característica diferencie o status do estupro e de outras pesquisas sobre a violência interpessoal. Afinal, o acesso às vítimas de estupro, a partir da cronologia episódica, é inviabilizado por uma série de fatores, como a subnotificação e a invisibilidade das vítimas, que interferem na visibilização do fenômeno em diversas instâncias. Por isso, essa pesquisa agrega a relevância de contemplar o tempo em suas dimensões cronológica, episódica e atemporal.

Assim, o estupro repetido apresentou-se em grandes períodos de tempo com caráter de continuidade e persistência. As narrativas sinalizaram conexões entre tempo/espaço/repetição, em vista disso foi dada atenção às suas dimensões cronológica e atemporal: “Você vive parecendo que retorna a aquele lugar, você fala e retorna” (PANDORA, 31 anos em 2015). Durante a entrevista, Pandora contou que lembrou de detalhes e situações que acreditava já ter esquecido. Dessa forma, a fala sobre o estupro retomava sentimentos que ela acreditava terem ficado lá no passado.

Ao narrarem os estupros, as mulheres vitimizadas também refletiram sobre as temporalidades que envolveram as suas histórias: “Tem muito mais carne embaixo desse angu. Muito mais histórias por aí fora. Histórias tristes, histórias alegres. Histórias que eu chorei e que hoje em dia eu dou risada. Histórias, conquistas, derrotas, caí e me levantei” (ANASTACIA, 43 anos em 2015). A experiência do estupro repetido extrapola seu caráter episódico do passado, persistindo no tempo presente: “Eu começo a me perguntar [risos], é uma, é uma... uma autoanálise, eu começo a fazer? E aí eu digo: será que eu estou deixando os resquícios do passado?” (LILITH, 53 anos em 2016).

Essas mulheres foram expostas continuamente ao estupro, com extensa durabilidade, abarcando diferentes etapas do desenvolvimento: “Sofrer o abuso é diferente de idade para idade. Uma coisa é quando você é criança, outra quando você é adulta” (MEDUSA, 21 anos em 2015). Os relatos apontaram a infância como ponto

de partida para exposição ao fenômeno e com possibilidade de cessar apenas na vida adulta.

A longitudinalidade, portanto, dá o tom na presente pesquisa, já que a vitimização, além de ser repetida, apresenta característica de continuidade e persistência no tempo/espço. Por essa via, a vitimização é compreendida como um evento processual e de largo alcance na vida das mulheres.

Dessa forma, a ideia de processo será tomada como referência, tendo em vista as diversas etapas que envolvem a vitimização, demonstrando uma qualidade não-linear, ou seja, não foi encontrada uma linearidade sequencial em relação à repetição do estupro. Nesse sentido, as diversas situações foram organizadas da seguinte maneira: 1) episódios perpetrados por agressores diferentes, que podem acontecer de forma intermitente ou sequencial; e 2) episódios perpetrados pelos mesmos agressores.

5.1 Episódios perpetrados por agressores diferentes

Os episódios foram identificados nos contextos em que diferentes agressores violentaram as mulheres, de forma intermitente ou sequencial, num mesmo cenário ou em cenários diferentes. Em relação à intermitência, os relatos considerados são aqueles em que os estupros aconteceram num mesmo período e sem interrupção, mas envolvendo diferentes agressores.

Em algumas narrativas, as interlocutoras fizeram menção ao “pacto de silêncio”, cujo significado está centrado no contexto/situação em que um agressor tem conhecimento sobre a agressão do outro, havendo uma espécie de acordo entre eles. Ewa (18 anos em 2015), moradora de uma comunidade quilombola do interior da Bahia, sofreu estupro dos 08 aos 13 anos, pelo tio e dois primos, na casa de seus avós (local de sua moradia) e nas proximidades. Ela contou da leve impressão de que eles conversavam entre si, no sentido de evitar que os avós descobrissem.

Esse tipo de silenciamento pactuado entre os agressores também foi pontuado por Anastacia (43 anos em 2015), que era estuprada em diferentes dias pelos homens da casa em que trabalhava. Os episódios aconteciam em distintos locais: quarto, corredor e cozinha. Já no caso de Ceuci (31 anos em 2015), por exemplo, embora aparentemente não houvesse uma comunicação entre os agressores, a intermitência

do estupro estava associada ao que ela chamou de “rodízio de casas”, ou seja, em todas as casas que permanecia temporariamente, aconteciam os estupros.

Por outro lado, a forma sequencial é caracterizada quando a vítima sofre estupro por um período com o mesmo agressor e, na sequência, outros episódios começam com um agressor diferente e, assim, sucessivamente. Medusa (21 anos em 2015) vivenciou essa situação dos 06 aos 08 anos quando foi abordada pelo vizinho; dos 09 aos 11 anos pelo tio; e dos 11 aos 13 anos pelo irmão. Já o caso de Neftis (18 anos em 2015) foi marcado por dois episódios: o primeiro, aos 15 anos, ao ser abordada na rua, por pessoa que acreditava ser da vizinhança; e o segundo foi perpetrado pelo cunhado em sua casa.

5.2 Episódios perpetrados por um mesmo agressor:

Os episódios perpetrados por um mesmo agressor abarcaram as ocasiões em que a vítima sofreu estupro por um longo período por um mesmo agressor. Os relatos de Jaci (18 anos em 2015), Inanna (31 anos em 2015), Perséfone (41 anos em 2015) e Pandora (31 anos em 2015) exemplificam longos períodos de vitimização provocados por um mesmo agressor. Nessas histórias, os motivos elencados como propulsores para findar os episódios são diversos: no caso de Inanna (31 anos em 2015), a casa foi enchendo de gente, e, ao chegar mais pessoas para morar, isso foi intimidando o tio, porque começou a haver um número grande de vigilantes capazes. Já no caso de Perséfone (41 anos em 2015), com “o passar do tempo” e a chegada da adolescência, as possibilidades reais de conseguir emprego e prover suas despesas, a motivou sair de casa.

Nos casos de Perséfone, Inanna e Pandora, a durabilidade média da exposição ao estupro foi de dez anos, sob a convivência diária com o agressor. A infância foi trazida como marco de vulnerabilidades:

Começa com o assédio. Ocorre mais na fase da criança. O abandono dos pais. Não pode deixar o filho de qualquer jeito. A minha mãe tinha cinco filhos, sem condições para criar. Eu morava em Itaberaba com minha mãe e quatro irmãos. Era a mais velha, vim para Salvador para ficar com meu primo de 03 anos (PANDORA, 31 anos em 2015).

A sensação de “perda” da infância, da transposição de etapas normais do crescimento ou de “ter se desenvolvido através da violência” ilustram a

longitudinalidade da vitimização. Ao falar sobre sua vida, Perséfone comenta sobre o largo alcance da vitimização:

Eu poderia ser melhor se não fosse esses episódios todos. Olha, se fosse um episódio, talvez eu fosse até diferente, mas isso foi perpetuado. Eu vivi nessa situação muito tempo. Acabou com a infância, acabou com a adolescência e agora me atinge, né? Começou a me atingir na fase adulta, muito. [...] Eu passei a adolescência trancada em mim mesma, né? Não conversava com ninguém. Então, eu deixei de viver muitos momentos, muita coisa que eu poderia descobrir. E eu não descobri nada, não vivi nada. Então, essa fase para mim, infância, adolescência foi apagada. Foi viver só isso com ele. Foi isso. Então, ele fez muitas outras violências, não foi só isso [...]. Eu poderia ter uma vida melhor, eu poderia não ter esse vazio que eu tenho de não ter vivido determinadas coisas na minha infância e adolescência. Eu tinha pressa de envelhecer e morrer. Eu era adolescente, aí eu tinha pressa de ficar velha, de morrer logo, porque era difícil pra mim. A vida passou a ser difícil. Eu enxergava assim (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

Desse modo, o fato dela não ter vivido o curso normal de sua vida foi trazido enquanto uma compreensão acerca da condição perene do estupro numa determinada fase.

Por fim, através dessa passagem pelos relatos será possível discutir a longitudinalidade da vitimização, apontando as dimensões cronológica e atemporal do tempo.

5.3 Uma breve abordagem sobre o tempo

O tempo, enquanto objeto de reflexão das ciências humanas, está posto como grande desafio em sua definição, com ambiguidades e esforços empenhados desde Santo Agostinho. A aproximação do tempo sob a lógica de duração, processo, continuidade pode parecer mais familiar, mas o “seu aspecto mais enigmático, talvez seja o da experiência humana” (GIDDENS, 1989).

Na análise do estupro, portanto, foi dada atenção às conexões entre tempo e espaço. As mulheres, quando narraram o cotidiano de repetição do estupro, falaram sobre a vitimização como um processo, em que elas visualizam as repercussões longitudinais.

Para Giddens (1989), a rotinização é um mecanismo psicológico vital para sustentação e segurança das atividades cotidianas na vida social. De tal modo, o caráter da ação situada no tempo/espaço se torna presente na rotinização e sua natureza repetitiva na vida cotidiana.

Conforme Merleau-Ponty (2011), assim como o espaço, a noção de tempo não deve ser estanque, sendo igualmente importante sinalizar a dimensão do ser. Dessa forma, pensar o tempo é ainda considerar suas temporalizações, em que está embutida outra compreensão sobre a subjetividade, ou sobre o sujeito. É na experiência, no campo de presença, que é viável vislumbrar como essas dimensões estão imbricadas e produzem significados. Por essa vertente, o tempo também possui a função de agência.

Nesse tocante, a ordenação do tempo se faz a partir da experiência, ou das temporalizações e o passado/presente/futuro não são necessariamente pensados sob a ótica da linearidade. Das (1999) aponta um olhar sobre o tempo situando-o como agente, extrapolando sua imagem ou representação. A violência, quando ocorre de forma repetida no cotidiano, transcende o caráter extraordinário, do inimaginável, porque se torna presente ou pode ser identificadas nas miudezas do dia-a-dia. Ao trabalhar com a categoria tempo dentro do contexto da violência, a autora aponta que a violência “desce ao cotidiano”, porque o ponto principal de questionamento não é:

como os acontecimentos da Partição estiveram presentes nas consciências como acontecimentos passados, mas como vieram a ser incorporados na estrutura temporal das relações, especialmente tendo em mente o caráter projetivo da existência humana (DAS, 2011, p. 34).

No curso dessa pesquisa, durante o ato de falar ou do processo de construção das narrativas, a qualidade não linear, o trânsito pelas dimensões atemporais e também retorno à cronologia dos episódios de estupro foram observados. Isso dialoga com a seguinte afirmação de Das (1999, p. 5): a “narrativa, contudo, não é algo que se revele num movimento linear e preciso. É, antes, um texto rabiscado, reescrito diversas vezes”.

Assim, no ato de narrar, as interlocutoras trouxeram memórias afetivas à tona, engatilhando análises sobre as violências sofridas. Medusa (21 anos em 2015) falou sobre a experiência de narrar a violência: “Voltar ao passado de novo. Cada um age de um jeito. Eu nunca tive problema com isso. Sempre gostei de conversar sobre minha história”. Ao apontar o retorno ao passado, Medusa traz dois pontos interessantes: a) ao evocar sua memória, ela aponta como construiu a narrativa sobre a violência, em que o ato de falar tem a funcionalidade de “ajudar os outros com minha história”; e b) ao mesmo tempo, ela reconhece uma suposta diferença entre sua experiência em falar sobre o estupro e a de outras mulheres: quando diz que “isso deixa as pessoas tristes”, ela qualifica tais episódios enquanto fenômenos difíceis de

serem falados pelas vítimas, ao passo que ela tem outra percepção sobre o ato de narrar: “eu nunca tive problema com isso”.

Esse trecho é rico, porque salpica diversos pontos teóricos abordados no curso desse trabalho: a fala como possibilidade de revitimização, o silenciamento em torno do tema, o tabu desse campo de estudo e a necessidade de “criar um vínculo afetivo” para o êxito da pesquisa.

O “voltar ao passado” remonta ao conceito de memória trabalhado por Giddens (1989) como: a memória relacionada ao passado como um aspecto presente e a memória como dispositivo de lembrança ou modo de recuperar a informação ou relembrar de coisas passadas. Por isso, memória e percepção estão intimamente ligadas, afinal o tempo tem sido uma estratégia para romper com a dualidade presente nas teorias da percepção.

Desse modo, a defesa nesse estudo sustenta que a fala sobre a violência demanda uma conexão com as lembranças que supera a dissociação passado/presente, ou seja, falar sobre a experiência traumática parece não ser uma mera recordação, porque é atravessada por experiências (corporais, visuais) muito intensas no tempo do “aqui agora”. Logo, a qualidade não linear, o trânsito pelas dimensões atemporais e também o retorno à cronologia dos episódios de estupro foram possíveis de serem observadas durante o ato da fala. Inanna (31 anos em 2015), por exemplo, relembrou o dia em que pôde compreender conceitualmente o estupro enquanto um tipo de violência:

Eu não lembro de detalhes. Eu só lembro do dia que ele tirou minha virgindade, só depois de grande que eu fui entender o que é isso. No dia do rompimento, lembro como se fosse hoje. Ele veio, não lembro como começou, mas ele virou para mim e disse: “ih, sangrou”. Foi nesse dia que saiu o sangue. Eu não sabia o que era. Tanto é que fiquei assustada, aí ele veio e penetrou em mim. Eu não entendia que ele tinha tirado a minha virgindade. Eu só fui saber depois de grande, eu vim entender o que era isso. Depois que eu passei a entender o que era aquilo, hoje eu não consigo olhar para a cara dele. Agora, com 23 anos, que eu fui ter a 1ª relação e o rapaz que eu fui ter a relação com ele, me disse: “você não tem mais nada”. Aí eu disse: Como assim? Ele chegou e falou, foi aí que minha ficha caiu. Mas mesmo assim eu ia contar para quem? Não tinha ninguém para contar. Daí eu fui entendendo a professora da escola explicando muita coisa. Aí eu digo para você, hoje eu sei o que aconteceu. Para mim, eu procurei colocar uma pedra em cima e viver minha vida, porque se eu ficasse lembrando eu não ia viver, eu tinha que esquecer [choro] (INANNA, 31 anos em 2015).

No caso da entrevistada supracitada, essa percepção se deu no decorrer do tempo e somente aos 23 anos, quando teve a sua primeira relação sexual consentida. Para não retornar ao passado, ela procurou “colocar uma pedra em cima” para viver a vida. Dessa forma, na sua narrativa pode-se identificar um lapso temporal entre o encerramento das agressões (por volta dos 13 anos) até o seu entendimento sobre o estupro, aos 23 anos.

No trecho abaixo, Medusa falou sobre diversos eventos de sua vida, apontando as dimensões cronológica e atemporal do tempo:

Minha vida é meio maluca, sabe? Eu nunca entendi muito, porque eu fiquei mudando de casa... muita gente diz que isso é uma coisa ruim, que está comigo. Minha mãe vivia me maltratando. Minha tia disse que quando me levou para morar com ela, eu parecia uma galinha, toda empolada, cheio de ferida, maltratada. Minha mãe nunca cuidou de mim direito, sempre cuidou de meus irmãos e eles estão aí até hoje! Ai, eu sei que me pegaram para cuidar de mim. Eu era recém-nascida, tinha 22 dias. Ai minha tia me levou para Valença. Ela se arrepende até hoje! Lá em Valença eu fui morar com meu tio e a esposa dele. Minha tia trabalhava muito e além de cuidar de mim, que era um bebezinho pequeno, ela tinha que cuidar dos outros filhos. E um dos filhos dela, nasceu com problema de cabeça. Era mais especial, precisava mais de atenção. Então, eu fui crescendo meio sem amor, deixada de lado. Fui crescendo, comecei a me enfiar em tudo que é buraco lá em Valença, conhecia todo mundo. Eu tinha 4 anos. Morava eu, minha tia, meu tio e os três filhos. Só que tipo... ai eu não sei... eu fui crescendo, ninguém ligava para mim. Eu saía a hora que eu queria, passeava na casa de um e de outro. [...] Não achava que isso poderia estar acontecendo comigo (MEDUSA, 21 anos em 2015).

Medusa analisou sua condição de vida enquanto criança, caracterizada pela negligência e falta de carinho. O olhar para esse passado também a possibilitou compreender as causas que levaram a repetição dos estupros: “eu fui crescendo, ninguém ligava para mim. Eu saía a hora que eu queria, passeava na casa de um e de outro”. No entanto, também retoma essas causas sob a lógica da autculpabilização: “isso é um coisa ruim que está comigo”.

Nas constantes mudanças da vida de Medusa, o estupro esteve inserido em seu cotidiano. Mais do que isso, a prática do estupro acontecia no ambiente doméstico, no espaço que deveria ser considerado como “seguro”. Assim, pode-se identificar a rotinização da violência através de sua natureza repetitiva no decorrer do tempo. Dessa forma, no espectro da vida cotidiana, percebe-se o caráter da ação continuada através da relação entre tempo e repetição (GIDDENS, 1989).

Enfim, as narrativas sobre o estupro precisam ser compreendidas enquanto um processo único e que diz respeito à trajetória de cada mulher. Todavia, envolve os ecos das experiências vivenciadas ao longo tempo, que não se encerraram no passado.

6 TIPOS E FORMAS DE VITIMIZAÇÃO

A literatura sobre vitimização apresenta diversas tipificações (DIGNAN, 2005; ALÉGRIA, 2011), assim as categorias selecionadas para a organização dos dados são as seguintes: **vitimização primária**, sendo considerados os danos físicos, psicológicos, sexuais e imediatos gerados pelo estupro; **vitimização secundária**, representada pela passagem por instituições investigativas e de saúde; e **vitimização terciária**, percebida através das repercussões sociais e familiares do estupro. Ademais, em função das especificidades dos dados, as vítimas diretas e indiretas por estupro também serão analisadas.

Por essa vertente, alguns tipos de vitimização, como a psicológica, são constantes no tempo/espaço, ao contrário da física, que tem marcos temporais mais definidos. Já a vitimização institucional, apesar de estar relacionada aos itinerários específicos e definidos no tempo/espaço, pode ser dilatada, por exemplo, a depender da duração dos processos judiciais. Ao passo que a vitimização terciária é caracterizada pelas tramas familiares e comunitárias geradas pela revelação do estupro. Contudo, em alguns relatos, a conexão entre essas diversas formas de vitimização foi observada, como no caso de Medusa (21 anos em 2015) que até no momento da entrevista narrou ainda sofrer as repercussões psicológicas e institucionais do estupro. Ela associava diretamente a lentidão do processo judicial e impunidade dos agressores ao sofrimento gerado pelo estupro, que acreditava ser incurável.

6.1 Vitimização Primária

A abordagem da presente seção estará centrada nas vitimizações psicológica, física e sexual. Embora essas categorias estejam sistematizadas separadamente, as interseções entre elas serão apontadas no curso do texto. Nesse sentido, a categoria corporeidade é utilizada, pois estabelece nexos ou sobreposições no tempo/espaço entre as repercussões físicas e psicológicas do estupro. O diálogo com Merleau-Ponty (2011) permite entender que o corpo é o elo permeável entre a interioridade e exterioridade, não havendo, portanto, descontinuidades.

6.1.1 Vitimização psicológica

Nos relatos das interlocutoras fica evidente que essa forma de vitimização é persistente no tempo/espaço. Desse modo, duas perspectivas centrais são analisadas, onde é possível observar a magnitude desse tipo de sofrimento: a) associada às atitudes do agressor de produzir do medo, humilhação e insegurança; e b) os impactos na corporeidade.

6.1.1.1 Formas de violência psicológica

A análise sobre o gerenciamento da agressão, manipulação do medo e tipos de ameaças realizados pelos agressores ajudou a compreender o caráter processual da vitimização psicológica e seus efeitos longitudinais.

O agressor, socialmente encarnado na figura de um homem ordinário, que não traz problemas ao entorno, ao contrário, distribui gentilezas e delicadezas, é um aspecto trazido pelas mulheres como gerador de sofrimento. Nessa equação, quanto mais o agressor é reconhecido como um “homem de bem”, maior será o peso sobre a culpabilização e descrédito na versão da vítima. As frases de Jaci (18 anos em 2015) exemplificam bem essa situação: “ele é *queridinho por todo mundo*. Ele conseguiu fazer com que todo mundo da família dele acreditasse nele. Não tenho mais família lá...”. O pai simulava uma série de comportamentos para fortalecer a imagem de “bonzinho”, gerando muito stress na vítima e criando uma situação de abuso moral por parte de seus familiares e vizinhos, que faziam piadas com essa situação.

Essas formas de abordagem do agressor remetem ao termo “*fachada*” trazido pela sociologia Goffminiana. As análises não apontam um padrão único de abordagem, pelo contrário, os papéis são diversificados, nem sempre ligados diretamente à perpetração do estupro. Por essa via, duas interlocutoras trouxeram a função de proteção de seus agressores, o que as deixavam confusas. De tal modo, essas práticas revelam as ambiguidades desse campo, transpondo a díade agressor/vítima.

Assim, os desdobramentos de dois elementos que orbitam os estilos do agressor são identificados: a produção do medo; e a demonstração de cuidado como recurso performático, aqui denominada de encenações. Nesse sentido, na abordagem

do tio de Medusa, a presença de terceiros ou co-vítimas e o controle do cenário a partir de recursos produtores do medo foram detectados:

Meu tio no começo era legal, ele sempre me dava as coisas. Adorava me dar dinheiro para comprar as coisas. Ele ia no colégio no dia dos pais. Ele sempre me botava no colo. A gente sempre estava junto, mas depois tudo mudou. Ele começou a me tocar mais estranho. Ele depois ficou mais agressivo e quando eu percebi, não tinha mais jeito. Não tinha como sair de lá. Às vezes ele abusava de mim à tarde, porque era o horário que ele chegava do trabalho. Mas às vezes quando ele estava a fim de me abusar, quando minha tia estava dentro da casa, ele dava alguma coisa para ela beber. [...] Eu ficava com medo. Ele me levava para uma fazenda e dizia que se eu falasse alguma coisa para alguém, ele iria me matar e me enterrar lá e ninguém numa mais ia me ver (MEDUSA, 21 anos em 2015).

De acordo com o conceito de manipulação do medo, formulado por Jacobs (2012), o amedrontamento da vítima é estimulado por diversos atos do agressor. Desse modo, a forma como agressor promove sentimentos de medo e insegurança, além de intensificar a vitimização, também demonstra o estilo de gerenciar a agressão (PAES-MACHADO; INOUE-VIODRES, 2015).

Esse investimento na produção do medo igualmente chamou à atenção nos relatos de Ceuci, (31 anos em 2015), que trouxe diversas situações envolvendo o pai e um amigo da família. Essa narrativa nos aponta dois estilos de “gerenciar” o estupro cotidiano: um na via da produção do medo e outro através de gratificações.

As abordagens do pai de Ceuci foram marcadas por ameaças, agressões físicas e outras sanções, tais como obrigá-la a dormir embaixo da mesa com um cachorro:

Eu já fui abusada na casa de meu pai. Minha mãe não se dava com meu pai, mas às vezes eu não tinha lugar para ficar e tinha que ficar lá. Ele não me deixava sair, não deixava eu ter amizade com ninguém. Eu ficava numa escola, me lembro que a professora me via calada na sala, me via que eu não participava com as outras crianças. Então, ela me perguntava o que estava acontecendo em casa. Aí eu falava que meu pai me batia. Ela me perguntava o que foi. Eu não dizia. E realmente eu chegava na escola com o corpo marcado. Eu me lembro que ele mandava eu chupar o pinto dele, ele queria que eu dormisse com ele. Eu tinha medo dele, porque ele não me agradava. Eu tinha medo dele. Eu não sei por que, eu tinha medo dele. Ele batia em minha mãe. Eu tinha medo dele, então eu o deixava fazer as coisas comigo, porque eu tinha medo e ele falava para eu não falar a ninguém. [...] E assim, eu me lembro também, que às vezes, além de ele me bater, ele me deixava dormindo com o cachorro debaixo da mesa. E eu me lembro que eu tinha muita amizade com esse cachorro, porque eu dormia com ele (CEUCI, 31 anos em 2015).

Já nas investidas desse amigo da família, havia a repetida presença de presentes:

Ele me tratava muito bem. Se minha mãe fosse lá conversar alguma coisa sobre mim, ele me defendia. E minha mãe nunca também maldou dele fazer nada comigo, porque ele dizia que ia me dar o nome, porque eu não fui registrada. Falava isso para minha mãe também, que ia me dar o nome, que lá na casa dela tinha de tudo, não faltava nada. Aí ele falava comigo: “você precisa de alguma coisa aqui?” Eu falava: não. Porque realmente tudo que eu precisava: lar, comida, brinquedo, tudo eu tinha [...] ele já sabia que me tinha na mão, pelas coisas que ele me dava. Então, assim, eu pequena, ele pegava me dava cinquenta reais. Eu chegava na escola fazia a festa com minhas colegas. Então, todo final de semana, ele me dava dinheiro. (CEUCI, 31 anos em 2015)

Os estupro aconteciam de forma intermitente, isto é, quando precisava ficar na casa do pai, nos finais de semana; e na casa desse amigo de sua mãe, aonde Ceuci morou até os 11 anos. A interlocutora inclusive faz uma comparação entre essas diferentes abordagens, e os repertórios utilizados, por ambos, na manutenção da violência. Ela dizia que tinha muito mais medo do pai, por que ele não a presenteava. Ao passo que achava estranho o amigo da família protegê-la e praticar a violência de forma concomitante.

Ceuci ainda pontuou que o pai “não a agradava”, e que fazia de tudo para intimidá-la, para que pudesse sentir medo. A atitude de colocá-la para dormir debaixo da mesa, com um cachorro, remete a uma reflexão sobre a dimensão topográfica dessa atitude, relacionando-a com a definição dos espaços pela topologia dos sexos (BOURDIEU, 2009). Nesse caso, é possível identificar uma geografia que marca a normatividade imposta pela relação de autoridade, em que há diferenças geracionais fortalecidas pela lógica hegemônica masculina. Essas interações demonstram uma dimensão interacional mediada por esses elementos que fortaleceram o cotidiano de violência, ou seja, Ceuci sofria ofensas físicas e psicológicas, não podia sair, não podia ter amigas e, às vezes, precisava dormir sob a mesa, ao lado de um cachorro. No quadro abaixo, as situações eleitas como intensificadoras desse tipo de vitimização estão elencadas:

Quadro 4 – Tipos de atitudes do agressor

TIPO DE ATITUDE DO AGRESSOR	DESCRIÇÃO
Monitoramento	Vigiar a rotina da vítima, com objetivo de coagi-la
Humilhar	Exposição a situações com intuito de desvalorizá-las ou produzir o sentimento de desvalia.
Ameaçar um ente querido	Ameaças de morte ou ferimento a pessoas próximas.
Ameaçar a pessoa de morte	Ameaças de morte direcionadas para a vítima.

Fonte: Autoria própria.

O monitoramento na ambiência da casa foi relatado em conjunto com a sensação de vigilância, controle, cerceamento da liberdade e exposição a situações humilhantes. A ilustração dessa situação pode ser encontrada nos relatos de Perséfone, Pandora, Guacira e Ceuci. A primeira falou sobre a sensação de ser vigiada pelo pai, cotidianamente, na execução de ações básicas, como tomar banho e dormir.

Eu sofri muitas violências, sabe o que é chegar em casa e não poder tomar um banho com tranquilidade? [...]. Ele pegava também coisas, objetos, roupa, pegava principalmente calcinhas, mexia no lixo para ver absorventes, essas coisas. Eu o via revirar várias vezes. Eu sentia nojo e tinha raiva. Então, o que eu acho é que isso acabou com minha vida. Hoje eu sou uma pessoa assim, eu não tenho capacidade de concentração. Muita coisa em mim foi levada embora. Eu estou dentro de uma universidade, estudo, mas eu tenho muita dificuldade de tudo. Eu tenho medo que as pessoas me olhem, por exemplo. Eu não gosto. Eu fico já agressiva (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

Nesse trecho, ela enfatizou as implicações das atitudes do pai ao longo de sua vida: dificuldade de concentração e incômodo ao ser olhada por outras pessoas. A assertiva, “isso acabou com minha vida”, ilustra o efeito processual do sofrimento, compreendido como algo irreversível.

Pandora também narrou situações de vigilância e de restrição em circular por outros espaços. Quando ia para escola, percebia que o agressor (marido de sua prima) a seguia. Uma vez fugiu para casa de uma amiga, mas voltou porque sofreu ameaças: “Ele dizia que ia me matar aos pouquinhos, me cortar toda no facão. Tudo isso porque ele achou que eu estava com o irmão dela, mas eu não estava” (PANDORA, 31 anos em 2015).

Já Guacira (50 anos em 2017) relatou uma situação de cárcere privado, em que o marido a deixava trancada o dia inteiro em casa. Ele saía de manhã para trabalhar, trancava todas as portas e desligava os disjuntores de energia. Quando anoitecia, ela se locomovia tateando para conseguir se sentar no sofá, ou se alimentar com a comida que ele deixava reservada. Ele só chegava após às 22 horas e, por anos, ela viveu essa rotina. Durante esse período, Guacira ainda foi exposta a outras situações aviltantes, como ser proibida de conseguir fazer as necessidades fisiológicas no banheiro.

O monitoramento, a vigilância e o controle ilustram como as atitudes dos agressores refletem nas questões de gênero, resultando, por exemplo, no domínio dos corpos femininos e na naturalização do estupro.

6.1.1.2 Impactos na corporeidade

A análise da vitimização psicológica remete à ideia de um dano que não possui contorno definidos no corpo, por conseguinte, isso significa a inexistência de uma marca externa que permita sua identificação. Em geral, as interlocutoras fizeram comparações entre a vitimização física, as quais elas conseguiam perceber a cicatrização, com a vitimização psicológica que, segundo os relatos das entrevistadas, não cicatriza. Assim, as vítimas atribuíram a esse tipo de violência o status de incurável, como pode ser constatado na fala de Medusa:

Muito complicado viver, não sei, viver com essas consequências. Você acaba adquirindo uma ferida, que talvez não seja física, mas espiritual mesmo. [...] As sequelas que voltaram para o corpo já passaram. Já sararam. A cabeça e o meu coração, não (MEDUSA, 21 anos em 2015).

Desse modo, ao comentar sobre as sequelas da violência, pareceu se referir às marcas físicas geradas pelo estupro, mas ao citar o coração e a cabeça pareceu falar sobre o sofrimento psicológico, ao qual ela chamou de *espiritual*. Esse trecho também ilustra a discussão merleau-pontiana sobre corpo objetivo, restrito aos contornos do corpo físico, e corpo fenomenal, que é permeável, comunicando a interioridade e exterioridade e definindo na experiência a não-descontinuidade entre corpo e mundo (MERLEAU-PONTY, 2011).

Por essa vertente, a discussão sobre corporeidade auxiliou na análise sobre os efeitos da vitimização psicológica. Para demonstrar como o estupro repetido

repercutiu na corporeidade das mulheres, é necessário discutir acerca dos seguintes pontos: o corpo hipervigilante e o corpo sujo.

- **O corpo hipervigilante**

Algumas mulheres discorreram sobre a condição de hipervigilância, ou seja, elas ficavam mais atentas, tensas no período da noite ou quando havia menos pessoas nas casas, momentos em que os agressores aproveitavam para abordá-las. Ceuci contou que tinha dificuldades para dormir, porque sempre era abordada durante a noite:

E, assim, hoje eu tenho paz para dormir, quando eu era criança eu nem dormia, porque cada casa que eu ia alguém me abusava. Eu não tinha noite tranquila de sono, porque meia-noite, uma hora da manhã eu era obrigada a acordar para fazer a vontade dos outros (CEUCI, 31 anos em 2015).

Ao falar sobre o sono, Ceuci enfatizou a experiência de transitar de um estado normal de sono para um estado de tensão e vigília. Ela descreveu uma memória corporal sobre a cotidianidade de acordar num determinado horário específico e estar disponível para o agressor. Isso marcou a sua percepção sobre a infância e adolescência, como um período em que não tinha paz para dormir, algo só alcançado na vida adulta.

Em Perséfone, a hipervigilância, gerou adoecimentos, porque não dormia direito, não se alimentava. Nesses períodos doente, ela ficava acamada e mais vulnerável aos estupros:

Eu não dormia, não comia, tinha dores nas articulações. Muitos problemas de saúde e sempre os médicos diziam que era psicossomático e passava uma coisinha ou outra. [...] Mas aí tinha períodos que às vezes eu adoecia, então ele chegava mais no tato físico. Ele vinha para me tocar, beijar, tudo isso daí. Uma vez eu adoeci, eu não gostaria de falar todas as vezes, mas é importante falar. Eu estava com muita febre e muito fraca, não comia direito. Ele veio até meu quarto, tirou minha roupa e ficou me tocando e suspendeu minha blusa. (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

À sua condição de saúde foi atribuído um quadro psicossomático, pois os médicos não conseguiam identificar a origem de tantos adoecimentos. Quanto mais ela ficava doente, mais se tornava vulnerável para os estupros perpetrados pelo pai, porque ficava acamada e frágil.

- **O corpo sujo**

Os sentimentos de sujeira e nojo associados ao estupro foram relatados por muitas mulheres. Para enfrentar essa sensação, elas se lavavam, tomavam banho e esfregavam o corpo.

O que ele fazia comigo eu tinha nojo, eu ficava com nojo de mim, um nojo, uma vontade de tomar banho, queria tomar banho, passava... esfregava um pano em mim toda hora. Porque às vezes ele me melava ou então gozava na minha boca, eu ficava com nojo, cuspiendo o tempo todo (CEUCI, 31 anos em 2015).

Eu ficava com nojo de mim, um nojo, uma vontade de tomar banho, queria tomar banho, esfregava um pano em mim toda hora (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

Eu me sentia suja. E depois da segunda foi pior, porque eu ficava com muito medo de ter ainda... medo de ter contraído alguma doença. Me senti suja (DANDARA, 18 anos em 2017).

Nos relatos de mulheres expostas a esse tipo de violência, os engajamentos corporais são marcados pela tentativa de neutralizar a “sujeira” ou impurezas inscritas no corpo pelo ato; além do mais, simbolicamente, a água também traz a ideia de renovação, purificação. Ao falar sobre os rituais de purificação, Segato (1999) argumenta sobre a pouca eficácia dessas práticas na dissolução da marca corporal do estupro, já que essa estaria situada na alma e, por ser uma marca “moral”, não se apaga.

Por fim, os sentimentos de sujeira e nojo ainda permanecem presentes nas interlocutoras, como marcas indissolúveis e persistentes em suas vidas.

6.1.2 Vitimização física

Conforme sinalizado anteriormente, as vítimas atribuíram à marca física o sofrimento passageiro e passível de ser curado pelo tempo. As agressões físicas apareceram diretamente no contexto do estupro, mas também abarcaram outros momentos, como uma forma de ameaça.

- **No momento do estupro**

As violências físicas são utilizadas com o objetivo de inviabilizar as reações físicas e verbais das vítimas. Desse modo, no quadro 5 estão agrupados os tipos de agressões corporais praticadas pelos perpetradores:

Quadro 5 – Tipos de agressões praticadas pelos perpetradores.

AGRESSÕES FÍSICAS	
CONTENÇÕES FÍSICAS	CONTENÇÕES VERBAIS
Apertar membros inferiores e superiores	Amordaçar
Empurrar	Tapar com a mão a região da boca
Chutar	Inserir objetos na boca
Pressionar a região do pescoço	-

Fonte: Autoria própria.

Medusa relatou que antes de iniciar as agressões físicas, o vizinho se mostrava generoso, dando doces e lanches. Assim, há um *continuum* que caracteriza esse tipo de abordagem:

Era lá perto de casa, na oficina em que ele consertava os carros, as motos. A esposa de meu tio nunca ligava que eu ia para lá. Eu vivia brincando com ele, ele sempre comprava doce, comprava merenda. No início era menos agressivo. Não era tanto no início, como foi depois. Eu me sentia meio esquisita, às vezes ele machucava meu braço, apertava demais, isso doía. Eu não gostava. Isso me irritava. Me deixava fora do sério. Eu ficava agoniada. O tempo foi passando, tudo foi mudando (MEDUSA, 21 anos em 2015).

O sentimento de surpresa diante da mudança de atitude do agressor também foi trazido por Neftis (18 anos em 2015). O cunhado, até então, não tinha esboçado nenhum comportamento que indicasse uma postura violenta. No dia em houve o estupro, ele tinha ido trocar uma lâmpada casa dela. No momento em que se arrumava para ir para escola, ele a abordou, empurrando-a contra a parede e agredindo-a sexualmente. Quanto ao caso de Lilith (53 anos em 2016), ela quase foi enforcada, porque o agressor além de pressionar fortemente o pescoço dela, também tampou a boca com a mão. Nessas ocasiões, ambas relataram a sensação de sufocamento e sentimento de impotência: “na hora que aconteceu isso, fiquei paralisada” (NEFTIS, 18 anos em 2015).

- **Em outros contextos**

As agressões físicas, praticadas pelos estupradores, parecem ser uma estratégia de intimidação para tolher possíveis atitudes por parte da vítima no futuro. Nos relatos das vítimas, o ciúme apareceu como um elemento potencializador desse tipo de violência.

Anastacia (43 anos em 2015) narrou acerca das punições que recebia quando reagia às investidas dos homens que circulavam na casa em que morava como agregada: “Quando não conseguiam o que queriam, no caso ‘me usar’, era porrada, porrada o dia todo, porque eu era uma pessoa que não deixava”.

Ceuci (31 anos em 2015) contou duas formas de agressões físicas: as perpetradas pelo próprio pai e as cometidas por um amigo da família. Embora não tenha detalhado os meios que o pai utilizava para agredi-la, ela dizia sentir muito medo dele, porque já havia presenciado as agressões dele contra sua mãe. No caso do amigo da família, o mesmo a esbofeteou quando a viu com um namorado. Ela atribuiu essa atitude ao ciúme, já que ele tentava controlar os seus diversos comportamentos. Por fim, o registro da marca física no corpo parece indicar uma marca corretiva, que tem a finalidade de punir e controlar.

6.1.3 Vitimização sexual

Embora a vitimização sexual dentro dos tratados de saúde e em alguns estudos seja abordada dentro do escopo das agressões físicas, nessa pesquisa ela será manejada através da interface entre as violências físicas e psicológicas. Por tal perspectiva, a presente investigação dialogou diretamente com as entrevistadas, que também interconectaram suas dores físicas às psicológicas no tempo/espaço. Dessa forma, o olhar sobre a vitimização sexual será dimensional, compreendendo situações que envolveram ou não cenários da agressão sexual. Ao falar das agressões sexuais, das repercussões no corpo e na vida, as vítimas fizeram as seguintes formulações: a “marca que não sai”, “a ferida do corpo já cicatrizou”, “a ferida na alma”. Assim, parece haver duas tipificações na vitimização sexual: aquela que aponta um ferimento físico já cicatrizado, e outra ferida moral, que demonstra uma certa permanência ao longo do tempo.

De início, as principais formas de violência sexual identificadas nos relatos serão elencadas e, na sequência, a discussão estará centrada nos significados mais importantes atribuídos a essa forma de vitimização. Em geral, as mulheres enfatizaram o efeito traumático de suas experiências, conferindo o atributo de persistente nas diversas esferas de sua vida.

6.1.3.1 Formas de violência sexual

A tipologia foi identificada através da descrição dos episódios, uma vez que as mulheres utilizaram diferentes termos para falar do estupro: “usou meu corpo”; “fui bulida”, “fui violada”, “fui violentada”. Essas variações podem estar relacionadas aos usos do termo no meio social que parecem englobar as diversas formas de violência sexual. Logo, as especificações dessa forma de violência são:

- I. Assédio sexual: relacionados a contextos em que houve constrangimento através de palavras, atitudes ou imposição de alguma situação;
- II. Atos libidinosos: contato tátil ou oral com a genitália do agressor;
- III. Introdução de objetos na vagina;
- IV. Penetração anal sem consentimento; e
- V. Penetração vaginal sem consentimento

Em geral, as abordagens se apresentaram de forma progressiva, começando com o assédio sexual ou atos libidinosos, culminando na penetração vaginal sem consentimento.

A investida inicial através do assédio apareceu em muitos relatos. Algumas interlocutoras apontaram a qualidade gradativa da violência sexual, a exemplo de Pandora (31 anos em 2015) e Perséfone (41 anos em 2015). As abordagens do pai de Perséfone seguiram a seguinte sequência: 1) exposição da genitália, ficou nu na frente dela quando estavam na praia; 2) exibição de filmes eróticos; 3) toques em regiões do corpo; 4) contato entre genitálias.

As análises das entrevistas revelaram um aumento gradativo da violência, na medida em que as vítimas passaram da infância para a adolescência.

6.1.3.2 Significados atribuídos às experiências

A valoração moral do estupro é um aspecto que torna esse fenômeno bem particular. Nos relatos das mulheres, os diversos signos que qualificam os impactos da vitimização em suas vidas e, por consequência, interferem na forma como elas se percebem foram identificados.

A própria compreensão conceitual de que foram acometidas pelo estupro não foi algo que aconteceu imediatamente, especialmente, aquelas que sofreram a violência na infância. As mulheres vitimizadas na vida adulta também contaram sobre a demora em compreender que tinham sido vítimas de estupro.

Os paradoxos presentes na compreensão desse conceito ou o “transformismo da ideia de estupro” possuem relação com a heterogeneidade das noções de estupro, que ora transitam pelo individualismo de direitos, ou pelo código relacional da honra (MACHADO, 1999).

Todavia, Vigarello (1998) ressalta que a atenção dada ao indivíduo no século XX auxiliou no reconhecimento do status traumático do estupro. Dessa forma, surgiu um novo olhar para o fenômeno, em que sua gravidade passou a ser mensurada pela intensidade do sofrimento psicológico, muitas vezes duradouro e irreversível. Assim, o estupro passou a ser percebido como: “a violência interiorizada aterrorizante, aquela cujo calvário é sobretudo íntimo” (VIGARELLO, 1998, p. 237).

No entanto, para tratar dessa questão, a análise estará situada nos significados trazidos pelas interlocutoras, que associaram a repetição do estupro à noção de destino. De forma geral, o estupro foi simbolizado como uma marca indelével, que sempre as acompanhará. A discussão de Goffman (2015) sobre a carreira moral é propositiva para essa questão, porque o estupro foi significativo enquanto marco simbólico, que interferiu na forma como as vítimas interpretaram suas trajetórias.

Ao descrever os diversos episódios de estupro sofridos, Anastácia falou sobre a “segunda pele”:

Isso que se repetiu é ruim demais, é tipo uma segunda pele no corpo da gente, entendeu? É horrível, uma pele triste, uma pele horrível que quanto mais você quer tirar de você, mais não sai e mais raiva você tem, vai tirando e não vai saindo e isso aí ficou, porque ficou em mim, está em mim até hoje (ANASTACIA, 43 anos em 2015).

Na análise desse trecho é possível constatar que a entrevistada localizou no corpo uma outra pele, formada pelas diversas repetições do fenômeno. A essa pele foi atribuído o status da permanência.

Esse signo ilustra outros conceitos, como “a marca que não se apaga”. O efeito simbólico do estupro como algo perene também está presente, mas que pode ser interpretado como algo positivo ou negativo:

Isso deixa uma marca muito forte na gente. Essa marca seria assim: tem um lado positivo como tudo, porque você se protege mais, você não é tão ingênua, não fica tão ingênua, mas do outro lado fica difícil você se relacionar de novo com outra pessoa (LILITH, 53 anos em 2016).

Além disso, a busca de aprendizagem frente à experiência de sofrimento foi citada por outras interlocutoras. Lilith contou que refletia sobre como os “resquícios do passado” interferiam nas suas relações com os homens, porque não conseguia confiar e se sentia apreensiva no contato com eles. Quando Perséfone falou que a “violência sexual mata a personalidade aos poucos” ela descrevia como era sacrificante viver:

Viver vira um desafio, você passar um dia após o outro. Você viver. Eu tinha pressa, eu lembro que quando percebi que tinha esse problema, eu não comia e não dormia, eu tinha pressa de envelhecer e morrer [...]. A violência sexual se você não tiver cuidado, ela vai matando sua personalidade. Essa ferida aí é na alma. Você não tem remédio, você pode procurar apoio psicológico e tudo mais, você vai sentir uma melhora, mas vai ficar aberto, porque aí é a alma. É um tiro na alma. E é um tipo de coisa que você não vai preencher com mais nada. E não vai consertar também... o tempo também não vai ajudar, pelo menos eu acho que não ajuda. Porque o que acontece é que você vai sabendo lidar com a situação (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

Quando Perséfone falou sobre a morte da personalidade, ela também trouxe como algo que não “vai consertar”, mesmo apontando quais recursos que normalmente podem ajudar: apoio psicológico e o tempo. Esses pontos trazidos por Perséfone foram observados em Cahill (2011) ao ter discutido a experiência do estupro como um aniquilamento do eu, da personalidade. A conceituação do estupro como uma “ferida na alma” esteve presente em diversos relatos e já foi tratado na seção que abordou a vitimização psicológica.

Quanto à concepção do estupro como “algo que foi roubado” é possível perceber as conexões com as demais elaborações supracitadas e, portanto, o diálogo com a condição do que não pode ser restituído: “numa situação como essa parece que um pedaço de você vai” (DANDARA, 18 anos em 2017).

Por fim, a forma como esse tipo de vitimização impactou longitudinalmente na vida das mulheres é contundente, assim como o caráter permanente e persistente. No próximo tópico, por meio da narrativa de Perséfone, os principais aspectos tratados nessa seção serão sintetizados.

6.1.4 Reações da vítima a partir de Perséfone

A narrativa de Perséfone traz em perspectiva as reações e as percepções sobre o cotidiano de violência. Ao narrar o estupro, ela falou sobre as habilidades que a auxiliariam no enfrentamento cotidiano do pai: a observação e os detalhes presentes desde a infância também estão refletidas na vida profissional: “eu trabalhava com desenvolvimento de tecnologia para software, para desenvolver desenhos de áreas industriais: tubulação, instrumentação, essas coisas. Isso eu também tive que aprender sozinha”. Desde muito pequena ela sinalizou que “teve que aprender sozinha” muitas coisas, inclusive reagir às investidas do pai.

A intuição e observação foram habilidades centrais nesse processo, qualificado como intuitivo e fruto de muitos olhares atentos no cotidiano:

Mas enquanto eu não tinha estrutura psicológica, ele ia agindo. Porque, óbvio, ele era um homem formado e eu estava me desenvolvendo. Então, o certo e o errado, o que fazer, como fazer tudo não partia dele, partia de minhas intuições mesmo. A reação vinha de minha intuição. Eu não podia falar com minha mãe, eu achava que não deveria falar. E nem com ninguém. E assim foi (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

A capacidade analítica dessa entrevistada chama a atenção por trazer uma densa reflexão sobre a casa como ambiência da violência, expondo sua análise sobre esse processo:

Ficamos caladas, vivemos isso e nada foi feito. Isso foi vivido mesmo, o ambiente era esse. E aí muitas famílias podem estar vivenciando isso. Eu vejo um bairro, eu vejo quantas histórias parecidas ou semelhantes estão acontecendo da mesma maneira em várias casas (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

Nesse tocante, também questionou a cultura de culpabilização da vítima, quando se trata do ambiente doméstico:

Por que a sociedade acha que a culpa é da vítima? Por que eu senti isso na pele? As pessoas olham torto, então, eu também mantive o silêncio [...] você vai falar e aí você é repreendido? E eu comecei a sentir que se eu fosse falar, de alguma forma eu ia sofrer e não ele. Então, eu mantive o silêncio por muito tempo e isso foi se repetindo,

porque era dentro da minha própria casa (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

A narrativa acima é composta pelos nexos entre a culpa e o silêncio. Nesse trecho, a casa parece entrar como elemento que reforça a manutenção do silêncio e a consequente conexão com a repetição dos eventos.

Na casa da vítima habitavam o pai, a mãe e a irmã. Todas as mulheres foram agredidas pelo pai: a mãe (agressões físicas, verbais, psicológicas), a irmã (agressões sexuais) e Pérsefone (agressões sexuais). A entrevistada sofreu o estupro, dos 05 aos 16 anos e, somente na vida adulta soube dos estupro vivenciados pela irmã. Nunca conversaram sobre isso, ao contrário, o silêncio pairou por anos a fio. Ao abordar essas questões, enfatizou sua força e capacidade de enfrentamento:

Ele inclusive fez isso com minha irmã e como a gente sente muita vergonha de falar e tudo mais, ela também sofreu e ficou calada com isso. Mas eu pensava, com o tempo isso vai acabar explodindo de alguma forma, porque isso não é saudável. Isso não é o ideal, né? Óbvio que uma hora isso vai gerar um problema, um problemão. Como na minha família, eu vivi. Minha irmã bebe muito. Ela fala que não tem nada a ver com a questão do abuso. Mas só que para mim isso tem, é claro demais. Está escrito na cara dela. Porque ela não consegue relacionamento, não se relaciona com ninguém. Até para ela conversar com as pessoas é difícil. Mas só que ela não conseguiu dar a volta por cima, né? Ela não conseguiu reverter o quadro. Ela, infelizmente, não teve não, essa reação como a minha. Eu fui pensando em alternativas, né?

[...] Se eu não tivesse tido essa força de buscar ajuda e querer tá sempre virando o jogo, eu acho que eu não estaria agora em condição de equilíbrio emocional, com certeza não estaria. Eu acho que isso daí foi mais coisa minha mesmo. Foi da personalidade. Porque a minha irmã, ela não tem controle com a bebida. O trato com as pessoas, ela não tem. Eu estaria agora totalmente desequilibrada se eu não tivesse reagido. Eu estaria agora com algum tipo de problema grave. (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

Esse relato lembra o de uma sobrevivente, ou melhor, ela parece se identificar como tal ao afirmar: “se não fosse minha personalidade forte, talvez não teria sobrevivido”. As atitudes da entrevistada, que exemplificam uma personalidade forte, contribuíram para diminuir a extensão da vitimização e para construir barreiras contra essa violência sofrida no ambiente doméstico. Dessa forma, ela foi aprendendo a interagir de modo mais preventivo, fazendo o que chamou de “dobrar”:

E se tivesse assistindo televisão e tivesse passando filme, tivesse sexo, aí ele falava de sexo. Eu falava assim: você só vai falar isso, você só gosta de falar isso? E aí ele mandava eu calar a boca, porque eu estava falando alto. Então, tinha que ser uma coisa que ninguém

podia saber. Aí eu fui, eu fui crescendo e, e entendendo como lidar com ele. Então, eu fui dobrando, né? Aí quando ele vinha com essa investida eu falava alto, aí eu já me livrava de uma situação (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

Perséfone descreveu diversas repostas que a permitiram criar condições para a sua sobrevivência. Por isso, ela precisava duelar para sobreviver, desenvolvendo técnicas, esquemas mentais para evitar situações e “dobrando” o agressor. Sob a égide de uma sobrevivente, ela comparava sua casa com uma selva:

Aí é como aquela coisa: lei da sobrevivência. Você, está num ambiente, ele é hostil e você tem que ir driblando. Eu não tinha noção das coisas, eu tive que fazer isso por mim mesma. É como se você estivesse, vamos supor grosseiramente, numa selva. Você está numa selva, aí você vai aprendendo o que vai te machucar, o que que vai ser bom, o que você pode fazer, o que não pode (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

Assim, pequenas atitudes como ir ao banheiro, ficar na sala ou dormir eram acompanhadas por uma extrema vigilância. Por vezes, ela trouxe essa sensação de ser observada, ou que o pai estava à espreita em algum ambiente da casa:

Você vai tomar um banho e sente que alguém está te observando. Vamos dizer: ah, você tá cansada, chegou da escola, vai tomar banho, mas você sente que tem alguém ali em pé na porta do banheiro, esperando você sair ou observando você tomar banho. (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

Para Perséfone, se manter vigilante soava como um grande recurso e isso impactava diretamente em sua saúde física e mental, porque ela não dormia direito e adoecia com frequência. Por conseguinte, o médico a diagnosticou um “quadro psicossomático”, ou seja, o quadro clínico não justificava tantos sintomas. Nesses períodos de adoecimento, ela ficava acamada e mais vulnerável aos estupros. Tudo isso fortalecia sua vontade de sair de casa:

Isso foi crescendo e uma hora explodiu, e aí eu comecei a ter sonhos repetidos, não dormia, não comia, muitas dores nas articulações. Muitos problemas de saúde e sempre os médicos diziam que era psicossomática e passava uma coisinha ou outra. Eu não falava com ninguém. Aí eu não aguentei mais a convivência perto. Para viver, eu precisava sair de casa. Eu comecei a pensar nisso, trabalhar nisso. Foi aí que eu comecei a estudar para poder conseguir um emprego, alguma coisa assim para sair de casa. E aí foi quando eu consegui sair (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

Ao comparar a casa a uma selva, regida pela “lei de sobrevivência”, é possível observar uma dinâmica de interações entre vítima e agressor, em que a aquisição de repertórios se torna crucial para sobreviver nesse ambiente considerado hostil. Trata-

se de uma narrativa permeada por elementos metafóricos, que desaguam nessa ideia da selva, do embate, de interações definidas como “coisa de gato e rato”: “porque ele agia, né, agia sempre dessa maneira sorrateira, né: ah, ah, o quarto tá vazio, então... ela tá lá, então vou lá” (PÉRSEFONE, 41 anos em 2015). A relação caça e fuga envolvia esse trânsito no domicílio: “mesmo dentro de casa eu evitava ficar com ele em qualquer espaço, com ele, sozinha. Então, era aquela coisa de gato e rato, eu ia para sala e ele ia atrás, se ele tivesse na sala sozinho eu já corria para outro canto da casa” (PÉRSEFONE, 41 anos em 2015).

Perséfone definiu essa experiência como extremamente desgastante. Isso gerava um cansaço emocional, porque diariamente precisava confrontar com as investidas do pai. Dessa forma, as categorias nativas “duelo emocional” e “coisa de gato e rato” remetem às reações que envolvem comportamentos de esquiva e enfrentamento.

Nessa “coisa de gato e rato” também aparecem as encenações de seu pai como recurso para preservar sua linha de atuação: “Se ele sentisse que vinha chegando alguém e tal, aí ele fazia uma cena como se nada tivesse acontecido”. Tal linha de atuação se enquadra no que Goffman (2011) chamou de “práticas de salvar a fachada”, consideradas como repertórios utilizados com intuito de não gerar uma impressão falsa para as outras pessoas. Em outras palavras, essas práticas remetem aos encontros de pai e filha, na presença de outras pessoas, assim como das artimanhas usadas pelo pai para manter a fachada:

Ele era uma pessoa que sempre respeitava as pessoas, era educado, muito educado. Até hoje ele é, porque as pessoas não conhecem essa face dele! Nós guardamos isso. Quando estava perto da gente, era uma pessoa boa. As pessoas gostavam de conversar com ele, [que é] inteligente. Ele é inteligente. Então, era assim. E com a gente era diferente, mas ele era diferente quando ele tinha uma oportunidade de estar só. Então, aí ele mudava, né? Aí ele mudava completamente. Mas com as outras pessoas não era assim. Era normal, falava outras coisas, mas com a gente já falava de sexo. (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

Perséfone falava do pai como se ele tivesse mais de uma personalidade ou outras faces. Por vezes, ela também questionou se conhecia a verdadeira face dele, quando em outras interações, ele cumpria a função de pai: “de ensinar coisas boas”. Ela reconheceu pontos positivos da convivência entre ambos, por exemplo, a influência intelectual do pai, o responsabilizando pelo seu interesse por História. Esses detalhes sinalizam as complexidades que extrapolam a díade agressor/vítima:

Eu sempre gostei de História, e aí ele falava coisas da ditadura e eu queria entender essa coisa da Ditadura e tudo mais. Ele falou que foi preso, eu queria ouvir mais dessa história [...].

Ele era engraçado, a outra parte dele, porque eu costumo dizer que são duas personalidades. Ele é engraçado, ele é inteligente. Tem o dom da pintura, ele pintava e muitas vezes eu o via pintar. Ele gostava de tudo que fosse leitura relacionada à ciência. Quando eu passei a trabalhar com desenvolvimento de software para área industrial, foi ele quem trouxe para casa para desenvolver. Aí, aí eu consegui isso aí, porque eu consegui um emprego, uma entrevista... um engenheiro veio e falou: “ah, ela é inteligente e tal. Ela vai... vou trabalhar aqui com ela”. Ele me deu um pacote de uns, de uns trabalhos para fazer. Ainda era 2D na época. Aí eu fui fazendo. Tudo veio dele (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

O depoimento demonstra que existe uma relação de pai e filha que não pode ser somente resumida através das violências sofridas pela vítima. Essa seria a face “boa” do pai, sem esforços na atuação, ou na manutenção de uma fachada. Por outro lado, era como se ele tivesse uma face de agressor, conhecida por ela, passível de ser argumentada e questionada.

6.2 Vitimização Secundária

Esse tipo de vitimização é resultado dos itinerários⁷ percorridos pelas mulheres após a notificação do estupro em instâncias investigativas e de assistência. Nesse sentido, o presente tópico igualmente tratará das situações de algumas mulheres que, na condição de vítimas indiretas, tiveram o sofrimento intensificado.

Para Souza e Adesse (2005), a baixa notificação da violência sexual e do estupro também é ocasionada pela dificuldade da sociedade em lidar com essa questão nos setores da justiça, saúde e segurança. Dessa forma, essas instâncias parecem reproduzir crenças e estereótipos sobre o que é “ser vítima de estupro”, o que também interfere na atitude da vítima de notificar esse tipo de violência ou de buscar algum tipo de ajuda.

No caso das mulheres entrevistadas, essa realidade também se mostrou factível: a maioria delas não prestou queixas e o pedido de ajuda foi bastante processual, por vezes, se alastrando por anos a fio.

⁷ As interlocutoras seguiram o seguinte fluxo: 1) notificação em delegacia; 2) realização de exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal; 3) Serviço Viver.

Ao realizar a notificação, a falta de trato com as vítimas de violência sexual foi enfatizada, assim como a descredibilidade e culpabilização. As mulheres, que notificaram o estupro às instâncias investigativas, relataram o processo como cansativo, envolvendo diversas etapas, consideradas duradouras. A análise dos dados apontou que algumas situações desconfortáveis aconteceram em delegacias, especialmente, durante a realização do boletim de ocorrência; no Instituto Médico Legal, durante a realização da perícia médica; e nas audiências do processo investigativo.

As vítimas que não notificaram, buscaram apoio anos depois por temerem a vitimização secundária. No entanto, todas apontaram o Serviço Viver como o mais qualificado no trato com vítimas em violência sexual, especialmente, pelo acolhimento oferecido.

6.2.1 Vitimização institucional em instâncias de proteção e assistência

A vitimização em instâncias investigativas será o objeto de análise dessa seção, relatando as condutas inadequadas de profissionais da segurança pública, bem como as situações envolvendo profissionais da área de saúde.

O ponto de partida é o relato de Lilith, que comenta sobre os caminhos percorridos pela vítima. O estupro foi notificado através de um flagrante da polícia, que foi acionada por pessoas que a viram ser coagida pelo agressor. Ela narrou o trajeto até a delegacia, enfatizando situações qualificadas como inimagináveis: “Eu fui colocada na viatura junto com ele, com o policial no meio. Eu já não me sentia bem, no caminho já tinha feito xixi, estava me sentindo impotente” (LILITH, 53 anos em 2016). Ao chegar na delegacia, a vítima foi interrogada pelo delegado que a culpabilizou, questionou sua versão, dificultou o registro da queixa e não a encaminhou para realização do exame de corpo de delito:

E o delegado não queria registrar, dizendo se eu tinha certeza, se eu tinha certeza. Eu também fui violentada por isso, porque os meus direitos foram violentados. O delegado duvidou de minha história, perguntou se eu queria realmente [registrar a queixa], porque eu estava bebendo com ele, que eu estava curtindo com ele, parará, essas coisas. Que mesmo que eu tivesse bebendo, hoje com o conhecimento que eu tenho não dava o direito a ele de me estuprar. [...] E depois de muitas idas e vindas eu consegui registrar queixa, mas não me deram o documento para fazer exame de lesões corporais, creia. (LILITH, 53 anos em 2016).

Além de todas essas dificuldades, ela narrou a verdadeira epopeia referente ao processo judicial, que mesmo após 10 anos não havia sido finalizado:

Estou dando continuidade a um processo que vai fazer 10 anos. Na última vez, disse que foi estabelecido o regime semiaberto. Eu acho que não deveria ser essa pena, até porque foi em flagrante. [...] Então, eu acho que não é porque fui eu, mas o juiz tem o entendimento dele, talvez se fosse alguém da família dele, talvez não, provavelmente, ele não estivesse nem vivo, né? Mas é o país em que vivemos, e eu lamento muito a gente viver num país desse (LILITH, 53 anos em 2016).

A narrativa da vítima remete ao sentimento de injustiça em relação à longa duração do processo judicial e definição da execução penal. Dessa forma, ela enfatizou que os seus direitos foram violados duas vezes: a primeira, através do crime do estupro; e a segunda, pelas instâncias que deveriam protegê-la.

Já o relato de Medusa (21 anos em 2015) ilustra sua passagem pela perícia médica e por outros profissionais de saúde. Ela apontou essa experiência como uma etapa bastante dolorosa da vitimização secundária, especialmente pela reconstituição repetida da violência para diversos profissionais.

É uma etapa que envolve muita tensão e ansiedade, porque historicamente é considerada a prova mais fidedigna do crime sexual (VIGARELLO, 1998). Medusa falou sobre o desconforto no decorrer da perícia médica, em que há apuração e averiguação das escoriações a partir de um critério anatômico da genitália feminina. Ela também relatou a sensação de que “sua vida estava nas mãos dos outros”, quando precisou passar por diversos profissionais e peritos. Ainda com seis anos, quando foi violentada por um vizinho, ela discorreu do estranhamento frente à realização dos exames, por não explicarem os procedimentos de uma forma adequada para sua faixa etária:

Nunca fiz tanto exame na minha vida. Fui para médico, fui para psicólogo, fui para um bocado de gente que conversava com a gente. Todo mundo queria falar comigo, mas eu não gostava disso, ficava chateada, eu era muito pequena (MEDUSA, 21 anos em 2015).

Na segunda situação, que envolveu o estupro perpetrado pelo tio, falou sobre as excessivas inquirições e o desconforto em ter que relatar a mesma história diversas vezes:

Eu fui para psicóloga, para assistente social, eu fui para um bocado de lugar. Todo mundo perguntando, fazendo exames aqui e ali. [...] é horrível, perguntam a mesma coisa. Daí eu me perguntava, por que tem que perguntar tudo de novo, [se] já está no papel. É só ler e pronto (MEDUSA, 21 anos em 2015).

Na adolescência, ela vivenciou diversas situações em um abrigo, na qual foi encaminhada, após a gestação gerada pelo estupro perpetrado pelo irmão. A sua filha morreu aos seis meses de idade e nesse local foi bastante culpabilizada:

Até hoje um monte de gente lá do abrigo acha que Pérola morreu, porque eu não fui uma boa mãe... eu fui mãe até onde eu pude... tinha horas que não dava para ser uma boa mãe, ninguém entendia que eu tinha que ir para escola, tinha que acordar 4 horas da manhã! (MEDUSA, 21 anos em 2015).

No relato abaixo, é possível identificar como a notificação às instâncias gerou uma série de questionamentos:

No meu caso sempre quis entrar pela lei. Eu vi que tinha muitos direitos, mas meus direitos já foram quebrados. Você já viu o Estatuto da Criança e do Adolescente? Eu tenho muitos direitos, mas nenhum desses direitos funcionaram. Meu irmão ficou impune. O marido de minha tia também (MEDUSA, 21 anos em 2015).

Assim, ela falou sobre o sentimento de injustiça e incômodo em relação à interferência institucional em sua vida: “me dá um ódio por não ter conseguido fazer com que a lei tenha resolvido minha vida”.

A terceira situação se refere à Dandara (18 anos em 2017), que sofreu o estupro duas vezes, em menos de um ano. Quando acometida pela primeira vez, ela notificou o crime na delegacia, mas o mal-estar foi tamanho que, na segunda situação, resolveu apenas avaliar sua condição física. Como opção foi até uma UPA⁸, mas se sentiu extremamente incomodada com a abordagem da assistente social, que a avaliou como culpabilizante.

Enfim, a vitimização secundária, tradicionalmente relacionada às condutas de agentes da segurança pública, também apareceu na esfera assistencial e de saúde.

6.2.2 Outro modelo de atendimento às vítimas

Na seção anterior, as interlocutoras apontaram, na descrição do itinerário à rede de proteção, questões importantes para análise sobre os processos de vitimização secundária. Diversos lugares foram avaliados de forma negativa, sendo enfatizado a falta de preparo e acolhimento para vítimas.

⁸ Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, em que são atendidas situações de saúde consideradas urgentes.

No entanto, elas descreveram o serviço de atenção às pessoas em situação de violência sexual⁹, como um modelo diferenciado, que faz frente às outras ambiências:

E, hoje, eu estou fortalecida por esse lugar. Foi assim uma porta que se abriu, foi muito importante pra mim. [...] e infelizmente a gente vê que o serviço público tá sucateado, as pessoas, algumas pessoas não têm compromisso, e a gente vê que as pessoas aqui sabem acolher, conseguem acolher com responsabilidade, com amor, com técnica e que consegue dar uma boa levantada, assim, na autoestima da gente, em tudo (LILITH, 53 anos em 2016).

O primeiro contato com a vítima foi apontado como uma etapa que precisava ser abordada da forma adequada: “muito importante o primeiro acolhimento, é muito importante pra quem chega fragilizado, pra quem chega querendo morrer, enfim, são tantos sentimentos, um misto de sentimentos [...] E chegando aqui eu vim viver, realmente, passei a viver” (LILITH, 53 anos em 2016). O relato da chegada, e o conseqüente o início do tratamento parecem possibilitar a reflexividade do agente sobre sua situação. Assim, os cuidados psíquicos são essenciais para retomada da vida, para uma nova inserção no cotidiano.

A descrição sobre como elas chegaram no Serviço Viver ilustra processos vivenciados em outras instâncias. Além disso, na chegada, elas também refletiram sobre as repercussões do estupro em suas vidas:

I. Chegada no Serviço Viver para tratamento dos filhos: o primeiro contato com a instituição se deu a partir da assistência prestada aos filhos ou filhas vítimas de estupro. Nessa ocasião, muitas mulheres falaram pela primeira vez sobre a violência, assim como puderam cuidar da saúde mental através de atendimentos psicológicos. Elas contaram que o início do atendimento disparou várias questões, como a lembrança das experiências e o medo de que os filhos vivenciassem os mesmos sofrimentos:

Então, assim, as pessoas não acreditam, e isso machuca muito, porque quando assim, uma criança e ou alguém fala isso, isso não é brincadeira, isso a pessoa tem que parar para ouvir. É... sei lá, dar atenção. E aí ninguém quer saber de nada, porque ninguém acredita. E tem pessoas que falam que, sei lá, que, sei lá, sei nem dizer assim, que palavras, porque minha filha mesmo (CEUCI, 31 anos em 2015).

⁹ Aqui será referenciado o Serviço Viver. No momento esse Serviço funciona de forma inadequada, sem o corpo total de funcionários. Essa situação não está refletida nas entrevistas, pois foram realizadas em outro contexto.

Quando discorre sobre os julgamentos vivenciados pela filha em outros ambientes, ela também se recorda de sua experiência: “As pessoas ficam olhando assim pra ela, como se ela que fosse a culpada [...]. Eu mesmo, eu sei o que eu passei com minha filha, e eu via que ela sentia muita vergonha disso que aconteceu” (CEUCI, 31 anos em 2015).

Anastacia relatou os transtornos gerados, quando notificou o estupro do filho de nove anos:

Quando eu dei a queixa, de junho para cá eu estou passando um pedaço. Foi tanto desaforo, ninguém acreditou em mim. Até meu filho fala: “- Mãe, não vou dizer que é mentira minha”. Eu não morri para mim, nem que eu morra para ele, para brigar para que isso não aconteça com ele. Isso é ruim demais. Eu sou mais forte do que ele, ele é mais frágil... Eu já tive que ser forte de qualquer jeito, ou vai ou vai. O meu não teve ou vai ou racha, ou vai ou vai. Então, minha vida não teve escolha, eu não tive escolha para mim, mas para ele eu tenho. A dele, eu tenho, a dele ninguém faz com ele não, não faz mesmo (ANASTACIA, 43 anos em 2015).

No lugar de vítima indireta, ela também revisitou a condição de vítima direta, se posicionando para o enfretamento, para uma possível redução dos danos psíquicos no filho: “A história está se repetindo em cima dele, isso eu não vou permitir nem que eu morra” (ANASTACIA, 43 anos em 2015). A necessidade de se conectar com a força, a resistência e o enfrentamento quando se refere aos filhos(as) é uma marca que atravessa outros relatos:

O que aconteceu com minha filha, nesse dia doeu muito, porque ela só tinha 02 anos quando isso aconteceu na creche. O fato de minha filha passar por isso também me doeu muito. Eu pedi tanto a Deus para não acontecer isso, a gente tem que passar por muita coisa. Eu quero estar aqui para ficar forte e saber como lidar com ela. Ela é muito boazinha, muito quietinha (INANNA, 31 anos em 2015)

No depoimento acima, novamente é possível perceber como o relato da violência sofrida pela filha marca essa história, inclusive espelhando a relação com sua mãe, que não acreditou no estupro perpetrado por mais de 05 anos pelo tio:

É uma coisa que eu digo, eu não tive mãe para me apoiar e a minha filha tem e sempre vai ter enquanto eu estiver viva. Eu vou estar sempre do lado dela, porque eu sei o que é não ter uma mãe do lado. Eu vejo minha filha assim como se fosse eu ali mesmo. Eu procuro dar o melhor para ela (INANNA, 31 anos em 2015).

Elas fizeram acompanhamento psicológico individual e grupal nessa instituição e esses recursos foram importantes para o tratamento de suas questões enquanto vítimas direta e indireta.

II. Procura por iniciativa própria anos após a violência: essas interlocutoras procuraram o Serviço Viver após a realização de pesquisas em meios formais e informais. Perséfone (41 anos em 2015) iniciou uma pesquisa pela internet e verificou que esse Serviço era bem avaliado em reportagens e em relatos de outras pessoas, o que motivou a sua ida até lá:

Com o tempo eu fui pesquisando na internet para ver locais públicos de atendimento, porque eu sabia que tinha que ter alguma coisa para me ajudar, eu não sabia o que, mas tinha que ter. Acabou com a infância, acabou com a adolescência e agora me atinge, né? Começou a me atingir na fase adulta, muito. Porque eu fui deixando isso para dentro de mim, sem falar para ninguém, e aí isso foi crescendo e uma hora explodiu (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

Ao narrar o início do acompanhamento psicológico, ela também contou a experiência de falar pela primeira vez sobre o estupro:

Sempre estar conversando aqui no Viver foi importante, porque como eu não falava com ninguém, falar era tudo o que eu queria. E quando cheguei aqui falei tudo, falei como foi todo o processo. Conte para ela [a psicóloga] muitas coisas, como falei aqui para você como ele fez. Como eu passei por um período aqui, por um acompanhamento psicológico, então eu acho que foi fácil para mim falar. Se eu tivesse num outro momento, se você tivesse me encontrado em outro momento, eu não ia falar com você muito bem, não ia... eu não ia me expressar bem. Eu acho até que não me expressei muito bem, mas eu tentei. E eu não ia conseguir falar. Eu teria muitos problemas, como tremores, eu ia ter ataques de choro [...], mas como eu já passei por um processo com a doutora, a gente já conversou bastante... eu já tenho muito tempo aqui com ela, então eu já consigo falar sem muito sofrimento (PERSÉFONE, 41 anos em 2015).

Já o acesso de Lilith foi através de indicações de pessoas conhecidas. Inclusive, ela realizou uma ligação antes da sua primeira visita: “Conhecia, assim, o trabalho do Viver, né? E aí eu disse: eu vou no Viver. E aí também minha irmã ligou e, ou foi minha prima, e disse: ‘manda ela ir pro Viver’. Aí eu vim pro Viver, né?!” (LILITH, 53 anos em 2016).

Ela ainda estava absorvida da experiência desagradável de idas à delegacia e notificação de violência. Logo, a sociabilidade, ainda marcada pela experiência, a fez ter repulsa dos homens, um dos pontos tratados no acompanhamento psicológico:

Mas quando a gente chega aqui o emocional é o mais gritante. E, no momento, se a gente não conseguir se fortalecer emocionalmente, a gente não consegue nem dar andamento a nada. [...] a gente quando tem... [quando] sofre essa violência, a gente fica meio que com o pé atrás com os homens. Eu não sei até, até quando... claro, eu já melhorei bastante, mas a gente fica assim (LILITH, 53 anos em 2016).

A entrevistada relata ter desenvolvido fibromialgia como resposta psicossomática aos episódios vivenciados:

[Estou com] hérnia de disco na cervical e lombar. Se for anotar tem que ter um livro, infelizmente. Inflamação dos tendões quadríceps, que são esses tendões daqui da coxa. Inflamação nos joelhos, condromalácia patelar, inflamação nos braços e no punho. Isso quem faz, quase tudo isso... a fibromialgia vem em cima e aí agrava (LILITH, 53 anos em 2016).

As duas entrevistadas supracitadas buscaram ajuda por demanda própria, assim como a identificação do atendimento psicológico como recurso terapêutico.

6.3 Vitimização Terciária

Outra dimensão da vitimização diz respeito às repercussões do estupro na família e em outros círculos sociais da vítima. Em geral, os tensionamentos são gerados pelo questionamento da versão da vítima, reforçados por algumas performances do agressor, que tem sua versão acompanhada por uma linha de atuação em prol da imagem de um “homem de bem”. Como no caso de Jaci (18 anos em 2015) que revelou à família o estupro perpetrado pelo pai, mas ninguém acreditou em sua versão, porque o mesmo era considerado uma boa pessoa pela família e pela vizinhança.

Quando o estupro é revelado, diversas mudanças podem ser detectadas no grupo familiar e que são provocadas por afastamentos, intrigas e brigas. Como no caso de Neftis que, ao revelar o estupro provocado pelo cunhado, teve sua versão descredibilizada pela irmã: “Minha irmã se afastou de mim. Eu era próxima a ela, era a que eu mais gostava, achava mais legal, ficava direto na casa dela” (NEFTIS, 18 anos em 2015). As intrigas aumentaram quando Neftis descobriu que o estupro havia gerado uma gestação, que foi interrompida, aumentando as desavenças em torno da família.

Em meio à trama familiar, o cunhado muda de bairro por sofrer ameaças do irmão mais jovem de Neftis, como uma estratégia de evitar conflitos mais graves: “ele, para evitar confusão, foi morar em Areia Branca” (NEFTIS, 18 anos em 2015). Para Marques (2006), quando há um conflito familiar, é possível atingir um grau de pacificação após acomodações. O distanciamento espacial é um recurso possível, quando se objetiva acomodar um conflito iminente.

Já a história familiar de Medusa (21 anos em 2015) é marcada por diversos elementos, que interferiram na vitimização gerada pela descoberta do estupro perpetrado pelo tio. Medusa foi afastada da mãe desde recém-nascida por medida judicial e apesar do pouco contato entre elas, percebia que sua mãe desconfiava do tio:

Porque ele nunca ia com a cara da minha mãe, ele achava que o nosso contato não ia ser muito bom e que talvez ela ia descobrir alguma coisa e ele era bem agressivo comigo. Quando eu estava perto dela, me pegava pelo braço, me botava dentro de casa, não deixava eu falar com ela. Aí eu ficava chorando porque eu queria falar com ela, também eu estava conhecendo ela, né? Porque quando eu era recém-nascida eu não me lembrava dela. Então, quando me disseram que ela era minha mãe de verdade eu estava querendo conhecer ela. Eles viviam brigando por causa de mim. O tempo foi passando e minha mãe resolveu pedir ao meu irmão ajuda e o meu irmão de lá de Camaçari veio morar aqui em Valença (MEDUSA, 21 anos em 2015).

Ao chegar no município de Valença, o irmão se aproximou do casal de tios que detinham a guarda judicial de Medusa. Ele passou a morar no fundo da casa deles para manter contato diariamente com a irmã e aos poucos foi ficando mais próximo dela. Medusa contou que a partir de pequenas atitudes como ensiná-la a usar o computador, ele iniciou a inquirição sobre a violência. A descoberta do estupro expôs Medusa novamente à perícia médica e gerou várias desavenças na família:

Meu irmão começou a fazer um bocado de pergunta, mas eu sempre negava para ele. Sempre queria saber o que eu fazia dentro de casa, para aonde eu ia com o meu tio. Ficava fazendo um bocado de pergunta e isso me deixava chateada, depois eu acabei contando, eu contei para ele, mas eu não queria ter contado. Ele disse que me levaria para passear, mas me levou até minha mãe. Ele gravou tudo. Os dois falaram para as pessoas da família, mas elas não acreditaram. Mas aí depois resolveram me levar para o médico e ele constatou que eu estava sendo abusada. Eu saí da casa de meus tios, foi o maior escândalo na minha família. Ninguém mais quis ficar comigo. Minha tia disse que eu era uma destruidora de lares. Ela disse que se eu não tivesse vindo para Valença, nada disso teria acontecido (MEDUSA, 21 anos em 2015).

Com a saída da casa dos tios, o irmão solicitou o pedido de guarda dela, mas até a saída da decisão judicial, ela precisou ser acolhida por outros familiares que se mantiveram resistentes. Em especial, uma das tias que era casada e tinha um filho:

Ela achava que esses problemas dos homens me abusarem estava em mim e eu nem sou tão bonita assim para seduzir os homens. Sei lá eu não me acho tão linda, tão desejável. Tem mulheres que são lindas que param o trânsito. A maioria das minhas tias acha isso de mim, não queria que eu ficasse em lugares que tem homens. Eu a ouvi falar isso no telefone, isso me deixou triste. Houve a autorização para

eu ir para casa de meu irmão e eu fui para lá. Depois nunca mais voltei a ter contato com minha família (MEDUSA, 21 anos em 2015).

A perda de contato com os familiares gerou muita angústia, sofrimento e solidão. Ela falou sobre o sentimento de se sentir amaldiçoada pela família, se culpando, pois, segundo a tia: “o problema de os homens a abusarem” (MEDUSA, 21 anos em 2015) estava nela.

No entanto, essa vitimização gerada no âmbito familiar a expôs novamente ao estupro, quando passou a morar com o irmão. Segundo Medusa (21 anos em 2015), no início o irmão era amoroso, dizia que a amava e que daria o amor e carinho que ela não tinha tido até então. Mas aos poucos, ele começou a mudar de postura e passou a estuprá-la à noite, quando chegava em casa bêbado.

Medusa ficou grávida do irmão e por esse motivo foi abrigada numa instituição, porque não havia mais referência familiar para direcionar sua guarda. Nesse abrigo teve sua filha, que viveu por apenas 06 meses e nessa instituição também relatou diversas situações geradoras de sofrimento. Medusa disse que lá a culpavam pela morte da filha e isso era algo que ela levava consigo até hoje.

Assim, é notório que a vitimização terciária gerou uma nova vitimização primária, como “em um círculo vicioso, em que uma vitimização leva a outra” (ÁVILA; PAES-MACHADO, 2019, p. 65). Dessa forma, as repercussões psicológicas e sociais podem ser intensificadas pela qualidade contínua e cíclica da vitimização.

Finalmente, na vitimização terciária, a cultura de culpabilização da vítima está presente na família. O sentimento de culpa apareceu repetidamente nos relatos, decorrentes da responsabilização pelas mudanças geradas no grupo familiar atribuídas após a descoberta do estupro. O isolamento ou afastamentos entre as vítimas e seus familiares apareceram como um dos efeitos mais danosos desse tipo de vitimização.

6 CONCLUSÕES

A análise da vitimização gerada pelo estupro repetido produziu resultados que dialogam com a literatura e que agregam outras proposições. Todavia, dentro da literatura nacional não foi possível identificar maiores especificações no trato da categoria estupro, inclusive nos contextos que envolvem a repetição. Até o momento, a violência sexual crônica tem sido utilizada para caracterizar a reincidência do estupro no público infanto-juvenil sem abarcar outras faixas etárias, outros contextos e os impactos das diferentes formas de vitimização. Assim, ao utilizar a categoria estupro repetido, essa pesquisa pretendeu analisar a violência sofrida mais de uma vez, considerando os diferentes contextos e interações entre os agressores e as vítimas.

As interlocutoras tinham entre 18 e 53 anos e a maioria sofreu o estupro na infância, com durabilidade mínima de 05 anos e máxima de 10 anos. Nos contextos parentais, o tabu do silêncio parece refletir as ambiguidades em torno da família. Já nas situações que envolveram as agregadas, onde está embutida a noção de troca, a objetificação dos corpos das mulheres foi perceptível.

Por essa vertente, a análise dos cenários permitiu compreender a dinâmica interacional e as rotinas formuladas por agressores e vítimas em diferentes locais, com destaque para os ambientes domésticos. Algumas interlocutoras narraram como a vida na casa era regida por uma “lei de sobrevivência” e por isso elas precisavam planejar diariamente estratégias para enfrentar as investidas do perpetrador.

As investigações sobre a abordagem do agressor possibilitaram constatar que a maior parte deles utiliza recursos performáticos com intuito de afastar suspeitas, gerando impressão de pessoas boas e amigáveis. Isso vai de encontro ao modelo psicopatológico do agressor que, conforme Segato (1999), este é encarado a partir do paradigma da anormalidade. Em geral, nos relatos é dada ênfase à representação do agressor como “pessoa de boa índole”, havendo pouca desconfiança sobre seus atos.

Dessa forma, as narrativas apontam que o comportamento do agressor no ambiente privado pode não adquirir a mesma visibilidade que no espaço público, comprometendo inclusive a veracidade das experiências traumáticas das vítimas. Como achado da pesquisa foi discutida a categoria encenações, relacionando-a ao conceito de fachada trazido por Erving Goffman. A fachada “é algo que não está

alojado no corpo, mas sim localizado difusamente no fluxo dos encontros” (GOFFMAN, 2011, p. 15). Nos relatos, os agressores parecem investir muita energia na manutenção da fachada, aparecendo como mais um elemento gerador de sofrimento ou intensificador da vitimização.

Saltou aos olhos a diversidade de estilos e performances dos agressores, inclusive exercendo função de proteção em outros contextos, fora da cena de violência. Deste modo, isso demonstra as ambiguidades e complexidades do âmbito interacional entre agressor e vítima.

No longo período de vitimização, algumas repercussões foram identificadas, como os impactos na sociabilidade intrafamiliar e extrafamiliar, nas relações afetivas, na saúde física e saúde mental. Ao analisar a vitimização psicológica, algumas atitudes dos agressores foram trabalhadas: o monitoramento, a vigilância e a exposição das mulheres a situações humilhantes. Na rotinização das práticas violentas foi evidenciado um arsenal predatório do agressor, assim como estilos ou performances do agressor e a gestão do medo (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2010) nos cenários da violência. As interlocutoras falaram sobre a exaustão física gerada pela coação e perseguição, que foi denominada de hipervigilância corporal: insônia, estado permanente de vigília e acordar repetidamente durante a noite. Esses comportamentos ilustram as diferentes formas da vítima antecipar ou se preparar para o horário mais provável da agressão sexual.

As entrevistadas, ao discorrerem sobre os significados da agressão sexual, falaram sobre uma “ferida na alma”, uma espécie de marca indelével que não sai. De tal modo, os engajamentos corporais representam uma tentativa de neutralizar a “sujeira” ou impureza oriunda da violência. Segundo Segato (1999), os rituais de purificação marcam a tentativa da dissolução da marca corporal do estupro, já que essa estaria situada na alma e, por ser uma marca “moral” não se apaga.

As vítimas trouxeram à tona histórias silenciadas e descredibilizadas. Elas demonstraram anseio na fala, interpretado ora como desabafo, ora como contribuição para visibilidade da temática. Tradicionalmente, a pesquisa nessa área (SOUZA; ADESSE, 2005) discute o mal-estar gerado pela lembrança das experiências traumáticas, mas esse estudou concluiu que as mulheres se disponibilizaram a transpor as barreiras do “mal-estar” em prol do tema, porque acreditam que seus relatos podem ajudar outras mulheres.

Nesse sentido, elas apontaram que a sociedade não sabe acolher a vítima de estupro de forma adequada, inclusive os locais que deveriam prestar assistência e proteção. O medo de serem culpabilizadas foi levantado como questão principal que justifica não notificar a violência ou mantê-la em segredo.

Há elementos que orbitam o fenômeno, como a subnotificação e cultura de culpabilização da vítima que interferem no pedido de ajuda ou acesso às instâncias assistenciais e protetivas. Os dados apontaram que os itinerários das mulheres na rede socioassistencial e de segurança foram marcados por diversas situações, que as vitimizaram de forma secundária: repetição do relato do episódio do estupro para diferentes profissionais, inquirições abusivas, questionamentos sobre a validade de suas versões e julgamentos culpabilizantes. A pouca habilidade técnica para o atendimento das vítimas apareceu tanto em agentes de segurança, quanto em profissionais de saúde.

Além do sofrimento gerado nas agências de proteção, as mulheres falaram sobre as repercussões sociais e familiares do estupro. No que tange os impactos da vitimização terciária, elas apontaram que os afastamentos e desavenças entre os membros familiares contribuíram para o isolamento. Assim, além de sofrerem as consequências imediatas do distanciamento da família, elas se culpabilizaram por isso.

A vitimização apareceu como um evento processual e de largo alcance na vida das mulheres. A pesquisa apontou que a vitimização se apresentou de forma contínua e cíclica, intensificando seus danos psicológicos e sociais.

Finalmente, a falta de habilidade técnica dos profissionais que atendem vítimas de violência sexual foi trazida pelas mulheres como geradora da vitimização secundária. Esse dado é propositivo, porque sinaliza a necessidade de fortalecer outros modelos de atendimento que priorizem o acolhimento das vítimas. O Serviço Viver foi apresentado pelas mulheres como o único local, em que suas versões foram acolhidas, não sendo culpabilizadas pelo estupro. Elas falaram que o primeiro atendimento precisa ser qualificado, porque através dele a pessoa fica fortalecida, menos insegura e confiante. A vítima quando busca ajuda já está muito fragilizada e mobilizada por diversos sentimentos, por isso o acolhimento adequado é uma técnica de intervenção que pode prevenir a vitimização secundária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. O. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes: um olhar sobre experiências de vitimização indireta dos familiares**. 2012. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ALÉGRIA, C. A. G. Aproximación Psicológica de la Victimología. **Revista derecho y criminología**. Disponível em: <<http://repositorio.ucam.edu/bitstream/handle/10952/573/Aproximaci%C3%B3n%20psicol%C3%B3gica%20a%20la%20victimolog%C3%ADa.%20C%C3%A9sar%20Augusto%20G%C3%ADner%20Alegre%C3%ADa%20.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 jan. 2016

ANGELONE, D. J. *et al.* Men's perception of an Acquaintance rape: the role of relationship Length, Victim resistance, and gender role attitudes. **Journal Interpersonal Violence**, 2014

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, v. 7, n. 2, 2002.

ARIES, P. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ÁVILA, D; PAES-MACHADO, E. Conflicto Armado y Victimización de gênero en Colombia. **Delito y Sociedad**, v. 47, ano 28, 2019. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/DelitoYSociedad/issue/archive>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 2, 2009.

_____. Apresentação. *In*: BRAGA, K, S; NASCIMENTO, E. (Org.). **Bibliografia estudos sobre violência sexual contra a mulher: 1984-2003**. Brasília: UnB, 2004. p. 7-10.

BORGES, D. Vitimização criminal: prevalência, incidência e estilo de vida. *In*: PINTO; A. S.; CAMPAGNAC, V. (Org.). **Pesquisa de condições de vida e vitimização**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008. 204 p. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/PesqCondVidaVitimizacao.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2015.

BOURDIEU, P. **O senso Prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRAGA, K. S; NASCIMENTO, E. **Bibliografia estudos sobre violência sexual contra a mulher: 1984-2003**. Brasília: UnB, 2004. 320 p.

BRASIL. **Lei n 12.015**, 07 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm>. Acesso em: 09 dez. 2015.

BROWNMILLER, S. **Against Our Will: Men, Women, and Rape**. [S. l.]: Ed. Simon and Schuster, 1975. 472 p.

BURT, M. R. Cultural myths and supports for rape. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 38, p. 217-230, 1980.

CAHILL, A. J. **Rethinking rape**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2001.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 272 p.

COHIM, D. M. B. **A família em pedaços: denunciante da violência sexual contra crianças e adolescentes em Salvador-Ba. Uma perspectiva de gênero**. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

COHIM, D.; SILVA, G. **Violência Sexual: discursos e práticas**. Salvador: Ed. Corrupio, 2006.

COHEN, C. O incesto. *In: A Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Ed Cortez, 2005.

COHEN, L. E.; FELSON, M. Social change and crime rate trends: A routine activities approach. **American Sociological Review**, v. 44, p. 588-608, 1979.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

DAMATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1997.

DAS, V. Fronteiras, Violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, 1999.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Ed Boitempo, 2016.

DIGNAN, J. Victims, victimization and victimology *In: Understanding victims and restorative justice*. [S. l.]: Open University Press, 2005. 238 p.

DOMÍNGUEZ, A. C. **Conceptos fundamentales de victimología**. Fundación Instituto de Victimología. Madrid, 2010. Disponível em: <<http://www.fundacionfive.com/wp-content/uploads/Formacion20b.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

FAÚNDES, A. *et al.* Violência Sexual: procedimentos indicados e seus resultados no atendimento de urgência de mulheres vítimas de estupro. **Rev Bras Ginecol Obstet.**, v. 28, n. 2, p. 126-135, 2006.

FISHER, B. *et al.* The Discovery of Acquaintance rape. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 20, Apr. 2005.

FOUCAULT, M. **A história da Sexualidade II: A vontade de Saber.** Rio de Janeiro: Ed: Jorge Zahar, 1998.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 481 ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Sobrados e Mucambos.** São Paulo: Global, 2003.

FREUD, S. Totem e Tabu. *In: Obras Psicológicas Completas.* Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1913.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**, v. 2, p. 64-89, 2002.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Ed Martins Fontes, 1989.

GOFFMAN, I. **Manicômios, prisões e conventos.** Tradução: Dante Moreira Leite. São. Ed: Perspectiva, 2015.

_____. **Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GROSSI, M. P. *et al.* Trinta anos de pesquisas sobre violências contra mulheres no Brasil: Dados comparativos. *In: GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; LOSSO, J. C. M. (Orgs.). Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005).* Florianópolis: Mulheres, 2006. 96 p. Disponível em: <<http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/GeneroeViolencia.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

GRUBB, Amy; TURNER, Emily. Attribution of blame in rape cases: A review of the impact of rape myth acceptance, gender role conformity and substance use on victim blaming. **Aggression and Violent Behavior**, v. 17, n. 5, p. 443-452, 2012.

HOCKETT, Jericho M.; SAUCIER, Donald A. A systematic literature review of “rape victims” versus “rape survivors”: Implications for theory, research, and practice. **Aggression and violent behavior**, v. 25, p. 1-14, 2015.

JACOBS, B. A. Carjacking and copresence. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 49, n. 4, p. 471-488, 2012.

KOSS, Mary P. Empirically enhanced reflections on 20 years of rape research. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 20, n. 1, p. 100-107, 2005.

KOSS, Mary P. *et al.* **Hidden Rape: Incidence and Prevalence of Sexual Aggression and Victimization in a National Sample of Students in Higher Education.** 1985.

LUGAO, Klisia V. *et al.* Abuso Sexual Crônico: Estudo de uma série de casos ocorridos na infância e na adolescência. **DST-J. Bras. Doenças Sex. Transmissíveis**, v. 24, n. 3, p. 179-182, 2012. Disponível em: <http://www.dst.uff.br/revista24-3-2012/6-Abuso_sexual_cronico.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do Parentesco.** Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1908. 540 p.

MCPHAIL, Beverly A. Feminist framework plus: knitting feminist theories of rape etiology into a comprehensive model. **Trauma, Violence & Abuse**, v. 17, n. 3, p. 314-329, 2016.

MACHADO, L. Z. Sexo, estupro e purificação. *In:* SUAREZ, S.; BANDEIRA, L. (Orgs.) **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal.** Brasília Ed: UnB, 1999.

MARQUES, A. C. Sobre lutas de famílias e suas tramas. *In:* PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. **Política do Brasil: visões de antropólogos.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2006.

MINAYO, M. C. S. O trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In:* _____. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2013. p. 61-77.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc. [online]**, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006. ISSN 1807-0310. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

PAES-MACHADO, E.; INOUE-VIODRES, S. O lado sombrio da estrada: Vitimização, Gestão Coercitiva e Percepção de Medo nos Roubos a Ônibus Interurbanos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 89, out. 2015

PAES-MACHADO, E; NASCIMENTO, A. M. Os bancários não vão ao paraíso: vitimização de bancários por crimes violentos. *In:* BARREIRA, C. (Org.). **Violência e Conflitos Sociais: Trajetórias de Pesquisa.** Campinas: Ed. Pontes Editores, 2010. p. 123-153.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 4. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2011.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativa: Considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In:* POUPART, J. *et al.* (Orgs). **A pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2014. p 215-253.

RISTUM, M; INOUE; S. R. V. Escola e Violência Sexual: um levantamento dos casos de violência sexual revelados na escola e atendidos pelo Serviço Viver. *In:* COHIM, D;

SOUZA, G. (Org.). **A Violência Sexual: discursos e práticas**. Salvador: Ed. Corrupio, 2006. p. 163-194.

SAFFIOTTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Violência de gênero no Brasil atual. **Estudos Feministas**, v. 2, p. 443-461, 1994.

SANTOS, C. M; IZUMINO, W. P. Violência contra Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Revista Estudos Interdisciplinares de América Latina y el Caribe**, Universidade de Tel Aviv, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SCULLY, Diana. **Understanding Sexual Violence: Study of Convicted Rapists**. New York-London: Routledge, 1990. *E-book*.

SEGATO, Rita Laura. A estrutura de gênero e a injunção do estupro. *In*: SUAREZ, S.; BANDEIRA, L. (Orgs.) **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília: Ed. UnB, 1999. 536 pg.

SILVA, Gessé de Souza. **Reconstruindo o cotidiano: ruptura e normalização na trajetória de vítimas de violência sexual**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.

SOUZA. M. C; ADESSE, L. **Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. Brasília: Ipas, 2005. 188 p. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/publicacoes/publicacoes/violenciasexual.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

VELHO, G. Observando o familiar. *In*: NUNES, E. de O. **A aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 123-132.

VIGARELLO, G. **História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Ed Zahar, 1998. 306 p.

YIN, R.K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016. 313p

ZUWICK, A. M. O corpo violado. *In*: **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 83-92.

APÊNDICE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ESTUDO SOBRE CENÁRIOS E INTERAÇÕES NO ESTUPRO REPETIDO DE MULHERES

Prezada, meu nome é Emanuelle Fernandes Teixeira. Sou do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA) e estou realizando uma pesquisa sobre vitimização por estupro repetido. O estudo pretende compreender o processo de vitimização repetida em mulheres no contexto soteropolitano, a partir das percepções da vítima sobre a experiência.

Os resultados dessa pesquisa são confidenciais, sendo assegurado o sigilo conforme preconizado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso sinta necessidade de mais informações, poderá obtê-las em emanuelleufba@yahoo.com.br ou (71) 99312-1010.

Questão disparadora (descongestionar possíveis tensões):

1. Prezada, a profissional do Serviço a informou sobre a pesquisa. O que motivou a sua participação?

Bloco I – Características Sócio- Econômicas*

a) Qual a sua idade?

- 16 – 24 25- 34 35- 44 45-50 60 ou mais

b) Atualmente qual seu estado civil?

- solteira casada união consensual
 separada não oficialmente viúva separada judicialmente

c) Qual descrição define melhor sua cor?

- branca preta parda amarela indígena outra cor _____

d) Até que série estudou?

- sem instrução**
- ensino fundamental incompleto**
- ensino fundamental completo**
- ensino médio incompleto**
- ensino médio completo**
- pós-graduação**
- superior completo**
- superior incompleto**
- não sabe ou não lembra**

e) É possível descrever sua orientação sexual? Qual dessas opções apresenta uma maior aproximação?

- Homossexual**
- Bissexual**
- Não sabe definir**
- Heterossexual**
- Assexual**

f) Será verbalizada uma lista de religiões, avalie qual dessas compõe sua orientação religiosa:

- Evangélica**
- Umbanda**
- Espírita kardecista**
- Candomblé (religiões afro-brasileiras)**
- Judaica**
- Não tem religião**
- Outra religião**
- Ateia**

g) Possui filhos? **Não** **Sim, quantos? _____**

h) Mora sozinha?

- Sim**
- Não, descrever _____**

i) Será verbalizada uma lista de atividades relacionadas à dimensão profissional, quais aludem sua realidade?

- cursos profissionalizantes, quais? _____**
- vínculo formal de trabalho**
- vínculo informal, qual? _____**

j) Está cadastrada em algum benefício social?

- Não**
- Sim, qual? _____**

Bloco II – Questões que abarcam a dimensão cognitiva/conceitual: conceitos sobre o estupro

- a) Como compreende o que aconteceu?
- b) Como definiria o que aconteceu?
- c) Para você, o que as pessoas, de forma geral, pensam sobre isso?

Bloco III – Questões que abarcam a dimensão situacional

III. 1 Caracterização dos episódios de estupro

- a) Poderia falar sobre o primeiro episódio do estupro? (local/duração/quantidade de agressores/ presença de terceiros)
- b) Poderia falar sobre os outros episódios (local/ duração/ quantidade de agressores/presença de terceiros)

III. 2 Abordagem do agressor

- a) Qual o grau de proximidade com a pessoa que te abordou?
- b) Pode me descrever como foi abordada pela primeira vez? Como foi a aproximação? O que foi utilizado na abordagem?
- c) Poderia me descrever como foi abordada as outras vezes? Como foi a aproximação? O que foi utilizado na abordagem?
- d) Após esses episódios houveram outros tipos de interações com a pessoa ou pessoas que te abordaram?
- e) Caso sim, poderia descrever como eram essas interações? Como era abordada em outros contextos?
- f) De que forma avalia o comportamento dessa (s) pessoa (s) em outros contextos?

III. 3 Reações e respostas da vítima

- a) Poderia me falar sobre suas reações durante a primeira abordagem? E nos outros episódios?
- b) De que forma avalia suas respostas durante esse período?
- c) De que forma avalia suas respostas quando interage com a (s) pessoa (s) em outros contextos?
- d) Você poderia descrever sua rotina durante esse período?

Bloco IV – Questões que abarcam a dimensão consequencial: pós-violência**IV.1 Medidas Institucionais**

- a) Você reportou a alguém ou algum lugar o aconteceu com você?
- b) Quais foram as medidas adotadas?
- c) Poderia citar alguma referência de suporte, amparo ou ajuda?

IV. 2 Corporeidade

- a) De que forma descreveria essas experiências no corpo?
- b) De que forma sente o seu corpo, quando me relata o que aconteceu?
- c) Como avalia sua saúde física e emocional hoje?

IV.3 Significação e Ressignificação do estupro repetido

- a) Como foi a experiência de ter vivenciado o que me relatou?
- b) Como caracterizaria hoje sua vida? e sua rotina?
- c) Como foi para você falar sobre o que aconteceu? Como é resgatar esses episódios em sua memória?

*O bloco I (socioeconômico) poderá ser aplicado no início ou no final, conforme melhor fluidez da narrativa.